



**PROJETO: PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS VINCULADOS AO
CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

TERMO DE PARCERIA Nº 817052/2015

**Meta 01– Relatório descritivo sobre as principais bases de dados de
relevância para a área de segurança pública e sistema prisional –
abrangência nacional e unidades da federação**

28 de abril de 2016

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa realizada para mapear as principais bases de dados de relevância para a área de segurança pública e sistema prisional, existentes no governo federal, nos estados e no Distrito Federal, detalhando suas fontes de alimentação, nível de abrangência, vinculação institucional, indicadores relevantes e dados disponibilizados. Essa atividade corresponde à Meta 01 do Termo de Parceria 817052/2015, celebrado entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Este documento está organizado em oito seções.

Na primeira seção são discutidos os diferentes objetivos dos sistemas de informações criminais e é apresentada uma seleção, por finalidade e objeto, dos sistemas mais comuns nos órgãos de justiça criminal de diferentes países desenvolvidos.

Na segunda seção é descrito o processo de desenvolvimento da pesquisa, com as observações metodológicas referentes à identificação das variáveis de interesse para a gestão da área de segurança pública e sistema prisional, escolha das bases de dados, coleta de informações e descrição dessas bases.

Em seguida, na terceira seção e quarta sessões, são apresentadas as tabelas-síntese das bases selecionadas: uma referente às bases de dados de abrangência nacional e outra referente às bases elaboradas por ou para as UFs. Essa tabelas permitem a visão panorâmica de uma grande quantidade de bases de dados produzidas no país.

Na quinta seção é analisado o mapeamento das bases de dados e das variáveis de interesse a partir de quatro categorias gerais definidas para a classificação dessas bases: (a) ocorrências; (b) estrutura e gestão de segurança pública, sistema prisional e áreas correlatas; e (c) outros tipos de base e (d) As bases de nível estadual.

Na sexta seção são destacadas recomendações para enfrentar os desafios discutidos na seção anterior a fim de melhorar a produção e a utilização dos dados de interesse. Com o objetivo de potencializar o uso das bases de dados, discute-se a alternativa de construção de repositórios de dados digitais.

Finalmente nas seções sete e oito, encontra-se a descrição dos metadados das principais bases de dados de relevância para a área de segurança pública e sistema prisional, organizadas a partir da identificação de sua instituição responsável.

Este mapeamento, embora não exaustivo, tem como finalidade disseminar informações sobre as bases de dados existentes e facilitar o seu acesso aos gestores, pesquisadores e público em geral, otimizando os esforços existentes na produção de informação.

Ficha Institucional

Conselho de Administração

Humberto de Azevedo Viana Filho
(Presidente)

Elizabeth Leeds – (Presidente de Honra)

Renato Sérgio de Lima (Vice Presidente)

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Haydée Glória Cruz Caruso

Jacqueline de Oliveira Muniz

Luciene Magalhães de Albuquerque

Marcos Aurelio Veloso e Silva

Marlene Ines Spaniol

Luis Flavio Saporì

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Silvia Ramos de Souza

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Equipe Executiva

Vice Presidente/Relações Institucionais

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação Institucional

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Coordenação de Projetos

Olaya Hanashiro

Equipe Técnica

Cauê Martins

David Marques

Marina Santos

Roberta Astolfi

Stefanie Prandi

Equipe Administrativa

Amanda Gouvêa

Débora Lopes

Karina Nascimento

Sueli Bueno



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Ficha Técnica do Termo de Parceria N° 817052/2015

Supervisão Geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação do Projeto

Túlio Kahn

Coordenação Técnica

Olaya Hanashiro

Pesquisadoras

Samira Bueno

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Roberta Astolfi

Marina dos Santos (Estagiária)

Assistência Financeira e Administrativa

Débora Lopes

Auxílio Administrativo

Karina Nascimento



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS.....	6
2. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA META 01: METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO, COLETA E DESCRIÇÃO DAS BASES DE DADOS.....	10
a. As bases de dados de abrangência nacional	10
b. As bases de dados estaduais.....	12
3. TABELA-SÍNTESE DAS BASES DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL DE INTERESSE.....	13
4. TABELA-SÍNTESE DAS BASES DE DADOS PRODUZIDAS EM NÍVEL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	17
5. ANÁLISE DO MAPEAMENTO DAS BASES DE DADOS E VARIÁVEIS DE INTERESSE PARA A GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL.....	20
a. Ocorrências	21
b. Estrutura e gestão de segurança pública, sistema prisional e áreas correlatas.	23
c. Outros tipos de base de abrangência nacional	24
d. As bases de dados de nível estadual.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
a. Lacunas a serem preenchidas	28
b. Considerações sobre a alternativa de criar um repositório de dados abertos nacional sobre segurança pública.....	29
7. DESCRIÇÃO DE METADADOS DAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS DE RELEVÂNCIA PARA A ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL – BASES DE ABRANGÊNCIA NACIONAL	32
a. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID	32
Base: Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil	32
Base: Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras.....	33

b. Conselho Nacional de Justiça	35
Base: CNAACL - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei.....	35
Base: CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais.....	36
Base: CNIUIS - Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	39
Base: Justiça em Números	41
c. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO	43
d. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	45
Base: Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil	47
Base: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadic.....	49
Base: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic.....	56
Base: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)	59
Base: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE	61
Base: Projeção da População do Brasil 2000-2030	64
e. Ministério das Cidades	66
Base: Registro Nacional de Carteira de Habilitação - Renach	66
Base: Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavan	67
Base: Seguro Obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres)	69
f. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	72
Base: Índices de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) e CREAS (IDCREAS)	72
Base: Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).....	73
Base: Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)	74
g. Ministério da Educação	77
Base: Prova Brasil	77
h. Ministério da Justiça	80
Base: GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada / SISVIP-Sistema de Segurança Privada da Polícia	80
Federal	80
Base: Pesquisa Nacional de Vitimização	81
Base: Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública	83
Base: Sistema Nacional de Armas (SINARM).....	84
i. Ministério da Saúde	93
Base: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/MS.....	93
Base: Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN)	95
j. Ministério do Trabalho e Emprego	103
Base: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	103
k. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	105
Base: Disque Direitos Humanos	105

l. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.....	108
Base: Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180)	108
m. Secretaria Nacional da Juventude – Secretaria-Geral da Presidência da República.....	111
Base: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial.....	111
n. Secretaria do Tesouro Nacional	113
Base: FINBRA – Finanças do Brasil	113
o. Tribunal Superior Eleitoral.....	115
Base: Repositório de dados eleitorais	115

8. DESCRIÇÃO DE METADADOS DAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS DE RELEVÂNCIA PARA A ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL – BASES PRODUZIDA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO 117

a. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.....	117
Base: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – DIEESE	117
b. Tribunais de Justiça nas unidades da federação	120
Base: E-SAJ Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Acre.....	120
Base: DBSGJ - Amapá	121
Base: SISTJWEB - Sistema Judicial Único – Distrito Federal	122
Base: Sistema de Automação da Justiça – SAJ – Mato Grosso do Sul.....	123
Base: Sistema Judwin – Pernambuco.....	124
Base: Orabidata - Pará	125
Base: SISCOM-CPJ - Paraíba	126
Base: Themis1G – Sistema do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	127
c. Poder executivo e autarquias estaduais (menos a área de segurança pública e administração penitenciária)	129
Base: Anuário Estatístico do Estado do Amazonas	129
Base: SIGA – Sistema de Informações Governamentais do Amazonas.....	130
Base: Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos (IPESE)	131
Base: Anuário Estatístico do Ceará	133
Base: Pesquisa com os Jovens Fora da Escola – Espírito Santo.....	134
Base: Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás	135
Base: Índice de Desempenho dos Municípios Goianos.....	136
Base: Índice de Vulnerabilidade Juvenil dos Municípios Goianos.....	137
Base: Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento – SEIS – Minas Gerais	139
Base: Contas Regionais - Minas Gerais	140
Base: Base de Dados do Estado do Paraná – BDEweb	141
Base: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – Idese – Rio Grande do Sul.....	142
Base: Estimativas Populacionais FEE - Revisão 2015 – Rio Grande do Sul.....	143
Base: PIB Trimestral do Rio Grande do Sul.....	144
Base: Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – São Paulo.....	145
Base: Informações dos Municípios Paulistas – IMP – São Paulo.....	146



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – São Paulo	147
Base: IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil – São Paulo	147
Base: Sistema de Estatísticas Vitais – São Paulo	148
d. Segurança pública e administração penitenciária	151
Base: Boletim Anual de Estatística Criminal de Alagoas	151
Base: Sistema de Informação da Segurança Pública - SISP - Pará	152
Base: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP – Santa Catarina	153
Base: i-PEN Sistema de Identificação e Administração Prisional – Santa Catarina	154
Base: Boletim Online - Sergipe	155
Base: Sistema de Administração Penitenciária (SAP) - Sergipe	156
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	158
10. ANEXO I: EXTRAÇÃO DO FORMULÁRIO ONLINE DO MAPEAMENTO DAS BASES DE DADOS DE INTERESSE PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRISIONAL.....	159
11. ANEXO II - BASES DE INTERESSE NÃO DESCRITAS POR IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO	163

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS

De uma maneira geral, pode-se afirmar que o objetivo principal dos sistemas de informações criminais é o de aperfeiçoar a eficiência dos órgãos de justiça criminal através da partilha e troca de informação entre eles, trazendo como benefícios a velocidade, acuracidade e redução dos custos administrativos do sistema de justiça criminal.

Paralelamente a este objetivo último, podem existir diversos objetivos específicos, tais como providenciar informação sobre o histórico criminal de suspeitos para a polícia, ministério público e justiça e deduzir informações sobre eventuais parceiros nos crimes. Os sistemas visam adicionalmente providenciar estatísticas com finalidades operacionais / administrativas (indicadores de performance / *workload*); eliminar trabalho redundante e aumentar a qualidade da informação; a emissão de certificados de bons antecedentes, licenças e permissões: compra de armas, concursos públicos, empregos, bem como manter um acervo de dados históricos para propósitos de pesquisa.

Igualmente importantes são os bancos de dados montados com a finalidade de planejar as alocações dos recursos do sistema de justiça criminal; encontrar pessoas, veículos e bens roubados / desaparecidos e devolver estes bens aos proprietários de direito, e, finalmente, produzir estatísticas de criminalidade e informações para outros órgãos públicos, para a polícia comunitária, empresas de segurança e seguradoras, para a mídia e para o público em geral.

Diversas informações criminais de interesse podem ser extraídas destes sistemas e bases, elaborados com as mais diferentes finalidades.

Os indicadores criminais levantados pelos sistemas de informação criminal, por sua vez, servem essencialmente a três grupos e interesses distintos e complementares: aos cidadãos, para avaliarem uma dimensão crucial de sua qualidade de vida; aos gestores e implementadores de políticas, para planejamento das ações e distribuição dos recursos; e ao criminólogo e cientista social, para o desenvolvimento de estudos acerca do fenômeno da criminalidade, de suas causas e dinâmicas próprias.

A maioria dos países tem sistemas de informações de Justiça Criminal bastante similares, como decorrência da similaridade dos próprios sistemas legais e do modelo de justiça adotado nas democracias ocidentais. No Brasil, esta é uma preocupação que, guardados os avanços tecnológicos, desde o Século XIX tem sido objeto de inúmeros esforços ao longo dos anos. Exatamente por isso, mapear bases e indicadores configura-se como uma atividade fundamental na construção de sistemas mais aderentes à realidade local e, por conseguinte, faz parte de uma grande estratégia de fortalecimento das capacidades institucionais do Estado brasileiro, em suas múltiplas esferas e poderes.

Em termos comparados, a listagem abaixo elenca alguns dos sistemas mais frequentes adotados pelos órgãos de justiça criminal, dos quais se podem extrair informações para a análise da segurança pública e dos fenômenos criminais. O Brasil já dispõe de diversos deles, como ficará evidenciado mais adiante neste relatório.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Investigação / pessoas

- Sistemas de identificação de impressões digitais ou pegadas: grava, recupera, compara impressões digitais, palmas da mão e pegadas obtidas de fontes variadas (Canadá, Escócia, Hong Kong, Irlanda, Itália, Países Baixos). Esses sistemas permitem o envio eletrônico das impressões colhidas do doador. Pegadas são escaneadas na cena do crime e colocadas num banco de dados que faz buscas e comparações.
- Sistemas de análise facial e identificação criminal: programa para desenhar e identificar suspeitos de crimes, de acordo com a descrição feita pelas vítimas. Normalmente construído com imagens pré-moldadas de partes faciais, como cabelo, fronte, olhos, nariz, lábios e queixo, entre outras características, permitindo mais de 150 milhões de diferentes combinações de rostos. (Índia, Israel)
- Banco de dados de pessoas desaparecidas: incluindo dados sobre a pessoa, circunstâncias do desaparecimento, fotografia, características do corpo e da detenção, reaparecimentos, etc. (Canadá, Irlanda)
- Banco de dados de pessoas procuradas pela justiça / foragidos da justiça: nome, endereço, dados pessoais e descrição física das pessoas procuradas (Índia, Israel).
- Banco de dados sobre vítimas de crimes: fornece estatísticas e relatórios relativos as características das vítimas de diversos tipos de crime. Coleta informações sobre identidade das vítimas, descrição da ocorrência, dos suspeitos, etc. Informações coletadas sobre seriedade dos ferimentos, armas envolvidas, relação com o autor, etc. Monitora os serviços prestados as vítimas. (Austrália, Canadá)
- Banco de dados sobre suspeitos de crimes: contendo nome, apelidos, informações sobre parentes, identificação, idade, estado civil, gênero, endereço, descrição física, etc. (Costa Rica)
- Banco de dados de pessoas em custódia, em condicional, cumprindo medidas restritivas e outras penalidades: informações sobre o condenado e sobre a sentença, tais como identidade, nome, local e data de nascimento / data de sentença, ofensa, resumo da sentença, entradas e saídas, data final do cumprimento da pena, incidentes de execução. (Canadá, Costa Rica, Irlanda)

Trânsito / automóveis

- Banco de dados de automóveis envolvidos em crimes, ou em incidentes “*hit and run*” (Canadá, Israel): permite a recuperação de informações sobre o carro e o condutor, baseado em fragmentos de informação, como cor e modelo do carro, parte da placa, etc.
- Banco de dados de automóveis roubados e recuperados: contendo registros de identificação dos veículos roubados, local dos roubos, detalhes da recuperação do veículo, local da recuperação (caso recuperado), dados do proprietário, etc. (Austrália, Canadá)
- Banco de dados sobre habilitação dos condutores de automóveis: checa o registro de condutores e registro de veículos. (Canadá, Hong Kong)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Banco de dados sobre acidentes de trânsito: dados pessoais dos envolvidos, automóveis envolvidos, dia e hora do acidente, condições e circunstâncias do acidente, danos físicos e materiais. (Irlanda)
- Banco de dados de violações e citações de trânsito: cadastra diariamente todas as multas de trânsito aplicadas e serve para processar, enviar e cobrar as multas impostas, enviar suspensões para motoristas, fornecer estatísticas sobre infrações de trânsito. (Israel)

Produtos Controlados / outros bens

- Banco de dados de armas de fogo registradas / roubadas / recuperadas: monitoramento de armas em estoque nas lojas, licenças, registros, descrição e identificação das armas roubadas, envolvimento das armas em ocorrências criminais. Monitora armas reencontradas, destruídas, etc. (Irlanda, Suécia)
- Banco de dados de bens roubados ou perdidos / encontrados: contendo a descrição e o registro de bens roubados ou perdidos / encontrados, com dados para facilitar a identificação e devolução do bem ao proprietário. (Austrália, Índia, Irlanda)

Investigação / eventos

- Banco de dados sobre eventos criminais: número da ocorrência, informações sobre a vítima e testemunhas, descrição e dados sobre os suspeitos, endereços e telefones dos envolvidos, veículos e propriedade envolvidos, modus operandi, data, local e horário da ocorrência, características especiais da ocorrência, etc. (Canadá, Índia)
- Banco de dados sobre crimes não resolvidos e modus operandi de criminosos: permite cruzar informações sobre crimes não resolvidos e modo de agir de criminosos conhecidos e busca de informações por modo de agir. (Hong Kong)

Sistemas Operacionais / administrativos / despachos

- Cadastro de recursos disponíveis no sistema de justiça criminal: número de policiais, viaturas, armamento, delegacias de polícia, unidades prisionais, carcereiros, promotores, juízes, orçamentos para cada setor, população residente em cada área, etc.
- Sistema de informação georeferenciada: contendo códigos de aérea, endereços, dados censitários, recursos policiais e crimes, localizáveis por coordenadas geográficas. Permite o mapeamento da atividade criminal no espaço, a correlação com outras variáveis espaciais e a alocação de recursos policiais, nos locais e momentos de maior incidência criminal. Validação da existência de endereços e códigos postais. Através do código postal, correlaciona localização do incidente com distritos censitários e de outros departamentos governamentais. Pode sobrepor fotos de satélite aos mapas digitalizados. (Austrália)
- Sistema de despacho de recursos: monitora em tempo real os recursos alocados no atendimento a chamados, informando o status da operação e dos recursos utilizados.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Sistema de orientação para a aplicação de sentenças: banco com textos legais, códigos e sua interpretação, legislação penal vigente, data em que entrou em vigor, penas mínima e máxima das cortes para delitos.
- Sistema de investigação de lavagem de dinheiro: para rastrear atividades bancárias suspeitas, o sistema recebe informações com indicadores suspeitos, provenientes das instituições financeiras. Pessoas e entidades suspeitas nestas transações financeiras são automaticamente comparadas com outros bancos de dados internos e externos.
- Casos específicos: sistema de investigação contra corrupção (Hong Kong), sistema de investigação de desastres e incidentes graves (Hong Kong), sistema de controle de drogas (Costa Rica).



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



2. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA META 01: METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO, COLETA E DESCRIÇÃO DAS BASES DE DADOS

Antes de avançarmos na descrição das bases em si, faz-se necessário trazer informações preliminares sobre os objetivos e a metodologia do trabalho conduzido. Assim, o objetivo da meta 01 consiste em um mapeamento das principais bases de dados de relevância para a área de segurança pública e sistema prisional, existentes no governo federal, nos estados e no Distrito Federal, detalhando suas fontes de alimentação, nível de abrangência, vinculação institucional, indicadores relevantes e dados disponibilizados. Inicialmente a meta 1 deveria ser entregue em duas etapas, sendo a etapa 01 referente à área de segurança pública e a etapa 02, ao sistema prisional. Em reunião de acompanhamento do termo de parceria¹ ficou estabelecido que, dada a sobreposição de grande parte das bases de interesse – se não de todo o conjunto -, para as duas áreas, os produtos não seriam separados pelas instituições Senasp/Depen.

Por outro lado, o próprio desenvolvimento da pesquisa impôs a lógica do trabalho na seguinte sequência: etapa 01 - bases de dados de abrangência nacional e etapa 02 - bases de dados produzidas nos estados e Distrito Federal. Isso porque, entre a identificação de uma base de abrangência nacional e sua descrição, é necessário um número determinado de operações que é menor do que a quantidade de operações a serem executadas para descrever as bases de dados estaduais, que exigem passos preliminares já que a própria identificação das mesmas pressupõe a investigação em organizações dispersas na federação. Desse modo, embora os levantamentos das bases nacionais e estaduais tenham sido realizados concomitantemente, o primeiro relatório trouxe apenas a descrição das bases nacionais. O presente produto compreende a totalidade das bases investigadas em ambos os graus de abrangência.

a. As bases de dados de abrangência nacional

O primeiro passo foi identificar a tipologia de variáveis de interesse para a segurança pública: ocorrências, estrutura e gestão de segurança pública e outros tipos de variáveis (demográficas, socioeconômicas, etc.). A partir dessas variáveis, buscamos as bases que as pudessem conter. O segundo passo foi criar um formulário de metadados de utilidade para potenciais usuários com a descrição de cada base e as variáveis de interesse.

¹Aos 20 de agosto de 2015, às 14:30 horas, realizou-se a I reunião do Termo de Parceria de nº 817052/2015, com representantes da SENASP, DEPEN e FBSP, na sede do DEPAID, SENASP, localizado no SCN, Quadra 06, Conjunto A, Torre A, 1º andar, Sala de Reuniões nº 110 Brasília/DF.

Ficha de metadados
Nome da base
Instituição responsável
Contato
Endereço eletrônico da base
Sumário
Palavras-chave
Tipo da base
Abrangência geográfica
A informação é ou pode ser georeferenciada
Cobertura
Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados
Fontes de alimentação
Periodicidade da coleta/extração dos dados
Cobertura temporal dos dados
Nível de desagregação temporal do dado
Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp/Depen
Qual o volume dos dados armazenados (em bits)
Formato de arquivo
Possui dicionário de dados
Há procedimentos de tratamento e validação dos dados
Política de acesso externo aos dados

O terceiro passo foi pesquisar as informações e preencher as fichas de metadados. Grande parte do trabalho foi realizada através da consulta de materiais online como: manuais, as próprias bases de dados e os metadados disponibilizados pelas instituições produtoras das bases. Também foram realizadas consultas por e-mail e telefone. Em alguns casos, foram necessárias reuniões presenciais com representantes das instituições responsáveis pela produção dos dados, seja pela falta de informação online ou pela necessidade de informações complementares e esclarecimentos em relação à produção dos dados.

Reuniões realizadas		
Cargo/Instituição	Base	Data
Chefe de Gabinete do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça	CNAFL - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei	10/12/2015
	CNIUIS - Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	
	CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	
Diretora Técnica do Departamento de	Justiça em Números	10/12/2015

Pesquisas Judiciárias do CNJ		
Delegado da Divisão Nacional de Armas, Departamento, Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal.	Sinarm – Sistema Nacional de Armas	10/12/2015
Delegado de Polícia Federal, da Coordenação-geral de Controle de Segurança Privada, Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal.	GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada	10/12/2015

Durante o processo de levantamento de informações sobre as bases da lista inicial novas bases foram sendo encontradas e incluídas no levantamento.

b. As bases de dados estaduais

Foram enviados ofícios para os 26 estados e Distrito Federal, especificamente para os titulares de cada Secretaria da Casa Civil ou similar para a intermediação com as secretarias estaduais que pudessem abrigar bases de dados de interesse, com ênfase para segurança pública e administração penitenciária, saúde e educação. Um formulário *online* foi criado para que os gestores pudessem completar com os metadados de interesse de cada base (Anexo I)². Processo semelhante foi realizado para cada um dos 27 Tribunais de Justiça estaduais. Foram enviados também comunicados para organizações estaduais de pesquisa, geralmente fundações ligadas à área de planejamento, tal como as Fundações Seade e João Pinheiro nos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Foram realizadas duas etapas de reforço dos pedidos: a primeira em janeiro e a segunda em março de 2016. Foram obtidas 29 respostas válidas, sendo 13 oriundas de organizações estaduais de pesquisa, 9 de tribunais estaduais de justiça e 5 oriundas da área de segurança pública ou administração penitenciária. Não foram recebidas informações sobre bases de dados produzidas por órgãos de educação, saúde ou assistência social, que haviam sido solicitadas junto a Secretarias da Casa Civil dos executivos estaduais. A hipótese é que os gestores não compreendam que informações de interesse da segurança pública sejam mais abrangentes que apenas aquelas do sistema de justiça. De qualquer modo, esses temas – educação e saúde –, apareceram como variáveis em bases enviadas pelas organizações estaduais de pesquisa, bem como informações demográficas e de desenvolvimento econômico.

² <https://fluidsurveys.com/surveys/FBSP/mapeamento-de-bases-de-dados-seguranca-publica/>

3. TABELA-SÍNTESE DAS BASES DE DADOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL DE INTERESSE

O quadro a seguir resume algumas informações principais das bases de dados pesquisadas. Ele dá uma ideia da complexidade envolvida na criação de algo como um grande *DataWarehouse* para a área de segurança pública.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
Levantamento domiciliar sobre drogas psicotrópicas no Brasil	Levantamento domiciliar sobre drogas psicotrópicas no Brasil	Cebrid	Analítica/Estratégica	Nacional	Indivíduos	Amostral	Questionário	Esporádica	Desde 2001	Anual	Não
Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre os estudantes de ensino fundamental e médio das redes público e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras	Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre os estudantes de ensino fundamental e médio das redes público e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras	Cebrid	Analítica/Estratégica	Capitais	Indivíduos	Amostral	Questionário	Esporádica	Desde 1987	Anual	Não
CNAEL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei	CNJ	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% dos adolescentes em conflito com a lei	Cadastro de usuário	Permanente	Desde 2009	Diário	Não
CNIEP	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	CNJ	Operacional/analítica	Nacional	Unidade prisional	Desconhecida	Juízes	Mensal	Desde 2009	Mês	Não
CNIUIS	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade	CNJ	Operacional/transacional	Nacional	Unidades de internação	100% das unidades de internação	Cadastro de unidade	Bimestral	Desde 2006	Bimestre	Não
Justiça em Números	Justiça em Números	CNJ	Analítica/Estratégica	Nacional	Tribunal de justiça	100% dos TJ	Tribunal	Anual	Desde 2003	Ano	Sim
Mapa da Violência	Mapa da Violência	FLACSO	Analítica/estratégica	Nacional	Unidade da Federação	Todas as unidades da federação e municípios com mais de 10 mil habitantes	IBGE e SIM	Divulgação anual a partir de 2005	1998, 2000, 2002, 2004, 2005-2015	Ano	Sim
Atlas de Saneamento 2011	Atlas de Saneamento 2011	IBGE	Analítica/estratégica	Nacional	Municípios	100% do território nacional	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB	Há duas edições da publicação	Anos de 2000 e 2008	Retrato no ano	Sim
Estatísticas de Registro Civil	Estatísticas de Registro Civil	IBGE	Analítica/estratégica	Nacional	Município	Todo o território nacional	Cadastro de cartórios atualizados com informações coletadas por questionário aplicado pelo IBGE	Coleta trimestral, publicação anual	1982 a 2014	Ano, mas há informações mensais para algumas variáveis.	Sim
Características da Vitimização e acesso a Justiça no Brasil	Características da Vitimização e acesso a Justiça no Brasil	IBGE	Analítica/Estratégica	Nacional	Indivíduos	Amostral	Questionário	Esporádica	Desde 1988	Anual	Sim
Estadic	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais	IBGE	Analítica/Estratégica	Nacional	Estado	100% dos estados	Questionário	Anual	Desde 2012	Anual	Sim
Munic	Pesquisa de Informações Básicas Municipais	IBGE	Analítica/Estratégica	Nacional	Município	100% dos municípios	Questionário	Anual	Desde 2001	Anual	Sim
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio	IBGE	Analítica/Estratégica	Nacional	Domicílio	Amostral	Questionário	Anual	Desde 1967	Anual	Sim
Pense	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar	IBGE	Analítica/Estratégica	Capitais e cidades representativas	Escolas / alunos	Amostral	Questionário	Trienal	Desde 2009	Anual	Sim

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
Projeção da População	Projeção da População do Brasil	IBGE	Analítica/Estratégica	Nacional	Estado	100% dos estados	Questionário	Decenal	Desde 2000	Anual	Sim
Renach	Registro Nacional de Carteira de Habilitação	Ministério das Cidades	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% dos condutores habilitados	Cadastro de usuário	Permanente	Não informado	Diário	Não
RENAVAN	Registro Nacional de Veículos Automotores	Ministério das Cidades	Operacional/transacional	Nacional	Veículos	100% dos veículos registrados	Cadastro de usuário	Permanente	Desde 2000	Mensal	Sim (até município)
DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres	Ministério das Cidades	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% das vítimas de acidentes que acionaram o seguro	Cadastro de usuário	Permanente	Não informado	Diário	Não
IDCRAS	Índices de desenvolvimento do IDCRAS	MDS	Analítica/Estratégica	Nacional	Unidades	100% das unidades CRAS	Questionário	Anual	Desde 2010	Anual	Sim
RMA-CRAS	Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência de Assistência Social	MDS	Analítica/Estratégica	Nacional	Unidades	100% das unidades CRAS	Questionário	Mensal	Desde 2012	Mensal	Sim
RMA-CREAS	Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência Especializada de Assistência Social	MDS	Analítica/Estratégica	Nacional	Unidades	100% das unidades CREAS	Questionário	Mensal	Desde 2012	Mensal	Sim
Prova Brasil	Prova Brasil	MEC	Analítica/Estratégica	Nacional	Escolas / alunos	Escolas públicas com mais de 20 alunos	Questionário	Bienal	Desde 2005	Anual	Sim
Gesp/Sisvip	Gestão Eletrônica de Segurança Privada / SISVIP- Sistema de Segurança Privada da Polícia Federal	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Empresas de segurança / vigilante	100% das empresas de segurança regulares	Cadastro de usuário	Permanente	Desde 2006	Diário	Não
Pesquisa Nacional de Vitimização	Pesquisa Nacional de vitimização	MJ	Analítica/Estratégica	Nacional	Indivíduos	Amostral	Questionário	Esporádica	Desde 2009	Anual	Não
Perfil das Instituições de Segurança Pública	Perfil das Instituições de Segurança Pública	MJ	Analítica/Estratégica	Nacional	Instituições de segurança	100% dos estados	Questionário	Bienal	Desde 1999	Anual	Não
Sinarm	Sistema Nacional de Armas	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Armas de fogo	100% das armas regulares	Cadastro de usuário	Permanente	Desde 2003	Diário	Não
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública	MJ	Analítica/Estratégica	Nacional	Ocorrências criminais	100% dos estados	Boletim de ocorrência	Mensal	Sem informação	Sem informação	Sim
INFOPEN/ Relatórios Estatísticos	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias e Relatórios Estatísticos – Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro	MJ	Analítica/Estratégica	Nacional	Unidades de internação	100% das unidades prisionais	Questionário	Semestral	Desde 1997	Sem informação	Parcialmente
SIM Datasus	Sistema de Informação de Mortalidade	MS	Analítica/Estratégica	Nacional	Unidades de saúde	100% dos municípios		Anual			Sim
Sinan	Sistema de Informações de Agravo de Notificação	MS	Operacional	Nacional	Indivíduo/ocorrência	100% dos estados	Ficha de notificação	Permanente	Desde 1993	Diário	Não
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais	MTE	Analítica/Estratégica	Nacional	Empresas	100% dos estabelecimentos com funcionários formalizados	Cadastro de usuário	Anual	Desde 1975	Anual	Sim

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
Disque-100	Disque Direitos Humanos	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% dos usuários do serviço	Boletim de ocorrência	Permanente	Desde 2003	Diário	Não
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência	Secretaria-Geral da Presidência da República e Observatório de Favelas	Analítica/estratégica	Nacional	Município	Municípios com mais de 100 mil habitantes, capitais e UFs	IBGE e SIM	Aleatória	2005 a 2012	Ano	Sim
Disque-180	Central de Atendimento à Mulher	SPMPR	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% dos usuários do serviço	Boletim de ocorrência	Permanente	Desde 2005	Diário	Não
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial	Secretaria Nacional da Juventude – Secretaria-Geral da Presidência da República	Analítica/estratégica	Nacional	Unidade da Federação	Todas as UFs e todos os municípios com mais de 100 mil habitantes	Outras bases, como o Anuário Brasileiro da Segurança Pública	Sem informação	2007 e 2012	Ano	Sim
FINBRA	Finanças do Brasil	Secretaria do Tesouro Nacional	Analítica/estratégica	Nacional	Unidade da Federação	Todas as UFs	Informações enviadas pelas UFs à STN	Anual	Desde 1989	Ano	Sim
Repositório de Dados Eleitorais	Repositório de Dados Eleitorais	Tribunal Superior Eleitoral	Operacional/transacional	Nacional	Zona eleitoral	Todas as zonas eleitorais	Processo de cadastro de eleitores, partidos, candidatos e realização de eleições	Anual ou permanente	Desde 1945 (para alguns dados)	Ano / dia	Sim



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



4. TABELA-SÍNTESE DAS BASES DE DADOS PRODUZIDAS EM NÍVEL DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego – RMSP	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos	Analítica/estratégica	Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.	Domicílio	Amostral	Coleta primária em domicílios e indicadores calculados	Mensal	Desde 1985	Mensal	Base de dados aberta
E-SAJ	Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Acre	Tribunal de Justiça do Acre	Operacional/transacional	Maioria dos municípios do Estado	Processos judiciais	100% das comarcas	Termos circunstanciados de ocorrência e denúncia do Ministério Público.	Permanente	Desde 1995	Diária	Variáveis selecionadas
DBSGJ - Amapá	DBSGJ - Amapá	Tribunal de Justiça do Amapá	Operacional/transacional	Estado do Amapá	Departamento	100% do Estado	Processo judicial	Permanente	Desde 2007	NI	Restrita
SISTJWEB	SISTJWEB - Sistema Judicial Único – Distrito Federal	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Operacional/transacional	Distrito Federal	Processos judiciais	30% da base do SISTJ	Cadastro de processos	Permanente	Desde 1960	Diária	Mediante solicitação fundamentada
SAJ - MS	Sistema de Automação da Justiça – SAJ – Mato Grosso do Sul	Secretaria de Tecnologia da Informação - MS	Operacional/transacional	Estado do MS	Comarca e Vara	100% das unidades judiciárias	Processos Judiciais: dados da justiça comum e juizados e dados das Turmas Recursais e Tribunal	Permanente	Desde 2000	Diária	Variáveis selecionadas
Sistema Judwin	Sistema Judwin	Tribunal de Justiça de Pernambuco	Operacional/transacional	Estado de Pernambuco	Processos judiciais	100% das ações processuais	Processos judiciais	Permanente	NI	Diária	Restrita
Orabidata	Orabidata - Pará	Tribunal de Justiça do Pará	Analítica/estratégica	Comarcas do estado do Pará	Unidade judiciária, comarcas, regiões	100% das comarcas do Estado	Processo judicial	Mensal	Desde 2009	NI	Mediante solicitação fundamentada
SISCOM- PB	SISCOM-CPJ - Paraíba	Tribunal de Justiça da Paraíba	Operacional/transacional	Estado da Paraíba	Varas	100% das Varas do Estado	Processo judicial	Permanente	Desde 1997	Diária	Informações agregadas selecionadas
Themis1G	Sistema do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Tribunal de Justiça do RS	Operacional/transacional	Comarcas do Estado do RS	Processo judicial	100% das comarcas do Estado	Processo judicial	Permanente	Desde 2004	Diária	Acesso restrito
Anuário Estatístico do Amazonas	Anuário Estatístico do Amazonas	DEPI - Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Governo do Amazonas	Analítica/estratégica	Estado do Amazonas	Municípios e Estado	100% dos municípios	Sem informação	Anual	2001 a 2013	Ano	Sim
SIGA	Sistema de Informações Governamentais do Amazonas	Governo do Amazonas	Analítica/Estratégica	Estado do Amazonas	Estado, ou regiões do município de Manaus ou por DP	Estado do AM	Dados informados pelas Secretarias e órgãos estaduais	Mensal/anual		Mensal	
IPESE	Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Governo do Estado da Bahia	Analítica/estratégica	Estado da Bahia	Município	100% dos municípios baianos	Registros administrativos	Sem informação	2010 a 2013	Não se aplica	Sim

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
Anuário Estatístico do Ceará	Anuário Estatístico do Ceará	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)	Analítica/Estratégica	Estado do Ceará	Municípios	100% dos 184 municípios	IBGE, FGV, Secretarias estaduais	Anual	Desde aprox. 1870	Anual	Sim
Pesquisa com os Jovens Fora da Escola	Pesquisa com os Jovens Fora da Escola – Espírito Santo	Instituto Jones dos Santos Neves e Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas do Espírito Santo	Analítica/estratégica	Bairros de Vitória	Indivíduo	Cerca de 60% dos jovens identificados como fora da escola	Entrevista a partir de questionário estruturado	Única	Retrato no segundo semestre de 2015	Não se aplica	Mediante solicitação
BDE Goiás	Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos	Analítica/estratégica	Estado de Goiás	Município e Estado	100% dos municípios de Goiás	Fontes externas, a depender da variável	Sem informação	1980 a 2015	Ano	Sim
IDM – GO	Índice de Desempenho dos Municípios Goianos	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos	Analítica/estratégica	Estado de Goiás	Município	100% dos municípios goianos	Levantamentos oficiais (Censo demográfico, Censo Escolar, etc.), Sistemas de informações (RAIS, DataSUS, Mapa da Saúde, etc.) e Registros administrativos (ANATEL, CELG, SANEAGO, AGETOP, SEINFRA, DNIT, etc)	Bienal	2010 e 2012	Retrato no ano	Sim
IVJ-GO	Índice de Vulnerabilidade Juvenil dos Municípios Goianos	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás	Analítica/Estratégica	Estado de Goiás	Municípios	100% dos municípios do Estado de Goiás	IBGE e dados das Secretarias de Estado	Sem periodicidade	Desde 2010	Retrato do momento da coleta	
SEIS – Minas Gerais	Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento	Fundação João Pinheiro	Analítica/estratégica	Estado de Minas Gerais	Distritos/municípios	100 % dos municípios do Estado de Minas Gerais	Pesquisa "in loco" junto aos órgãos públicos e empresas responsáveis	Bienal	Desde 2010	Bienal	Base de dados aberta
Contas Regionais - MG	Contas Regionais - MG	Fundação João Pinheiro	Analítica/estratégica	Estado de Minas Gerais	Municípios	100 % dos municípios do Estado de Minas Gerais	Dados secundários do IBGE	Trimestral	Desde 1995	NI	Base de dados aberta
BDEweb	Base de Dados do Estado do Paraná	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES	Analítica/estratégica	Estado do Paraná	Municípios	A cobertura da base de dados está relacionada ao tema e a disponibilidade dos mesmos pela fonte primária.		Permanente	Desde 1980		Base de dados aberta
Idese	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – Idese – Rio Grande do Sul	FEE Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Analítica/estratégica	Estado do RS	Município	100% dos municípios do RS	Informações brutas de registros administrativos das secretarias, IBGE e INEP	Anual	2007 a 2012	Ano	Sim
Estimativas Populacionais do Rio Grande do Sul	Estimativas Populacionais FEE - Revisão 2015 – Rio Grande do Sul	FEE Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Analítica/Estratégica	Estado do RS	Município	100% dos municípios do RS	Dados de nascimentos e óbitos da secretaria da saúde e metodologia interna da FEE	Anual	2001 a 2014	Ano	Sim

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
PIB Trimestral	PIB Trimestral do Rio Grande do Sul	Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Analítica/estratégica	Estado do RS	UF	Entre 80 e 90 % da atividade econômica do Estado	Sem informação	Trimestral	2002 a 2015	Trimestre	Sim
IPRS-SP	Índice Paulista de Responsabilidade Social	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade	Analítica/estratégica	Estado de São Paulo	Municípios	100% dos municípios de São Paulo	Registros administrativos e indicadores calculados	Bienal	Desde 2000	Bienal	Base aberta
IMP – São Paulo	Informações dos Municípios Paulistas	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade	Analítica/estratégica	Estado de São Paulo	Municípios; Distritos das capitais	100% do Estado de São Paulo	Registros Administrativos diversos e indicadores calculados	Permanente	Depende dos dados	NI	Base de dados aberta
IPVS-SP	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – São Paulo	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade	Analítica/estratégica	Estado de São Paulo	Setores censitários	100% do Estado de São Paulo	Registros Administrativos diversos e indicadores calculados	Ano censitário	Desde 2000	NI	Base de dados aberta
IVJ - SP	Índice de Vulnerabilidade Juvenil – São Paulo	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade	Analítica/estratégica	Município de São Paulo	Distritos do município de São Paulo	100% dos distritos do município de São Paulo	Registros Administrativos diversos e indicadores calculados	Ano censitário	Desde 2000	NI	Base de dados aberta
Sistema de Estatísticas Vitais – São Paulo	Sistema de Estatísticas Vitais – São Paulo	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade	Analítica/estratégica	Estado de São Paulo	Registros de óbitos ocorridos no Estado	100% os municípios e distritos administrativos da Capital paulista.	Cartórios de registro civil	Anual	Desde 1996	Mensal	Base de dados aberta
Boletim Anual de Estatística Criminal de Alagoas	Boletim Anual de Estatística Criminal de Alagoas	Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas	Analítica/estratégica	Estado de Alagoas	Ocorrências	Todo o Estado de Alagoas	Informações enviadas aos órgãos de Defesa Social	Sem informação	2012 a 2013	Dia da semana	
SISP-PA	Sistema de Informação da Segurança Pública	Polícia Civil do Pará	Operacional/transacional	Estado do Pará	Ocorrências criminais	100% dos municípios do Estado	Boletins de Ocorrência	Permanente	Desde 2007	Diárias	Mediante solicitação fundamentada
SISP-SC	Sistema Integrado de Segurança Pública	Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina	Operacional/transacional	Estado de Santa Catarina	Bairro, distrito policial, município	100% dos municípios	Boletins de ocorrência	Mensal	Desde 2000	NI	Mediante solicitação fundamentada
i-PEN-SC	i-PEN Sistema de Identificação e Administração Prisional	Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina	Operacional/transacional	Estado de Santa Catarina	Departamento	100% dos estabelecimentos prisionais de SC	Cadastro de presos	Mensal	Desde 2007	Mensal	Mediante solicitação fundamentada
Boletim Online	Boletim Online	Secretaria de Segurança Pública de Sergipe	Operacional/transacional	Estado de Sergipe	Ocorrências criminais	100% das unidades policiais	Boletins de ocorrência	Permanente	Desde 2008	Diária	Variáveis selecionadas
SAP-SE	Sistema de Administração Penitenciária (SAP) - Sergipe	Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa do Consumidor - SE	Operacional/transacional	Estado de Sergipe	Indivíduos e Estabelecimentos prisionais	100% dos estabelecimentos prisionais	Cadastros feitos pelo cartório das Unidades Prisionais	Permanente	Desde 2006	NI	Consulta para pessoas autorizadas

5. ANÁLISE DO MAPEAMENTO DAS BASES DE DADOS E VARIÁVEIS DE INTERESSE PARA A GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL

Entre as características ideais que um bom sistema nacional de informação sobre justiça criminal deve ter, poder-se-ia elencar as seguintes: ser orientado para o usuário final; ser contextualizado por outras estatísticas e séries temporais; ter continuidade e atualização constante; ser confiável; ter flexibilidade para incorporar problemas conjunturais, garantir uniformidade de conceitos e definições padrões; garantir a segurança das informações confidenciais e a publicidade das não confidenciais (UNITED NATIONS, 2003). A regra geral é, ressalvadas informações que possam ser publicamente justificadas como sigilosas, a transparência.

Os dados no sistema de justiça criminal são quase sempre compilados de bases que foram projetadas para finalidades administrativas e raramente com finalidades especificamente de pesquisa. O sistema de informação policial procura, na maior parte das vezes, reunir elementos para a investigação e culpabilização individual do autor e não reunir informações sobre o perfil sócio demográfico dos criminosos. No ministério público e na justiça, trata-se também de levantar informações processuais, elementos para contextualizar e avaliar o ato individual. Finalmente, no âmbito do sistema prisional, o interesse está em reunir dados relevantes para a execução da pena e não fazer pesquisa criminológica. É natural que cada instituição procure reunir aquelas informações importantes para a consecução de suas finalidades institucionais.

O resultado disto é que, para o estudioso dos fenômenos criminais, estas bases, como vimos, são incompletas, inadequadas muitas vezes para responder as questões teóricas colocadas e cuja qualidade vai decrescendo na medida em que as variáveis se afastam dos interesses imediatos de cada instituição. Estas bases podem não conter as informações necessárias para avaliar políticas públicas de segurança ou programas particulares. Em função disso, é preciso pensar criativamente na utilização de outras possíveis fontes de dados para complementar ou checar as informações fornecidas pelas bases de dados oficiais. As pesquisas de vitimização e de crimes auto reportados são as fontes alternativas mais conhecidas e usadas inclusive pelos órgãos governamentais de vários países para complementar as estatísticas oficiais.

Nesse sentido, é preciso que os gestores estejam atentos para o contexto em que foram produzidos os dados, identificando o alcance e limitações de cada variável. A seguir identificamos alguns dos pontos mais problemáticos.

- Duplicidade. Cada instituição produz dados por motivos diferentes: obrigação legal, necessidade de formular política pública ou missão institucional. Nesse contexto pode acontecer de instituições diferentes produzirem dados semelhantes ou até iguais, dispersando recursos que poderiam de outra forma ser otimizados.
- Séries históricas interrompidas. O comportamento dos fenômenos no tempo é um dos controles mais importantes para estudos de relação entre variáveis. Séries

históricas interrompidas podem motivar que novas instituições tomem para si a prerrogativa de produzir informações que anteriormente buscavam de terceiros.

- Unidades de análise diferentes. Crimes são eventos individuais, mas entram nas bases de dados de modo agregado, por área territorial (município, estado). Neste sentido, para explicar sua incidência, concentração, variações temporais e outras características, faz mais sentido lançar mão de fatores ecológicos (ou que podem ser agregados a este nível) para “explicá-los”. Para tanto, é preciso que as variáveis estejam organizadas no mesmo nível de agregação. Em muitos casos isso não acontece e o usuário precisa ter em mente que haverá necessidade de tempo de trabalho para tornar compatíveis os níveis de agregação ou, em alguns casos, saber que isso não será possível.
- Alimentação incompleta de instrumentos. Instrumentos de coleta ou fichas operacionais podem ser extensivos, contendo muitos campos úteis e importantes. A realidade dos operadores “no nível da rua”, porém, pode dificultar o preenchimento completo no dia-a-dia de trabalho. O processo de aperfeiçoamento de uma base de dados pode levar anos e exige investimentos de fôlego para sustentabilidade.
- O uso adequado das bases existentes será tanto melhor quanto maior o conhecimento, publicidade e acompanhamento dos metadados.
- Perda ou dificuldade de acesso a dados produzidos. Um problema que tem se tornado mais raro, mas que pudemos identificar durante a pesquisa foi a perda de dados ou dificuldade de acesso. Dados armazenados em tabelas foram encontrados, geralmente para levantamentos anteriores a 2001. Um caso mais interessante foi o de uma base operacional em que a atualização de dados causa que o dado anterior seja apagado.

A breve análise abaixo exemplifica os temas acima por meio das bases levantadas, a partir de três categorias gerais: ocorrências, estrutura e gestão e outras bases.

a. Ocorrências

Uma das variáveis mais importantes para a área de segurança pública³ é a ocorrência homicídios dolosos, tanto pela relevância do evento quanto pela baixa subnotificação. Nesse sentido, a variável “morte por causas externas: mortes por agressão” do **Sistema de Informações de Mortalidade – SIM** do Datasus/MS, é uma das mais importantes. Em comparação com as estatísticas estaduais produzidas a partir de boletins de ocorrências, o SIM tem maior padronização entre as UF. Um problema muito comum nas estatísticas estaduais, por exemplo, é a falta de padronização em contabilizar a ocorrência ou o número de vítimas.

³ Como explicado anteriormente, a base Sinesp será descrita na etapa 02 da meta 01.

Os dados de mortalidade por causas externas na saúde não sofrem desse problema, porém, são divulgados com considerável distância temporal em relação às ocorrências: em janeiro de 2016, por exemplo, estavam disponíveis dados até dezembro de 2013.

Outra dificuldade está relacionada à natureza da coleta na área de saúde: se a consulta for por local de ocorrência do óbito, uma pessoa que tenha sofrido uma agressão em um município, mas que tenha sido atendida em um município vizinho, terá sua morte contabilizada no local onde o óbito (e não a agressão) ocorreu, causando aumento artificial nos números de ocorrência em polos regionais de atração. A consulta também pode ser feita por local de residência da vítima, o que, por sua vez, pode causar distorções se o indivíduo foi vitimado em local diferente do local onde reside. Uma informação útil que pode também ser extraída do SIM é uma aproximação da variável de disponibilidade de armas de fogo⁴: a proporção de suicídios cometidos com armas de fogo sobre o total de suicídios.

De forma semelhante, o **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN** do Ministério da Saúde é utilizado para registrar ocorrências de interesse para os gestores com o intuito de controlar surtos ou epidemias. Nesse sentido, qualquer suspeita de agravo decorrente de violência interpessoal ou autoprovocada deveria gerar o preenchimento de uma ficha específica por parte do responsável na unidade de saúde no ato de atendimento⁵. Se por um lado a padronização entre as UF é um ponto forte dessa coleta, por outro, a taxa de preenchimento por parte dos operadores é bastante precária e o sistema não tem previsão periódica de divulgação⁶. Há atualizações periódicas dos instrumentos e instruções de coleta de modo que os esforços para aprimoramento do sistema existem e estão em curso.

O ponto forte do **Sistema Nacional de Armas (SINARM)** é que, por tratar-se de um sistema operacional para registro de armas previsto em lei, cobre, por definição, plenamente os dados sobre propriedade e comércio de armas de fogo em situação regular (com exceção das armas de controle do Exército), com detalhamento de informação. Além desses, o sistema também inclui dados nacionais de apreensão de armas realizado pelas polícias, parte em que a base é mais frágil⁷.

Também possuem dados de ocorrência relacionados a violência, crimes e infrações em contexto escolar, a **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE** (IBGE/MS) e **Prova Brasil** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, ME).

⁴ Dada a natureza clandestina da posse de grande parte das armas de fogo, essa aproximação é amplamente aceita pela literatura internacional.

⁵ O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) utiliza o Sinan para realizar ações de vigilância e controle de violência.

⁶ O último boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde a tratar do tema data do ano de 2011. 2.898 instituições notificadoras.

⁷ Não existe acesso público ou divulgação sistemática de dados. A informação sobre inconsistência de preenchimento sobre apreensões por parte das polícias foi obtida por meio de entrevista presencial com o Chefe da Divisão Nacional de Armas da Polícia Federal, em 10/12/2015.

b. Estrutura e gestão de segurança pública, sistema prisional e áreas correlatas.

Os dados estruturais da área de segurança pública podem se mostrar problemáticos no que diz respeito a levantamento de séries históricas. Dados de efetivos das forças policiais, por exemplo, existem na pesquisa **Perfil das Instituições de Segurança Pública** da Senasp-MJ, na **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**, do Ministério do Trabalho e Emprego, mas ambas com problemas de inconsistência e lacunas. Por outro lado, a **Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadiv**, realizada pelo IBGE desde 2012, incluiu nos levantamentos de 2013 e 2014 uma ampla gama de questões relacionadas não apenas a efetivos, mas à estrutura geral e gestão da segurança pública no nível dos estados, como número de delegacia, treinamento de policiais e outras. Esses dados, até o momento, parecem subutilizados pela comunidade de pesquisa. Dada a capacidade operacional de uma instituição como o IBGE, talvez seja possível que esta possa até mesmo levantar dados retroativos anteriores a 2013. Também o IBGE é responsável pela tradicional **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC**, que passou a incluir um levantamento periódico de informações sobre a estrutura e gestão de segurança pública no nível municipal, tais como efetivo e treinamento das guardas civis, existência de órgão gestor, existência e natureza de conselho municipal de segurança pública e plano de gestão na área, entre outros.

Outra instituição com papel fundamental na produção de dados nacionais tem sido o Conselho Nacional de Justiça. Um trabalho de grande fôlego tem sido realizado junto aos tribunais de justiça na gestão da informação. Esse trabalho aparece de forma sintetizada no anuário estatístico **Justiça em Números**, com informações sobre estrutura, recursos humanos, produtividade e outras informações dos tribunais de justiça de todo o país. O mais interessante desse trabalho é compreender como os sistemas estaduais se apropriaram do tema da transparência, utilizando os dados para planejamento estratégico e divulgando por conta própria os dados locais. Como os tribunais estão em estágio bastante avançado na informatização de suas operações, o Departamento de Pesquisas Judiciárias, responsável pela edição do anuário **Justiça em Números**, prevê que a próxima edição contenha dados de processos criminais desagregados por natureza das ocorrências⁸.

O CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais é um levantamento importante e que contém, em grande parte, as mesmas informações atualmente produzidas nos censos semestrais produzidos pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. O fato de a lei de execução penal determinar que o preenchimento pelo juiz responsável seja mensal traz alguma dificuldade no efetivo preenchimento dos dados⁹, mas

⁸ Informação obtida em entrevista com a diretora técnica do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ em 10/12/2015.

⁹ A parte visível da base, o Geopresídios, que é divulgada na Internet, não informa a data a que se refere a situação de cada unidade prisional, unidade da federação ou município.

uma força tarefa entre as instituições interessadas poderia ser capaz de sugerir modificações na lei ou até mesmo criar módulos diferentes do levantamento (estrutura para atendimento em saúde, estrutura física, ocorrências, perfil dos apenados, regime e assim por diante) a serem preenchidos em sequência durante o semestre. Ainda em relação ao CNJ, existe uma base de dados operacional utilizada nos tribunais estaduais, o **CNACL - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei**, que é necessariamente acionado a cada vez que o juiz da vara da infância e juventude profere uma sentença socioeducativa. Se a base é bastante fiel do ponto de vista da entrada dos adolescentes no sistema socioeducativo porque visa ao controle e proteção previstos no ECA, a saída não implica que a informação seja imediatamente preenchida pelo juiz de modo que uma extração de informações da base que vise a mostrar um retrato de adolescentes em cumprimento de medida em um determinado momento no tempo pode apresentar sobrenotificação¹⁰.

Entre seus diversos sistemas, a Polícia Federal mantém a **Gestão Eletrônica de Segurança Privada** (anteriormente SISVIP-Sistema de Segurança Privada da Polícia Federal), de natureza operacional, uma vez que é de prerrogativa legal que a polícia judiciária federal realize a fiscalização e controle das empresas e indivíduos ligados a esta área de atividade. Com informações detalhadas e atuais, inclusive incluindo ocorrências de empresas irregulares desativadas em operações estaduais da PF, essa base tem interesse para os estudos de criminalidade e segurança. Necessário atentar, no entanto, que a série histórica pode estar se perdendo uma vez que atualizações na base apagam informações anteriores e não há informações de procedimentos de backup¹¹.

c. Outros tipos de base de abrangência nacional

Dados de perfil demográfico e socioeconômicos são aqueles mais utilizados para pensar a segurança pública. Em termos básicos, a **projeção da população** realizada periodicamente pelo IBGE é fundamental para o cálculo de taxas de ocorrências. Uma dificuldade dessa base é que a projeção das UF não é realizada por idades simples, mas por faixas etárias, agregando em um dos grupos pessoas com idades entre 15 e 19 anos de modo que impossibilita o cálculo de taxa de aprisionamento apenas sobre a população adulta ou a taxa de jovens infratores encarcerados sobre o total de jovens na população, com acuidade, por UF (para isso são necessários novos cálculos e projeções). Outro tipo de informação importante é a frota de

¹⁰ Essa informação foi obtida em entrevista com servidores do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, em 10/12/2015.

¹¹ A base de dados tem muitas restrições de segurança e não há previsão de acesso que não seja a um grupo restrito de servidores. Essa informação foi obtida em reunião com delegado da Divisão de Análise de Processos e Expedição de Documentos da Coordenação-geral de Controle de Segurança Privada, realizada em Brasília, em 10/12/2015.

veículos, necessária para calcular taxas de roubos e furtos desse tipo de bens, que é publicada no **Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavan**, desagregada por município/mês, rapidamente atualizada pelo Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, do Ministério das Cidades. Bases de atendimento socioassistencial tais como o **Relatório Mensal de Atendimento dos CRAS e CREAS** e os **Índices de Desenvolvimento dos CRAS e CREAS** podem fornecer variáveis de interesse tanto a respeito da estrutura disponível para mitigar vitimização primária, secundária e terciária de grupos vulneráveis, como quanto variáveis de ocorrência, mas para essa segunda categoria pode ser mais frágil e sujeita a causar sobrenotificação de casos onde a estrutura de atendimento for mais eficiente.

d. As bases de dados de nível estadual

A pesquisa de bases de dados de interesse para a segurança pública são basicamente dois tipos de bases: as de caráter analítico e estratégico e as bases de tipo operacional.

As bases de tipo analítico e estratégico são geralmente produzidas pelos órgãos estaduais de estatísticas e pesquisa, com abrangência estadual e nível de desagregação municipal ou inframunicipal, como distritos. As fontes são entrevistas individuais amostrais ou ainda registros administrativos oriundos das secretarias e outros órgãos estaduais, como boletins de ocorrência, cadastros administrativos ou dados secundários produzidos por outras instituições. As bases de caráter analítico/estratégico não tem interesse em informações individuais, mas principalmente nas informações agregadas, que revelam padrões e tendências. A finalidade é orientar gestores e atores públicos e provados e por isso na maioria das vezes a base é aberta para consulta pública. A periodicidade é geralmente mensal ou anual e a maioria delas começou a ser compilada nos últimos 20 anos. Elas contem basicamente variáveis de cunho socioeconômico e demográfico das unidades geográficas que podem ser utilizados para explicar a incidência e certas características da criminalidade local.

As bases operacionais, por seu turno, são geralmente produzidas pelos órgãos de justiça criminal – polícia, justiça, etc. – também em abrangência estadual e frequentemente num nível menor de desagregação do que as bases estratégicas, chegando a individualizar pessoas, eventos e processos. As fontes são boletins de ocorrência, fichas e cadastros pessoais e processos judiciais, entre outros. Estas bases tem interesse em informações individualizadas e pessoais, para fins de investigação, persecução penal ou tratamento penitenciário, entre outros. Elas não foram explicitamente elaboradas para a obtenção de padrões e tendências estatísticas a partir de dados agregados. Assim, as estatísticas são em geral um subproduto secundário extraído das bases, cuja função primordial não é orientar políticas públicas mas conduzir casos específicos. Como conta com informações pessoais e sigilosas sobre indivíduos e processos, as bases tendem a ser fechadas e acessíveis somente em condições especiais, mediante pedido fundamentado. Estas bases costumam ser gigantescas, pois não apenas possuem maior granularidade (indivíduos, processos) como coletam dados em periodicidade diária ou permanente. Estamos falando de bancos de dados relacionais e transacionais com inúmeras bases e tabelas de apoio, ligadas por alguma variável chave. Tais bancos exigem um

grande conhecimento de meta-dados – estrutura da base, dicionários, etc. – e diversas manipulações – junções, agregações – para que as informações possam ser corretamente utilizadas. Neste caso, uma vez que a Senasp tem interesse apenas nas informações agregadas para uso analítico e estratégico das informações, poder-se-ia pensar em ETLs¹² para extrair periodicamente dados agregados selecionados destas bases.

¹² Extract, Transform and Load (ETL) é um processo utilizado em base de dados para extrair informações de fontes heterogêneas, transformar dados para o formato mais adequado ao uso pretendido e carrega arquivos em um repositório único.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento das bases de dados demonstra os esforços existentes na produção de dados, bem como os enormes desafios existentes para utilizá-los de forma produtiva e consistente. Em se tratando das unidades da federação, é visível que existe uma tendência de profissionalização da área de produção de dados com a criação de autarquias especializadas na produção e elaboração de dados estatísticos. Embora essa tendência possa estar ameaçada no curto prazo – algumas fundações parecem estar encolhendo ou sendo fundidas com autarquias de outra natureza –, é possível que essa expertise se mantenha. Além disso, essas fundações demonstram capacidade de articulação e difusão de seus modelos: um sistema IMP, desenvolvido pela Fundação Seade do Estado de São Paulo, por exemplo, foi doado à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) e apropriado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos para estruturar o Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás. Outro exemplo da possibilidade de parcerias é a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos PED/DIEESE. Atualmente ela é realizada em sete regiões metropolitanas de sete estados com a participação da Fundação SEADE (SP), Fundação João Pinheiro (MG), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE (RS), Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco e Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI. Essa capacidade de articulação é importante para o estabelecimento de padrões de produção de dados que possam ser compatíveis em pesquisas nacionais. É importante para o governo federal avaliar a importância dessas fundações e apoiar a manutenção das mesmas bem como sua coordenação.

O Ministério da Justiça, através especialmente da Senasp e do Depen, é um ator privilegiado no campo pela sua capacidade de coordenação e indução com alcance nacional para desencadear processos de padronização, diálogo, troca e melhoria na produção de dados que possam ser utilizados para os estudos sobre criminalidade e segurança, concentrando esforços em:

- Mediar acordos de padronização quando essa for possível.
- Identificar lacunas de variáveis e instituições mais aptas a preenchê-las, seja incluindo campos em pesquisas já existentes, seja criando novas pesquisas.
- Informar as instituições tradicionalmente produtoras de dados quais informações são de interesse para a segurança pública.
- Financiar produção de dados, quando pertinente.
- Induzir padrões de qualidade na produção dos dados.
- Induzir a padronização na publicização de metadados.
- Induzir a utilização dos dados produzidos fomentando a pesquisa, divulgando metadados, disseminando formas de uso.
- Manter banco permanente de metadados de interesse para a segurança pública.
- Promover o diálogo entre os gestores, entidades produtoras de pesquisa e bases operacionais.

a. Lacunas a serem preenchidas

A área de consumo e uso de álcool e outras drogas é uma de grande interesse para a segurança pública. Diversas iniciativas existem para produzir dados consistentes, mas há problemas de continuidade para construção de série histórica consistente em nível nacional e comparativo entre as UFs. Mesmo problema encontrado nas pesquisas de vitimização.

Em áreas em que a pesquisa é recente, tal como censos de população em situação de rua, as iniciativas aparecem em grandes capitais, isoladamente.

Dados na área de justiça, especialmente das varas criminal e de execução penal, parecem estar em processo de estruturação. A pesquisa nos tribunais de justiça dos estados mostrou que há uma ampla infraestrutura de bases operacionais em funcionamento, de forma bastante homogênea entre as UFs. Dado que essas bases foram construídas com a coordenação e o apoio do Conselho Nacional de Justiça e que este órgão tem produzido a pesquisa Justiça em Números de forma cada vez mais completa, é de se esperar que em breve haverá ampla disponibilidade de dados sobre crimes julgados, sentenças e cumprimento de pena para todas as unidades da federação.

Outro fato importante é a crescente e rápida evolução das tecnologias de informação, que vêm gerando uma “revolução silenciosa” em diversos campos de práticas e saberes. Destaca-se, entre os produtos das novas tecnologias, os sistemas de georreferenciamento, ou seja, sistemas de informações geográficas (GIS) que permitem localizar espacialmente determinados eventos ou situações (ocorrências criminais, distribuição de serviços e equipamentos públicos, características socioeconômicas e assim por diante). O uso destas ferramentas no planejamento e definição de estratégias no campo da Segurança Pública foi alavancado tanto por esta evolução tecnológica quanto pela evolução teórico-conceitual nos campos da Justiça e Segurança e de novos estudos criminológicos.

Os sistemas de informação georreferenciadas passaram a ser utilizados, no que tange especificamente à criminalidade, “para a detecção de padrões e regularidades de maneira a dar suporte a atividades de policiamento, bem como para prestar contas à comunidade sobre problemas relativos à Segurança (...). Para tal, um conjunto de técnicas e métodos tem se desenvolvido para a identificação de ‘hot spots’, ou áreas com alta incidência de criminalidade que tem servido de base para o planejamento conjunto entre diversas agências públicas” (Beato, 2000, p. 7).

A construção de geoarquivos consiste na montagem de bases georeferenciadas de informação de diversas fontes administrativas, da justiça criminal e de dados censitários. A base espacial torna-se o denominador comum de todas estas bases de informação oriundas de diferentes fontes, com distintas unidades de contagem, tornando possível a construção de uma base de dados que agregue os mais diversos tipos de informação.

Se essas tecnologias têm sido usadas pelas áreas de planejamento das polícias, o acesso a dados georreferenciados ou que permitam procedimentos nesse sentido podem ser de difícil acesso. Já que envolvem a privacidade de indivíduos, esses dados devem passar por tratamento antes de serem divulgados, tratamento este que nem sempre é realizado pelas

instituições de origem que podem optar simplesmente pelo sigilo e vetar sua utilização em pesquisas externas.

b. Considerações sobre a alternativa de criar um repositório de dados abertos nacional sobre segurança pública

Até alguns anos atrás um dos grandes problemas no campo da segurança pública era a falta generalizada de bases de dados sistematizadas para estudar os fenômenos relacionados à área. Com o barateamento dos microcomputadores individuais, *softwares* de análise, financiamentos públicos e privados, - inclusive com apoio decisivo da Senasp - a filosofia dos dados governamentais abertos e uma renovada ênfase na tradição empírica de levantamento e análise de dados quantitativos – entre outras razões – assistimos a um crescimento significativo dos estudos lastreados em bases de dados quantitativas. Atingido certo patamar de massa crítica de dados, é pertinente começar a pensar de que maneira é possível otimizar seu uso para os pesquisadores, gestores e o público em geral.

Uma tendência tem sido a construção de repositórios de dados digitais, que organizam e disponibilizam o acesso há um grande número de bases sobre determinado tema. Muitas instituições de financiamento de pesquisas passaram a incluir nos últimos anos a exigência de que os dados levantados com os sejam posteriormente cedidos a um repositório público e algumas revistas científicas pedem que além do artigo, sejam submetidas também as bases de dados utilizadas. No âmbito Europeu, a OCDE elaborou em 2004 uma Declaração sobre o acesso a dados científicos com financiamento público, aprovada pelos representantes ministeriais de 34 países, reconhecendo que “o acesso livre e o uso irrestrito dos dados promovem o progresso científico e maximizam o retorno do investimento público nas atividades de recolha de dados, e que restrições indevidas ao acesso e utilização dos dados científicos podem diminuir a qualidade e eficiência da investigação científica e inovação”. A Senasp tem financiado a construção de diversas bases de dados nos últimos anos e contribuído significativamente para o avanço do conhecimento científico sobre a criminalidade no Brasil. Estas bases de dados financiadas com recursos públicos poderiam estar acessíveis a outros pesquisadores, otimizando assim seu uso.

Um repositório é um sistema informatizado onde existe uma plataforma de armazenagem de objetos organizados em arquivos, capaz de incorporar novos objetos na medida em que são submetidos (Ribeiro, 2010). Não se trata apenas de um espaço virtual para fazer *downloads*. Nos repositórios é possível encontrar as bases, os dicionários descrevendo as variáveis, artigos e pesquisas publicados, informações sobre o autor, instituição financiadora e uma miríade de outras informações relevantes que formam os metadados das bases, sem os quais sua reutilização pelos demais fica seriamente prejudicada: esquema amostral, período de coleta, metodologia empregada, granularidade geográfica, conceitos e definições empregados, etc.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Uma das vantagens destes repositórios de bases é que existem ferramentas que permitem recuperar todas as bases existentes, de acordo com filtros e critérios de interesse, por exemplo, todas as bases de determinada instituição, dentro de certo período, sobre o tema “X”. As ferramentas automatizam em parte o processo de submissão das bases pelos doadores, disponibilizando formulários padronizados para coletar os metadados. Agilizam igualmente os trâmites necessários para os futuros utilizadores, como a assinatura do termo de responsabilidade.

Por traz deste trabalho de organização dos repositórios existe sempre uma instituição curadora – universidade, centro de pesquisa, instituto, etc. – que recebe, avalia, descreve, complementa, divulga, disponibiliza as bases doadas pelos pesquisadores, além de cuidar dos aspectos legais envolvidos na doação e uso das informações, *copyrights*, produzir relatórios sobre os assuntos mais procurados, cursos e manuais para a utilização das bases de dados e um grande número de atividades correlatas.

Pesquisas, em especial as quantitativas, são caras – usualmente financiadas com recursos públicos – demoradas, difíceis de fazer. Apesar disso, são, frequentemente, subutilizadas pelas instituições e autores responsáveis, premidos pela necessidade de entregar rapidamente produtos que justifiquem os financiamentos. O resultado é que normalmente se dedica muito tempo e recursos para a produção dos dados e pouco na análise. Por outro lado, existem diversos utilizadores em potencial – estudantes, pesquisadores em estágio inicial da carreira, meios de comunicação e instituições governamentais – sem recursos para produzir seus próprios dados, mas ávidos por bases para fazer suas pesquisas e análises.

Como empreendedores em outras áreas, os pesquisadores que fizeram o projeto e levantaram os dados originalmente tem o direito de explorar as bases em primeira mão. Todavia, particularmente quando recursos públicos foram utilizados, passado algum tempo e retiradas, eventualmente, informações consideradas sigilosas, a boa prática, cada vez mais exigida, é que as bases de dados sejam disponibilizadas. Os dados devem ser partilhados tão cedo e de forma tão ampla quanto possível (Ribeiro, 2010).

As curadorias, através da manutenção dos repositórios, fazem o papel de unir estas duas pontas, das quais podem resultar inúmeras vantagens:

- Preservação das informações: por acidentes ou negligência, não raramente bases inteiras são perdidas. Num repositório público, com *backups* periódicos e a disseminação de cópias entre os recebedores, a preservação das informações fica assegurada.
- Reutilização dos dados: geralmente o pesquisador ou instituição responsável tem interesse de analisar algumas hipóteses principais. Mas as bases permitem um número ilimitado de análises sequer antecipadas por seus criadores. Elas podem e devem ser reutilizadas para avançar diversas outras hipóteses, contribuindo assim para o avanço da ciência.
- Possibilidade de auditar e rever resultados de pesquisas por pares. Resultados inovadores ou de algum modo destoantes são vistos com desconfiança pela



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



comunidade acadêmica. A possibilidade de reproduzir os experimentos a partir dos dados originais ajuda a corroborar ou refutar os resultados encontrados.

- O livre acesso aos dados contribui assim para diminuir não apenas erros involuntários nas pesquisas, mas também os casos de fraude e plágio dolosos.
- Com a disponibilização, cresce o número de citações dos trabalhos cujas bases foram disponibilizadas, com todas as vantagens acadêmicas que isso implica para os pesquisadores doadores.
- Maximiza-se o retorno dos investimentos públicos e evita-se a realização de pesquisas redundantes.
- Possibilidade de uso de bases reais para efeitos de treinamento e formação de novos pesquisadores.
- Confere maior transparência as pesquisas e seus resultados, pesquisadores e instituições de pesquisa.

Para além da criação de um eventual *datawarehouse* com as bases aqui analisadas, acreditamos que a Senasp poderia dar uma contribuição se fizesse a curadoria destas e das dezenas de outras bases de dados que foram o fruto de financiamentos da Secretaria nos últimos anos, tornando público o acesso a estes dados. Todavia, a curadoria desse repositório precisa estar atenta para o problema de atualização dos acervos e não pode pretender ser o espaço exclusivo de tais bases. O mais importante é que tal mecanismo seja um poderoso instrumento remissivo, conectando todas as bases em uma rede de informações e valorizando vocações e autorias. No limite, o repositório deve agregar uma camada analítica aos dados e permitir que eles sejam transformados em informações úteis à melhoria da segurança pública brasileira.

Como última ressalva, vale a pena lembrar que o governo federal tem um projeto de dados abertos atualmente em andamento e o Ministério da Justiça, Senasp e Depen poderiam avaliar as possibilidades de um uso diferenciado dessa plataforma através da criação de módulos de metadados específicos para a área de segurança pública.

7. DESCRIÇÃO DE METADADOS DAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS DE RELEVÂNCIA PARA A ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL – BASES DE ABRANGÊNCIA NACIONAL

a. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID

Base: Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil

Instituição responsável: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid/Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Contato: Universidade Federal de São Paulo. Depto. de Medicina Preventiva. Rua Botucatu, 740 - 4º andar. 04023-900 - São Paulo – SP. cebrid.unifesp@gmail.com. Tel: (11) 5576-4997 <http://www.cebrid.epm.br/index.php>

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: A pesquisa é realizada pelo CEBRID em parceria com a Secretaria Nacional de Drogas. A intenção é fazer um levantamento dos padrões de consumo de drogas na população das cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, acompanhado de dados socioeconômicos. A publicação de referência para esta descrição mais recente data de 2005.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelos municípios dentro do universo da pesquisa.

Cobertura: Amostra estratificada e por conglomerados, dentro do universo das cidades com mais de 200 mil habitantes (incluindo a capital Palmas – TO que, à época, ainda não tinha 200 mil habitantes) e na faixa etária de 12-65 anos.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Indivíduo

Fontes de alimentação: Questionário do SAMHSA (Substance Abuse and Mental Health Services Administration) do U.S. Department of Health and Human Services Public Health Service, traduzido e adaptado.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Esporádica

Cobertura temporal dos dados: Houve uma publicação em 2001 e outra em 2005.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do período de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Consumo e consequências (na família, saúde, brigas) do consumo de bebida alcoólica



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Frequência de consumo de cigarro
- Consumo e consequências (na família, saúde) do consumo de diversas drogas (maconha, cocaína, crack, alucinógenos, heroína, êxtase)
- Acesso às drogas (onde comprou etc.)
- Problemas e eventos decorrentes do uso de substâncias
- Procura por atendimento especializado devido ao uso de substâncias
- Informações sobre vítimas decorrentes de problemas do uso de substâncias

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Apenas o relatório está disponível ao público na internet.

Base: Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras

Instituição responsável: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – Cebrid/Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Contato: Universidade Federal de São Paulo. Depto. de Medicina Preventiva. Rua Botucatu, 740 - 4º andar. 04023-900 - São Paulo – SP. cebrid.unifesp@gmail.com. Tel: (11) 5576-4997 <http://www.cebrid.epm.br/index.php>

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: A pesquisa é realizada pelo CEBRID em parceria com diferentes instituições ao longo das seis edições, desde 1988. A intenção é fazer um levantamento dos padrões de consumo de drogas entre estudantes das 26 capitais, amparado nas diretrizes da Política Nacional de Drogas e acompanhado de dados socioeconômicos. A publicação de referência para esta descrição é a mais recente, de 2010, feita em parceria com a Secretaria Nacional de Drogas. A novidade da 6ª edição é abordar, também, as redes privadas de ensino.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelas capitais das UF.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Cobertura: Amostra estratificada e por conglomerados, dentro do universo de estudantes do Ensino Fundamental e Médio de redes públicas e privadas.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Estudante, mas divulgado de forma agregada pelas capitais.

Fontes de alimentação: Questionário respondido de forma anônima

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Esporádica

Cobertura temporal dos dados: Seis publicações entre 1988 e 2010 (1988, 1990, 1994, 1997, 2006 e 2010).

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do período de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Consumo e consequências (na família, saúde, brigas) do consumo de bebida alcoólica.
- Frequência de consumo de cigarro
- Consumo e consequências (na família, saúde) do consumo de produto para se sentir “alterado/diferente”
- Consumo e consequências (na família, saúde) do consumo de diversas drogas (maconha, cocaína, crack, alucinógenos, heroína, êxtase)
- Consumo e consequências (na família, saúde) do consumo de medicamentos sem receita médica
- Controle dos pais sobre o consumo das diversas substâncias
- Escolaridade da família
- Acesso a informações sobre drogas

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado (a referência é de 50.890 alunos ou 900 escolas no último levantamento).

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Apenas o relatório está disponível ao público na internet.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



b. Conselho Nacional de Justiça

Base: CNACL - Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei

Instituição responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça

Contato: (61) 2326-4796. E-mail: dmf@cni.jus.br

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: Instituído pela Resolução nº 77 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 26 de maio de 2009, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL) reúne dados fornecidos pelas Varas de Infância e Juventude de todo o país sobre os adolescentes em conflito com a lei. Informações sobre o histórico das infrações cometidas e as medidas socioeducativas que já foram aplicadas aos jovens integram o sistema. Juízes e representantes do Ministério Público têm acesso ao CNACL.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, consta o endereço do adolescente, quando conhecido.

Cobertura: 100% dos adolescentes em conflito com a lei que recebem alguma sentença no sistema judiciário brasileiro.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Indivíduo.

Fontes de alimentação: O sistema é alimentado nas varas da infância e juventude no país.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: O sistema é operacional e, portanto, alimentado constantemente. A extração pode ser feita, mas não há previsão.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2009

Dados mais recentes: última atualização feita pelo juiz na vara sobre um adolescente sentenciado, que pode ser desde a sentença até a saída. Há um problema para extração fidedigna dos dados: embora a alimentação seja em tempo real (para todo adolescente sentenciado é expedida uma guia para o cumprimento da medida socioeducativa e essa guia só pode ser emitida via CNACL). Mas para o dado de fim de cumprimento de medida pode haver um lapso temporal, pois o juiz não necessariamente preenche imediatamente. Isso pode gerar distorções quanto ao número de adolescentes cumprindo medida no momento da extração, aumentando erroneamente esse número. Já o número de sentenças e sentenciados é fidedigno.

Nível de desagregação temporal do dado: dia, mês e ano.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Dados do adolescente (nome, endereço, filiação, data de nascimento)
- Dados da vara e da infração
- Guia de “execução”
- Sentença/medida
- Número do processo

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): Não informado.

Formato: Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Sim. Apenas o setor de tecnologia do CNJ consegue extrair relatórios.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não.

Política de acesso externo aos dados: Produção e manutenção de relatórios a partir de solicitação. Cada pedido será ou não atendido conforme o julgamento do setor responsável a respeito da proteção da privacidade dos adolescentes em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Base: CNIEP - Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais

Instituição responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)

Contato: (61) 2326-4796. E-mail: dmf@cnj.jus.br

Endereço eletrônico da base: Os dados públicos podem ser consultados em http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php

Sumário: A Lei de Execução Penal, Nº 7.210/1984, estabelece que os juízes de execução penal irão inspecionar mensalmente os estabelecimentos sob sua jurisdição. O Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos é uma ferramenta eletrônica que consolida, em um único banco de dados, as informações sobre as inspeções em todo território nacional. O CNIEP é a fonte de alimentação do Geopresídios, sistema que torna público um panorama das unidades prisionais, penitenciárias, cadeias públicas, delegacias, hospitais de custódia, entre outras do país.

Tipo da base: Operacional e analítica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo endereço da unidade prisional.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Cobertura: Desconhecido. Deveria cobrir 100% dos estabelecimentos prisionais do país, mas o órgão responsável não tem controle da taxa de preenchimento.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade prisional

Fontes de alimentação: É alimentado pelos juízes responsáveis pela execução penal.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Os dados são coletados mensalmente. O sistema geopresídios que divulga parte dos dados na internet é atualizado automaticamente no momento em que o juiz entra com os dados no sistema. O problema do dado divulgado hoje na internet é que não é possível saber a data de referência para cada unidade.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2009

Dados mais recentes: Última inspeção realizada na unidade e informada pelo juiz no sistema.

Nível de desagregação temporal do dado: Mês

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:¹³

- Dados de identificação da vara e do magistrado
- Mês e ano de referência
- Autoridade responsável pelo estabelecimento
- Estrutura de informatização
- Tipo de gestão
- Terceirização
- Número de agentes
- Destinação
 - Provisórios
 - Medida de segurança
 - Sexo
 - Tratamento de saúde

¹³ Informações abertas no site geopresídios: Nome do estabelecimento, Nº Presos em Regime Fechado / sexo, Nº Presos em Regime Semiaberto / sexo, Nº Presos em Regime Aberto / sexo, Nº Presos Provisórios / sexo, Nº Presos em Prisão Domiciliar / sexo, Nº Total / sexo, Nº Internos em Cumprimento de Medida de Segurança (motivo saúde e cautelar?) / sexo, Nº Estabelecimentos / sexo, Nº Vagas / sexo, Nº Presos / sexo, Nº Déficit de Vagas / sexo, Quantidade de presos em medida cautelar / sexo, Quantidade de presos em livramento condicional / sexo, Quantidade de presos em regime semiaberto / sexo, Quantidade de presos em regime aberto / sexo, Estabelecimento Destinado para Presos, Estabelecimento com aparelho p/ bloqueio de celular?, Estabelecimento com detector de metais, QTD de fugas.

- Tipo de regime
- Capacidade projetada
 - Total
 - Celas de proteção
 - RDD
- Vagas
 - Trabalho interno
 - Trabalho externo
 - Estudo
- Lotação
- Quantidade de presos
 - Provisórios
 - Estrangeiros
 - Indígenas
 - Regime fechado
 - Semiaberto
 - Aberto
 - Prisão civil
 - Medida de segurança
 - Gestantes
 - Total
- Quantidade por situação dos presos no estabelecimento
 - Medida disciplinar
 - Celas de proteção
 - RDD
 - Em trabalho interno
 - Em trabalho externo
 - Regime aberto em trabalho externo
 - Estudo interno
 - Estudo externo
- Direitos assegurados
 - Visita íntima
 - Presença de adolescentes na unidade
 - Internação provisória
 - Medida socioeducativa
 - Há prestação de assistência
 - Material
 - Saúde
 - Jurídica
 - Educacional
 - Social
 - Religiosa

- Presença de armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física
- Quantidade de aparelhos de comunicação apreendidos
- Quantidade de mortes naturais
- Quantidade de mortes acidentais por homicídio
- Quantidade de mortes por suicídio
- Quantidade de fugas
- Quantidade de rebeliões
- Quantidade de presos evadidos
- Quantidade de saídas autorizadas
- Avaliação do juiz responsável das condições do estabelecimento penal
- Campos descritivos
 - Considerações
 - Providências

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado.

Formato: Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Sim. Apenas o setor de tecnologia do CNJ consegue extrair relatórios.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não.

Política de acesso externo aos dados: Os dados são divulgados parcialmente no sistema Geopresídios, mas nesse sistema só está disponível o último dado informado pela vara e não é possível consultar séries históricas.

Base: CNIUIS - Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade

Instituição responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça

Contato: (61) 2326-4796. E-mail: dmf@cnj.jus.br

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: As resoluções 77/2009 e 188/2014 do Conselho Nacional de Justiça determinam que juizes da vara da infância e juventude realizem pessoalmente inspeção bimestral nas Unidades de Internação e de Semiliberdade sob sua responsabilidade. O juiz irá então preencher um cadastro a partir dessa inspeção que alimenta uma base de dados.

Tipo da base: Operacional e analítica



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: Desconhecido. Em tese deveria ser preenchido por todos os juízes de todas as varas da infância do país responsáveis pelo cumprimento das medidas. A instituição responsável não tem informação sobre a taxa de preenchimento.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidades de Internação e de Semiliberdade.

Fontes de alimentação: O sistema é alimentado nas varas da infância e juventude no país.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Cada juiz deveria preencher bimestralmente. A extração pode ser feita, mas não há previsão.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2006

Dados mais recentes: última atualização feita pelo juiz na vara sobre uma unidade de cumprimento de medida.

Nível de desagregação temporal do dado: Bimestre.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Identificação do juiz
- Data da inspeção
- Identificação da unidade
- Identificação do responsável
- Área de formação do responsável pela unidade
- Infraestrutura de informática
- Recursos humanos para atendimento
- Destinação do estabelecimento
- Capacidade projetada
- Vagas
- Número de adolescentes por tipo de medida (internação, semiliberdade, internação provisória, adolescente em internação provisória acima do prazo legal, em cumprimento de internação-sanção, em cumprimento de internação-sanção fora do prazo.
- Adolescentes gestantes
- Adolescentes em sanção disciplinar
- Adolescentes em alojamento para convivência protetora
- Adolescentes em uso de medicação controlada
- Adolescentes com transtorno mental
- Adolescentes em dependência química
- Adolescentes estudando
- Adolescentes em trabalho/estágio externo

- Oficinas
- Estrutura (área visita familiar, banho de sol, biblioteca, consultório, enfermaria, refeitório, cozinha, espaço lazer, sala de aulas, disponibilidade de colchões para todos os adolescentes.
- Direitos: disponibilidade de ala materno-infantil, direito de visita assegurado, separação entre sentenciados e provisórios, atividades disponibilizadas.
- Ocorrências: armas de fogo encontradas, instrumentos capazes de ofender a integridade física encontrados, aparelhos de comunicação, mortes naturais, homicídios, suicídios, fugas, rebeliões.
- Providências determinadas pelo juiz.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado.

Formato: Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Sim. Apenas o setor de tecnologia do CNJ consegue extrair relatórios.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não.

Política de acesso externo aos dados: Produção e manutenção de relatórios a partir de solicitação.

Base: Justiça em Números

Instituição responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça

Contato: Departamento de Pesquisas Judiciárias. (61) 2326-5259

Endereço eletrônico da base: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros>

Sumário: As resoluções 77/2009 e 188/2014 do Conselho Nacional de Justiça determinam que juízes da vara da infância e juventude realizem pessoalmente inspeção bimestral nas Unidades de Internação e de Semiliberdade sob sua responsabilidade. O juiz irá então preencher um cadastro a partir dessa inspeção que alimenta uma base de dados.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não se aplica (estado)

Cobertura: 100% dos tribunais dos diversos ramos da justiça.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Tribunal.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Fontes de alimentação: Preenchimento e envio de responsabilidade da presidência de cada tribunal de justiça no país.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2003

Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

A base de dados inclui informações de estrutura, performance, dados financeiros, recursos humanos e congestionamento de cada ramo da justiça brasileira por estado e Distrito Federal. No momento não parece haver aplicação direta que seja de interesse para a área de segurança pública, mas o Conselho Nacional de Justiça tem expectativa de que a próxima edição do levantamento terá dados específicos das varas criminais, inclusive por natureza de ocorrência o que poderá ser de grande interesse para estudos na área, uma vez que há formulações teóricas que vinculam a performance do sistema de justiça (incluindo o poder judiciário) às taxas de crime e violência.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Bases divididas em subtemas, número diverso.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Bases divididas em subtemas, volume diverso.

Formato: Excel.

Possui dicionário de dados? Sim.

Perfis de usuários diferenciados? Sim.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Aberto.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



c. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO

Mapa da Violência

Instituição responsável: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO

Contato: FLACSO - Rio de Janeiro: 21 2234-1896 | 2334-0890. São Paulo: 11 3105-0781 | 4112-1423

Endereço eletrônico da base: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>

Sumário: Trata-se de uma iniciativa de contabilização de mortes violentas, com visão geral para o país, desagregação por unidades da federação e municípios com mais de 10 mil habitantes. O mapa publica dados do SIM/Datasus, sobre homicídios dolosos, acidentes de trânsito e suicídios. Na categoria homicídios utiliza a soma das categorias CID-10 que vão de X85 a Y09 que são aquelas que começam com agressão e estão agregadas sobre a macro categoria de causas externas.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Por UF, capitais ou município, e município com mais de 100 mil habitantes.

Cobertura: As taxas são calculadas para todos os municípios brasileiros e há planilhas disponíveis na internet, mas são ranqueados e entram na publicação apenas municípios com mais de 100 mil habitantes.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade da Federação

Fontes de alimentação: Dados do IBGE e SIM (Datasus).

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Divulgação anual, a partir de 2005.

Cobertura temporal dos dados: 1998, 2000, 2002, 2004, 2005-2015

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Taxas de óbito, causa do óbito, óbitos por arma de fogo, comparações entre séries históricas, UFs e municípios com mais de 100 mil habitantes.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF e Excel para alguns anos

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



d. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Atlas de Saneamento

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Contato: Telefone para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/default_saneamento.shtm

Sumário: O Atlas é uma leitura geográfica das estatísticas contidas na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB e apresenta informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% dos municípios

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Municípios

Fontes de alimentação: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Há duas edições da publicação (2000 e 2011).

Cobertura temporal dos dados: Anos de 2000 e 2008 (pois a publicação de 2011 refere-se à PNSB de 2008).

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Distribuição espacial da situação de saneamento: distribuição de água, coleta de lixo, tratamento de esgoto, limpeza urbana

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Estatísticas de Registro Civil

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Contato: Telefone para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2014/default.shtm>

Sumário: A base apresenta estatísticas sobre os nascidos vivos, casamentos, óbitos e óbitos fetais informados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, bem como sobre os divórcios declarados pelas Varas de Família, Foros, Varas Cíveis e Tabelionatos de Notas.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: Todo o território nacional.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Cadastro de cartórios atualizados com informações coletadas por questionário aplicado pelo IBGE.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Trimestral, com publicação anual dos resultados.

Cobertura temporal dos dados: 1982 - 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Ano, mas há informações mensais para algumas variáveis.

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Nascimentos
 - Características do registro e as individuais do nascido vivo
 - Características dos genitores do nascido
- Óbitos
 - Características dos registros e as individuais do falecido.
- Óbitos Fetais:
 - Características do registro e as individuais do óbito fetal
 - Características dos genitores

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Tabelas para informações de óbitos em 2014, por exemplo, tem 3.209.024 bytes

Formato: XLS

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP -
Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone:
(11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/

Sumário: As características da vitimização e do acesso à justiça foram traçadas através de pesquisa de caráter suplementar à PNAD, pelo IBGE em convênio com o Conselho Nacional de Justiça nos anos de 1988 e 2009. Estão presentes questões relacionadas ao perfil socioeconômico das vítimas e aspectos relevantes das ocorrências, assim como a relação dos entrevistados com o Poder Judiciário, quando acionado.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, no nível de bairros e municípios.

Cobertura: Amostra probabilística de domicílios das cinco grandes regiões.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Indivíduo ou domicílio

Fontes de alimentação: Dados coletados por entrevistador do IBGE

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Esporádica

Cobertura temporal dos dados: Anos de 1988 e 2009.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do período de coleta

Principais variáveis de interesse para Senasp/Depen:

- Você se sente seguro no seu bairro?
- Uso de dispositivos de segurança no domicílio
 - Grade na janela/porta
 - Olho mágico, abertura na porta, corrente no trinco da porta ou interfone
 - Cerca eletrificada, muro ou grade com mais de 2 metros de altura ou com cacos de vidro ou arame farpado, e/ou alarme eletrônico
 - Fechaduras extras e/ou barras na porta/janela contra arrombamento
 - Cachorro



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Câmera de vídeo
- Segurança privada e/ou cancela
- Outro mecanismo de segurança
- Ocorrência de tentativa de roubo ou furto nos últimos 365 dias
- Ocorrência de roubo ou furto nos últimos 365 dias
- Se a polícia foi acionada
- Ocorrência de agressão física
- Perfil das pessoas em situação de conflito
 - Cor/raça autodeclarada
 - Idade
 - Sexo
- Área da situação de conflito
 - Trabalhista
 - Família
 - Criminal
 - Benefícios do INSS ou Previdência
 - Bancos ou instituições financeiras
 - Terras ou moradia
 - Impostos ou tributação
 - Serviços de água, luz ou telefone
 - Outros
- Busca de solução de conflito
 - Justiça
 - Juizado especial
 - Polícia
 - Procon
 - Amigo ou parente
 - Sindicato ou associação
 - Outro
- Conflito solucionado ou não

Qual a quantidade de registros da base de dados: Variável

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? A publicação divulga a metodologia da pesquisa e o questionário aplicado está disponível em

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID91D79F8E43F74AEEBDAC8ADD6789AAC7PTBRNN.htm>

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Política de acesso externo aos dados: O relatório está disponível ao público na internet.

Base: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadiv

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Alguns blocos temáticos são desenhados em convênio com outras instituições, mas a aplicação da pesquisa, o tratamento e divulgação dos dados são de responsabilidade do IBGE.

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP -
Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone:
(11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadiv/default.shtm>

Sumário: Levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do estado.

Palavras-chave: Unidades da Federação, gestão estadual, secretaria de segurança pública, conselho de segurança pública, polícia civil, polícia militar, administração penitenciária

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não se aplica.

Cobertura: 27 Unidades da Federação

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade da Federação

Fontes de alimentação: Trata-se de levantamento feito por meio de um questionário base. Os governos estaduais são os principais informantes, por meio dos diversos setores que os compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada Unidade da Federação são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos estaduais.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2012

Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

De forma análoga à Munic, as variáveis de interesse são agrupadas no item “Segurança Pública” e divididas como segue:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Órgão gestor de segurança pública

- Caracterização do órgão gestor
- Secretaria ou setor está associada ou subordinada (sim ou não):
 - Direitos Humanos
 - Defesa Social
 - Justiça
- Integram a segurança estadual (sim ou não):
 - Polícia Civil
 - Polícia Militar
 - Corpo de Bombeiro Militar
 - Instituto Médico Legal
 - DETRAN
 - Administração Penitenciária
 - Defesa Civil
 - Outros
- Possui corregedoria (sim ou não)
- Possui ouvidoria (sim ou não)
- Carreira pública específica para ingresso no órgão gestor da segurança pública (sim ou não)
 - Ano da lei de regulamentação
- Recebeu, em 2013, outros recursos além daqueles provenientes do orçamento estadual (sim ou não). Especificar entre cada opção abaixo (sim ou não):
 - Fundo Nacional de Segurança Pública
 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)
 - Outras fontes federais (exceto as mencionadas nos 2 itens acima)
 - Recursos Municipais
 - Organismos Internacionais
 - Cooperação com outras Unidades da Federação
 - Outros
- Informações estatísticas produzidas pelo órgão gestor da segurança pública (sim ou não):
 - São produzidas para orientar as ações do órgão gestor
 - São encaminhadas para a Secretaria Nacional de Segurança Pública com regularidade
 - São divulgadas para o público em geral
 - Através do Diário Oficial
 - Através de publicação própria
 - Através de página na internet
 - Outros

Conselho, fundo e plano estadual de segurança pública

- Conselho de segurança pública – existência. Em caso afirmativo, continuar:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Ano de criação
- Caráter do conselho (sim ou não)
 - Consultivo
 - Deliberativo
 - Normativo
 - Fiscalizador
- Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses
- Fundo de segurança pública – existência
- Plano de segurança pública – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Ano da elaboração
 - Avaliado periodicamente (sim ou não)
- Plano de redução e/ou prevenção de homicídios – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Ano da elaboração
 - Avaliado periodicamente (sim ou não)
- Lei de Diretrizes da Segurança Pública e/ou Plano Diretor de Segurança Pública – existência

Polícia Militar

- Efetivo ativo em 31 de dezembro de 2013
 - Homens
 - Mulheres
 - Total
- Plano de distribuição regional do efetivo – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Critérios adotados (sim ou não)
 - Densidade demográfica
 - Incidência da criminalidade
 - Tamanho da frota de veículos
 - Existência de presídios
 - Localidade de fronteira
 - Incidência de conflitos fundiários
 - Polo industrial e/ou comercial
 - Existência conglomerado de favelas
 - Área de concentração de riqueza
 - Polo universitário
 - Outros
- Quantidade de unidades operacionais da PM existentes em 31 de dezembro de 2013:
 - Total
 - Com acesso à internet
 - Capital
 - Com acesso à internet
 - Outros municípios



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Com acesso à internet
- Modalidades de atendimento (sim ou não):
 - Ambiental
 - Aéreo
 - Turístico
 - Escolar
 - Trânsito
 - Outros
- Serviço de recebimento de reclamações, sugestões, elogios a profissionais da instituição – existência. Em caso afirmativo, continuar (selecionar)
 - Administrado pela própria PM
 - Administrado por outro órgão estadual
 - Administrado por outra instituição
- Corregedoria responsável (sim ou não):
 - É própria da PM
 - É vinculada a outra instituição policial
 - É vinculada ao órgão gestor da segurança pública
 - É vinculada a outro órgão do Governo Estadual
- Forma de registro das ocorrências
- Sistema informatizado de registro de ocorrências (sim ou não). Em caso afirmativo, continuar:
 - Abrangência:
 - Capital (sim ou não)
 - Região metropolitana (sim ou não)
 - Quantos municípios
 - Outros municípios (sim ou não)
 - Quantos municípios
- Integrado ao sistema de registros (sim ou não)
- Curso de formação dos profissionais da PM
 - De formação de oficiais (sim ou não):
 - Realizado em unidade própria da PM
 - Realizado em unidade conveniada/parceira
 - De formação de soldados (sim ou não):
 - Realizado em unidade própria da PM
 - Realizado em unidade conveniada/parceira
- Programa de capacitação continuada oferecido aos profissionais da PM – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Periodicidade
 - Temas da capacitação em 2013 (sim ou não):
 - Uso diferenciado da força
 - Armas de fogo
 - Atendimento ao público

- Inteligência policial
- Direitos Humanos
- Polícia comunitária
- Análise estatística de dados criminais
- Ocorrências criminais
- Códigos de conduta profissional
- Controle de distúrbios civis
- Condução e operação de viaturas
- Defesa pessoal
- Direção defensiva
- Busca e apreensão
- Educação Ambiental (1)
- Legislação de trânsito
- Legislação penal brasileira
- Mediação de conflitos
- Violência doméstica e de gênero
- Preservação do local do crime
- Prevenção ao uso de substâncias psicoativas
- Primeiros socorros
- Homofobia
- Enfrentamento ao racismo
- Outros
- Possui página na internet (sim ou não). Em caso afirmativo, continuar.
 - Disponibiliza o conteúdo de seus procedimentos operacionais padrão (sim ou não)
- Desenvolve ações de prevenção da violência e da criminalidade voltadas para a população (sim ou não). Em caso afirmativo, continuar (sim ou não):
 - Prevenção ao uso de substâncias psicoativas
 - Inclusão social
 - Proteção a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social
 - Enfrentamento à violência doméstica e de gênero
 - Enfrentamento da exploração sexual
 - Enfrentamento ao preconceito e à violência racial
 - Enfrentamento à homofobia
 - Prevenção à pirataria
 - Proteção ao meio ambiente
 - Prevenção e/ou redução de homicídios
 - Prevenção ao dano do patrimônio público
 - Enfrentamento ao tráfico de seres humanos
 - Orientação às populações localizadas em áreas de risco
 - Outros

Polícia Civil

- Efetivo ativo em 31 de dezembro de 2013
 - Homens
 - Mulheres
 - Total
- Perícia Oficial é vinculada a Polícia Civil (sim ou não)
- Quantidade de Unidades Policiais e/ou Delegacias existentes em 31 de dezembro de 2013
 - Delegacias distritais
 - Total
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
 - Capital
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
 - Outros municípios
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
 - Delegacias especializadas
 - Total
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
 - Capital
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
 - Outros municípios
 - Com acesso à internet
 - Com carceragem
- Serviço de recebimento de reclamações, sugestões, elogios a profissionais da instituição – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Administrado pela própria Polícia Civil
 - Administrado por outro órgão estadual
 - Administrado por outra instituição
- Corregedoria responsável (sim ou não):
 - É própria da Polícia Civil
 - É vinculada a outra instituição policial
 - É vinculada ao órgão gestor da segurança pública
 - É vinculada a outro órgão do Governo Estadual
 - Especifique
- Forma de registro das ocorrências
- Abrangência do sistema informatizado de registro de ocorrências
 - Capital

- Região metropolitana
 - Quantos municípios
- Outros municípios
 - Quantos municípios
- Sistema de registros de ocorrências é integrado ao sistema de registros da PM (sim ou não)
- Quantidade de unidades de ensino
- Programa de capacitação continuada oferecido aos profissionais – existência. Em caso afirmativo, continuar:
 - Periodicidade
 - Temas da capacitação em 2013 (sim ou não):
 - Uso diferenciado da força
 - Armas de fogo
 - Técnica de investigação
 - Inteligência policial
 - Direitos Humanos
 - Análise estatística de dados criminais
 - Ocorrências criminais
 - Códigos de conduta profissional
 - Condução e operação de viaturas
 - Defesa pessoal
 - Direção defensiva
 - Educação Ambiental
 - Legislação de trânsito
 - Legislação penal brasileira
 - Mediação de conflitos
 - Violência doméstica e de gênero
 - Preservação do local do crime
 - Prevenção ao uso de substâncias psicoativas
 - Primeiros socorros
 - Enfrentamento ao racismo e a homofobia
 - Outros

Fora do item “Segurança Pública”

- Possui programas, ações ou medidas de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei (sim ou não)
- Possui as seguintes unidades para o cumprimento de medidas socioeducativas para crianças e adolescentes no estado (sim ou não)
 - Internação
 - Internação provisória
 - Semiliberdade
- Existência de unidade prisional feminina



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Mantida pelo estado (sim ou não)

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 161 KB (ref. 2014, formato Xls).

Formato de arquivo: Microsoft Excel e Open Document Spreadsheet

Possui dicionário de dados? Sim.

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização.

Base: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Alguns blocos temáticos são desenhados em convênio com outras instituições, mas a aplicação da pesquisa, o tratamento e divulgação dos dados são de responsabilidade do IBGE.

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP -
Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone:
(11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm

Sumário: Levantamento de registros administrativos das gestões públicas municipais. A pesquisa efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Palavras-chave: município, administração pública municipal, guarda-civil, guarda municipal, conselho municipal de segurança pública, plano municipal de segurança pública.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não se aplica.

Cobertura: 100% dos municípios brasileiros

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Um instrumento de coleta de nome Questionário Básico é aplicado por um pesquisador do IBGE a diversos órgãos/setores de cada prefeitura. As instituições



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



ligadas a outros poderes públicos constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos estaduais e municipais.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2001

Dados mais recentes: 2014

Obs.: Lacuna em 2003, 2007 e 2010. Para 2001 e 2002 a base não está disponível online, apenas tabelas. Em consulta telefônica ao setor de atendimento do IBGE foi informado que essas pesquisas não possuem uma base de dados.

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

As informações de interesse encontram-se agrupadas no item “Segurança Pública” e discriminadas segundo os subitens abaixo:

Órgão gestor de segurança pública

- Caracterização do órgão gestor

Conselho, fundo e plano estadual de segurança pública

- Conselho de segurança pública – existência
 - Dentro desta variável, outras:
 - Ano de criação
 - Caráter do conselho
 - Consultivo
 - Deliberativo
 - Normativo
 - Fiscalizador
 - Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses
- Conselho comunitário de segurança pública - existência
- Fundo de segurança pública - existência
- Plano de segurança pública – existência

Estrutura existente

- Delegacia de polícia civil – existência
- Delegacia de homicídios – existência
- Delegacia de proteção ao idoso – existência
- Delegacia de proteção à criança e ao adolescente (DPCA) – existência
- Delegacia da criança e do adolescente (DCA) – existência
- Delegacia da criança e do adolescente – existência



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Delegacia de proteção ao meio ambiente– existência
- Delegacia de polícia especializada no atendimento à mulher – existência
- Instituto Médio Legal – existência
- Sede de comarca – existência
- Unidade do Corpo de Bombeiros – existência
- Defesa Civil – existência

Conselho municipal de defesa civil

- Conselho de defesa civil - existência
- Ano de criação
- Caráter do conselho
 - Consultivo
 - Deliberativo
 - Normativo
 - Fiscalizador
- Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses

Guarda Municipal

- Guarda municipal – existência
- Ano de criação
- Efetivo Total
 - Homens
 - Mulheres
- Periodicidade de treinamento e/ou capacitação
- Descrição da capacitação em 2013, com 20 alternativas como “Armas de fogo” e “Primeiros socorros”
- Formação profissional do comandante
- Arma utilizada
- Faixa do salário inicial
- Órgão de controle
- Registro de ocorrências
- Principais atividades, com 21 alternativas como “Ronda escolar” e “Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou montado”
- Utiliza em suas atividades diárias:
 - Automóvel
 - Motocicleta
 - Bicicleta
 - Cavalo
 - Outros

Fora do item “Segurança Pública”:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Gestão municipal desenvolve política de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei
 - Sim ou não
- Execução de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes em conflito com a lei. Valores “sim ou não” para as opções:
 - Prefeitura – Assistência Social
 - Prefeitura – Educação
 - Prefeitura – Área Específica de Socioeducação
 - Prefeitura – Saúde
 - Prefeitura
 - Governo Estadual
 - Poder Judiciário
 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
 - Organização não governamental
 - Consórcio de municípios
- Número de unidades de internação para o cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei no município
- Número de unidades de internação provisória para o cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei no município
- Número de unidades de semiliberdade para o cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei no município
- Existência de ouvidoria policial ou de serviço de segurança

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 15.164 KB (ref. 2014, formato Xls).

Formato de arquivo: Microsoft Excel e Open Document Spreadsheet

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização. Para os anos de 2001 e 2002, estão divulgadas informações agregadas selecionadas, mas as bases não estão disponíveis online.

Base: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)

Instituição responsável: Diretoria de Pesquisas - Coordenação de Trabalho e Rendimento - IBGE

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP -
Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



(11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>

Sumário: Realizada desde 1967, a PNAD coleta e divulga dados anualmente, de forma amostral, sobre as características gerais da população, como perfil socioeconômico, educação e trabalho.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, no nível dos bairros e municípios.

Cobertura: Amostra probabilística de domicílios das cinco grandes regiões.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Indivíduo ou domicílio

Fontes de alimentação: Dados coletados por entrevistador do IBGE

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: Início da série: 1967. Disponíveis online a partir de 2001. Dados mais recentes: 2014.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do momento da coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Situação de domicílio
 - Urbana
 - Rural
- Espécie de domicílio
 - Permanente
 - Próprio
 - Alugado
 - Cedido
 - Improvisado
- Cor/raça (autodeclarada)
- Taxa de analfabetismo
- Taxa de escolarização
- Rede de ensino (pública ou privada)
- Anos de estudo
- Ocupação
- Taxa de atividade (proporção de população economicamente ativa)
- Rendimento mensal
- Índice de Gini (indicador de desigualdade)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual a quantidade de registros da base de dados? Variável conforme a forma de apresentação

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Variável conforme a forma de apresentação

Formato: Variado (Excel, PDF, microdados)

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Todos os dados estão disponíveis ao público na internet, incluindo tabelas, o questionário e microdados.

Base: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE

Instituição responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com o Ministério da Saúde.

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP - Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone: (11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-721-8181.

Endereço eletrônico da base:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/>

Sumário: A pesquisa é realizada com o objetivo de conhecer e dimensionar os diversos fatores de risco e de proteção à saúde dos escolares, utilizando para tal uma ampla amostra de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas nas capitais das UF listadas nos Censos Escolares.

Palavras-chave: crianças e adolescentes, violência nas escolas, drogas

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Capitais das 27 UF brasileiras (2009), Capitais e não capitais com representatividade para regiões (2012), Capitais e não capitais com representatividade para UF (2015, ainda não disponível).

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, a partir dos dados da unidade escolar. É necessário cruzar com outra base, o Censo Escolar.

Cobertura: Amostral (com o emprego de planos amostrais conglomerados), apenas para capitais das UF.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Escola em que o aluno está matriculado ou aluno, dependendo do questionário.

Fontes de alimentação: Questionário aplicado ao público alvo.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Trienal

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2009

Dados mais recentes: 2012 (2015 deve ser disponibilizada em breve)

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

Questionário da escola

- Variável: Nos últimos 12 meses com que frequência, a localidade onde a escola está situada foi considerada área de risco em termos de violência (roubos, furtos, assaltos, troca de tiros, consumo de drogas, homicídios etc.)?
 - Nenhuma vez
 - Raramente
 - Às vezes
 - A maior parte do tempo
 - Em todo período

Questionário do aluno

As variáveis de interesse podem ser encontradas nos itens “Álcool”, “Drogas Ilícitas” e “Segurança”, divisão que será mantida neste documento. Em “Álcool” e “Drogas Ilícitas” há diversas variáveis que revelam o consumo dessas substâncias, portanto foram selecionadas somente algumas perguntas de interesse, embora outras informações possam ser acessadas na base.

Obs: O questionário apresenta informações detalhadas do perfil socioeconômico dos alunos, tais como escolaridade dos pais, acesso à internet e emprego e remuneração.

Álcool

- Alguma vez na vida, você já experimentou bebida alcoólica? (Sim ou não)
- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, na maioria das vezes, como você conseguiu a bebida que tomou?
 - Não tomei nenhuma bebida alcoólica nos últimos 30 dias (0 dia)
 - Comprei no mercado, loja, bar ou supermercado
 - Comprei de um vendedor de rua
 - Dei dinheiro a alguém que comprou para mim
 - Consegui com meus amigos
 - Consegui em casa
 - Consegui em uma festa
 - Consegui de outro modo



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Na sua vida, quantas vezes você teve problemas com sua família ou amigos, perdeu aulas ou brigou porque tinha bebido?
 - Nenhuma vez na vida
 - 1 ou 2 vezes na vida
 - 3 a 5 vezes na vida
 - 6 a 9 vezes na vida
 - 10 ou mais vezes na vida

Drogas Ilícitas

- Alguma vez na vida, você usou alguma droga, tais como: maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança perfume, ecstasy, oxy, etc? (Sim ou não)

Segurança

- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, em quantos dias você deixou de ir à escola porque não se sentia seguro no caminho de casa para a escola ou da escola para casa?
 - Há 6 opções de intervalo temporal – de 0 a 5 ou mais dias
- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, em quantos dias você não foi à escola porque não se sentia seguro na escola?
 - Há 6 opções de intervalo temporal – de 0 a 5 ou mais dias
- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, quantas vezes você foi agredido fisicamente por um adulto da sua família?
 - Há 8 opções de intervalos – de 0 a 12 ou mais vezes
- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, você esteve envolvido (a) em alguma briga em que alguma pessoa usou arma de fogo, como revólver ou espingarda? (Sim ou não)
- NOS ÚLTIMOS 30 DIAS, você esteve envolvido (a) em alguma briga em que alguma pessoa usou alguma outra arma como faca, canivete, peixeira, pedra, pedaço de pau ou garrafa? (Sim ou não)
- NOS ÚLTIMOS 12 meses quantas vezes você foi agredido (a) fisicamente?
 - Há 8 opções de intervalos – de 0 a 12 ou mais vezes
- Nos últimos 12 meses, quantas vezes você foi seriamente ferido?
 - Há 8 opções de intervalos – de 0 a 12 ou mais vezes
- NOS ÚLTIMOS 12 meses, qual foi a principal causa do ferimento/lesão mais sério que aconteceu com você?
 - Foi um acidente ou atropelamento por um veículo motorizado
 - Foi uma queda
 - Foi algo que caiu sobre mim ou me atingiu
 - Foi um ataque que sofri ou briga com alguém
 - Foi um incêndio ou a proximidade com algo quente
 - Foi a inalação ou algo que engoli e me fez mal
 - Foi outra causa

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual o volume dos dados armazenados (em bits) 70.741 KB (ref. 2012, formato xls.)

Formato: SAS

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim.

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização/solicitação.

Base: Projeção da População do Brasil 2000-2030

Instituição responsável: Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais - IBGE

Contato: IBGE - SDI-Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações – SP -
Endereço: Rua Urussuí, 93 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo CEP: 04542-050 -Telefone:
(11)2105-8281 / 8242 / 8286 / 8248 / 8316. Telefone geral para dúvidas com o IBGE: 0800-
721-8181.

Endereço eletrônico da base:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_t
ab.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)

Sumário: A projeção populacional é uma estimativa feita pelo IBGE para complementar o Censo, que só é realizado a cada 10 anos. É feita com base no último Censo demográfico, nos registros de óbitos e nascimentos e nos fluxos migratórios.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, por Unidade da Federação.

Cobertura: Nacional

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidades da Federação

Fontes de alimentação: Dados populacionais, de fecundidade, migração e outros do próprio IBGE.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não se aplica. As variáveis utilizadas para o cálculo da projeção têm período próprio de coleta/extração.

Cobertura temporal dos dados: A projeção mais recente foi calculada em 2013 cobrindo o período entre 2000 e 2030, mas podem ser encontradas projeções mais antigas no site.

Nível de desagregação temporal do dado: Anual para as UF.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Sexo
- Ano
- UF
- Idade simples (apenas para o Brasil)
- Faixas etárias para as UF

Qual a quantidade de registros da base de dados: 371

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 112kb

Formato: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Não, pois a base tem poucos campos é autoexplicativa. Nota metodológica disponível em

ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Os dados estão disponíveis ao público.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



e. Ministério das Cidades

Base: Registro Nacional de Carteira de Habilitação - Renach

Instituição responsável: Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, Ministério das Cidades.

Contato: Ministério das Cidades/Denatran CGIE - Coordenação-Renach: Jairo de Mota Castro – coordenador do Renach jairo.castro@cidades.gov.br (falei com Dartiel) Telefones: (61) 2108.1804 E-mail: cgie@cidades.gov.br Enviei ofício par ao Jairo no dia 25/11

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: É um grande banco de dados que registra toda a vida do condutor de veículo, desde o seu “nascimento” como candidato até a sua habilitação, controlando as mudanças de categoria, imposições de penalidades, suspensões do direito de dirigir e ainda mudança de domicílio e transferência de estado. O RENACH controla ainda a emissão da CNH e da PID – Permissão Internacional para Dirigir, que é o documento necessário para que um brasileiro possa dirigir no exterior (nos países signatários da Convenção de Viena). O RENACH possui uma arquitetura de bases distribuídas, composto de uma base nacional (DENATRAN) e das bases estaduais (DETRAN). Todas estas bases estão integradas e em comunicação constante.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município.

Cobertura: 100% dos condutores habilitados no país

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Condutor de veículo

Fontes de alimentação: Registro no DETRAN a partir da formação de condutores.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Não informado

Nível de desagregação temporal do dado: Não se aplica

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Registro de condutores e infratores de trânsito.

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado

Política de acesso externo aos dados: Segundo informações do Denatran, “a página acesso ao banco de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM e do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH é regulamentado pela Portaria/DENATRAN nº 60, de 25/01/2010, que estabelece os critérios e condições para acesso aos referidos sistemas. Pela inteligência do Art. 2º da Portaria em referência, o acesso à base de dados do RENAVAM é permitido tão somente a órgãos e entidades públicas, entidades privadas com finalidade regimental de interesse público e institucional sem fins lucrativos e às entidades privadas, devidamente credenciadas para desempenhar serviços estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, que tenham a necessidade de utilização das informações constantes dos sistemas RENAVAM e RENACH. Neste contexto, inexistente a possibilidade de acesso ao RENAVAM por pessoas físicas. Ademais, as informações constantes no RENAVAM são resguardadas por sigilo, por conterem informações pessoais dos proprietários de veículos automotores, estando amparado pelo inciso X, do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, combinado com o inciso I, § 1º, Art. 31 da Lei 12.527/2011.

Base: Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavan

Instituição responsável: Departamento Nacional de Trânsito - Denatran

Contato: Ministério das Cidades/Denatran CGIE - Coordenação-Geral de Informatização e Estatística Coordenador-Geral: Antony Lopes Alves da Silva Telefones: (61) 2108.1803 E-mail: cgie@cidades.gov.br Base de índice nacional Amanda amanda.novo@cidades.gov.br - 61 2108-1803. Enviei e-mail dia 25/11.

Endereço eletrônico da base: Apenas os dados da frota são publicados no endereço: <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>

Sumário: Trata-se de um grande banco de dados que registra toda a vida do veículo, desde seu “nascimento” (quando o fabricante ou importador registra seus dados originais), passando pelo emplacamento, troca de propriedade, mudança de estado, mudanças de características até sua “morte” quando este sai de circulação. O RENAVAM possui uma arquitetura de bases distribuídas, composto de uma base NACIONAL (DENATRAN) e das bases estaduais (DETRAN). Todas estas bases estão integradas e em comunicação constante.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% dos veículos registrados no país

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Endereço do proprietário, município (para dados já publicados sobre frota) ou UF.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Fontes de alimentação: A alimentação é feita através dos sistemas estaduais – Detrans -, sempre que ocorre um evento em relação a um veículo automotor: fabricação, compra/venda, doação, mudança de características do veículo, saída de circulação.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Alimentação permanente, extração mensal para alguns dados divulgados na internet.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2000

Dados mais recentes: 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Alimentação em tempo real. Para os dados de frota disponíveis a desagregação é mensal a partir de 2003.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Frota Nacional por UF e tipo de veículo
- Frota Nacional por UF e Ano de fabricação
- Frota Nacional por município e tipo
- Quantidade de veículos por município, por:
 - Ano de fabricação e modelo
 - CEP
 - Combustível
 - Cor
 - Potência
 - Tipo de restrição
 - Marca e modelo
 - Tipo, espécie e eixos

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? As tabelas disponibilizadas por município, por mês e por cada tipo descrito têm entre 2 e 20MB.

Formato/plataforma: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Não informado

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado

Política de acesso externo aos dados: Segundo informações do Denatran, “a página acesso ao banco de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM e do Registro Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH é regulamentado pela Portaria/DENATRAN nº 60, de 25/01/2010, que estabelece os critérios e condições para acesso aos referidos sistemas. Pela inteligência do Art. 2º da Portaria em referência, o acesso à base de dados do RENAVAM é permitido tão somente a órgãos e entidades públicas, entidades privadas com finalidade regimental de interesse público e institucional sem fins lucrativos e às entidades privadas,

devidamente credenciadas para desempenhar serviços estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, que tenham a necessidade de utilização das informações constantes dos sistemas RENAAM e RENACH. Neste contexto, inexistem a possibilidade de acesso ao RENAAM por pessoas físicas. Ademais, as informações constantes no RENAAM são resguardadas por sigilo, por conterem informações pessoais dos proprietários de veículos automotores, estando amparado pelo inciso X, do Art. 5º da Constituição Federal de 1988, combinado com o inciso I, § 1º, Art. 31 da Lei 12.527/2011. Informações referentes à frota são divulgadas.

Base: Seguro Obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres)

Instituição responsável: Seguradora Líder DPVAT (Companhia de capital nacional, constituída por consórcios)

Contato: [Denatran] Ministério das Cidades/Denatran CGIE - Coordenação-Geral de Informatização e Estatística Coordenador-Geral: Antony Lopes Alves da Silva Telefones: (61) 2108.1802, e-mail: cgie@cidades.gov.br. Assessoria de imprensa, APPROACH Rafael Canellas - rafael.canellas@approach.com.br e Cristiane Simões - cristiane.simoese@approach.com.br Tel.: (21) 3461-4616 (ramais 142 e 103)

Endereço eletrônico da base: Não disponível. A instituição divulga um boletim estatístico anual que traz algumas informações bem agregadas.

<http://www.seguradoralider.com.br/SitePages/boletim-estatistico.aspx>

Sumário: O consórcio que administra o seguro obrigatório possui um sistema transacional por meio do qual as vítimas de acidentes envolvendo danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres podem solicitar indenizações. Pela natureza, a base deve possuir informações bastante completas, uma vez que o fornecimento de informações pode implicar o pagamento ou não do seguro.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? O boletim estatístico publicado divulga informações das indenizações por UF.

Cobertura: Todos os acidentes com vítimas - fatais, incapacitantes ou que envolvam despesas médicas – cujas vítimas deram entrada no pedido de indenização.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Por vítima, provavelmente endereço da ocorrência e da residência. Para os dados publicados no boletim anual, alguns são desagregados por região e UF.

Fontes de alimentação: Indivíduos vítimas ou seus representantes que dão entrada no pedido de indenização.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Periodicidade da coleta/extração dos dados: A coleta é permanente. A publicação do boletim estatístico é anual.

Cobertura temporal dos dados: Dados mais recentes: Janeiro-Setembro de 2015.

Nível de desagregação temporal do dado: Data e horário, provavelmente. No boletim estatístico publicado, a desagregação temporal é o período que ele abrange.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

Os boletins mensais publicam de forma agregada nacional/ano (alguns dados por região):

- Variável: natureza da indenização
 - Valores: morte, invalidez permanente, despesas médicas
- Variável: perfil dos indenizados por sexo
 - Homem, mulher
- Variável: Perfil dos indenizados por faixa etária
 - Valores:
 - 0 a 7 anos
 - 8 a 17 anos
 - 18 a 24 anos
 - 25 a 34 anos
 - 35 a 44 anos
 - 45 a 64 anos
 - 65 anos ou mais
- Variável: Perfil dos indenizados por tipo de vítima
 - Valores:
 - Motorista
 - Pedestre
 - Passageiro
- Variável: Perfil dos indenizados por tipo de veículo
 - Valores:
 - Automóveis Ônibus/Micro-Ônibus e Vans
 - Motocicletas Caminhões e Pick-ups

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Os boletins são publicados em PDF

Possui dicionário de dados? Não informado

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Política de acesso externo aos dados: Os dados do procedimento do pedido de indenização (que dá origem às informações da base) não estão acessíveis ao público.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



f. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Base: Índices de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) e CREAS (IDCREAS)¹⁴

Instituição responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Contato: Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Social– CGVIS, Departamento de Gestão do SUAS – DGSUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS

Endereço eletrônico da base: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

Sumário: O Censo SUAS – Sistema Único de Assistência Social produz dados muito detalhados sobre os equipamentos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social). A partir do censo é produzido o Indicador de Desenvolvimento das unidades, que classifica as unidades em 4 dimensões e mais um indicador sintético. A metodologia muda em 2014 e a avaliação passa a ter apenas 3 dimensões, além do indicador sintético.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município ou endereço da unidade.

Cobertura: 100% das unidades CRAS e CREAS no país.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidades do CRAS e CREAS

Fontes de alimentação: Questionário de coleta com o gestor público

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2010 (apenas para o IDCRAS)

Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no momento da coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

Antes de 2014:

- Dimensão Horário de Funcionamento Dimensão Estrutura Física (1 = Insuficiente; 2 = Regular; 3 = Suficiente e 4 = Superior)
- Dimensão Atividades Realizadas (1 = Insuficiente; 2 = Regular; 3 = Suficiente e 4 = Superior)

¹⁴ Começa-se a calcular o IDCREAS em 2014.

- Dimensão Recursos Humanos (1 = Insuficiente; 2 = Regular; 3 = Suficiente e 4 = Superior)

Cada dimensão é avaliada em 1 = Insuficiente; 2 = Regular; 3 = Suficiente e 4 = Superior

- Indicador sintético (0 a 10)

Após 2014 (valendo, portanto, para o IDCREAS):

- Dimensão Estrutura Física
- Dimensão Recursos Humanos
- Dimensão Serviços

Cada dimensão é avaliada de nível 1 (mais distante do padrão almejado) a nível 5 (mais próximo do padrão almejado)

- Indicador sintético (0 a 10)

Qual a quantidade de registros da base de dados: 8088 (ref. 2014)

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 484 KB (ref. 2014)

Formato: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Não, mas a metodologia de cálculo (atualizada para 2014) está disponível em PDF em

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Boletim_n3_Indicadores.pdf

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: A base e metodologia estão disponíveis ao público para download.

Base: Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Instituição responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Contato: Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Social – CGVIS, Departamento de Gestão do SUAS – DGSUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. E-mail: vigilanciasocial@mds.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

Sumário: O RMA-CRAS disponibiliza informações sobre o volume e perfil das famílias em acompanhamento e volume de atendimentos coletivos e individuais realizados pelas Unidades do CRAS.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município e endereço das Unidades

Cobertura: 100% das unidades CRAS no país.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidades nos municípios

Fontes de alimentação: Questionário de coleta com o gestor público

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2012

Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do mês de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF
- Total de atendimentos individualizados realizados, no mês
- Famílias encaminhadas para o CREAS
- Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF
- Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
- Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
- Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos
- Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado

Qual a quantidade de registros da base de dados: 92747 nos dados tratados (ref. 2014)

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 29688 KB (ref. 2014)

Formato: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Os dados estão disponíveis ao público para download.

Base: Relatório Mensal de Atendimento – Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Instituição responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Contato: Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Social – CGVIS, Departamento de Gestão do SUAS – DGSUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. E-mail: vigilanciasocial@mds.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index2.php>

Sumário: O RMA-CREAS disponibiliza informações detalhadas do número de atendimentos a famílias e pessoas vitimadas em acompanhamento, por sexo, idade e situação pela qual está sendo atendida, bem como de crianças e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município e endereço das Unidades

Cobertura: 100% das unidades CREAS no país.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidades nos municípios

Fontes de alimentação: Questionário de coleta com o gestor público

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2012

Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do mês de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Famílias com crianças ou adolescentes no PETI
- Famílias com crianças ou adolescentes nos Serviços de Acolhimento
- Famílias cuja situação de violência/violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativa
- Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI
- Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) - por sexo e faixa etária
- Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual - por sexo e faixa etária
- Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual – por sexo e faixa etária
- Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono – por sexo e faixa etária
- Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil – por sexo e faixa etária
- Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar – por sexo
- Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono - por sexo
- Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar
- Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos – por sexo e faixa etária
- Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual atendidas no PAEFI
- Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade
- Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)
- Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual
- Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas
- Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas

Qual a quantidade de registros da base de dados: 26627 nos dados tratados (ref. 2014)

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 26794 KB (ref. 2014)

Formato: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Os dados estão disponíveis ao público para download.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



g. Ministério da Educação

Base: Prova Brasil

Instituição responsável: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (Autarquia ligada ao Ministério da Educação)

Contato: Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (CGSNAEB) – R. de Ligação Sig/Shsw Q 4, s/n - Zona Industrial, Brasília – DF - Coordenador Frederico Neves Condé – Telefone: (61) 2022-3380

Endereço eletrônico da base:

<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>

Sumário: A Prova Brasil é parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino das escolas públicas brasileiras. A avaliação inclui um questionário sobre o contexto das escolas, que busca coletar informações sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico e do capital social e cultural dos alunos, visando o desenvolvimento de estudos sobre fatores associados ao desempenho dos alunos. Os questionários de contexto respondidos por diretores, professores e pelos avaliadores do INEP incluem questões ligadas à ocorrência de violência nas escolas. Estas mesmas perguntas não são feitas nos questionários de contexto respondidos pelos alunos.

Palavras-chave: violência nas escolas, escolas públicas, estrutura escolar, estrutura de segurança escolar

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pode ser.

Cobertura: Todas as escolas públicas que possuem ao menos 20 alunos matriculados nos anos avaliados.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Escola

Fontes de alimentação: Prova e questionários aplicados a alunos. Há também questionários contextuais aplicados a professores e diretores, além de um respondido pelo aplicador em avaliação à escola.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Bienal

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2005

Dados mais recentes: 2013

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Questionário sobre a escola (preenchido pelo avaliador)

- Variável: Avalie os seguintes aspectos em relação à segurança da escola e dos alunos (Bom, Regular, Ruim, Inexistente)
 - Vigilância para o período diurno
 - Vigilância para o período noturno
 - Vigilância para os finais de semana e feriados
 - Esquema de policiamento para inibição de furtos, roubos e outras formas de violência
 - Esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas dentro da escola
 - Esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas nas imediações da escola
 - A escola adota alguma medida de segurança para proteger os alunos nas suas imediações? (Sim ou não)

Questionário preenchido pelo diretor da escola

- Variável: Sobre os fatos listados abaixo, diga se eles aconteceram ou não este ano, nesta escola:
 - Agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários da escola
 - Agressão verbal ou física de alunos a outros alunos da escola
 - Você foi vítima de atentado à vida
 - Você foi ameaçado por algum aluno
 - Você foi vítima de furto (sem uso de violência)
 - Você foi vítima de roubo (com uso de violência)
 - Alunos frequentaram a escola portando arma branca (facas, canivetes etc)
 - Alunos frequentaram a escola portando arma de fogo

Questionário preenchido por professor da escola

- Variável: Sobre os fatos listados abaixo, diga se eles aconteceram ou não este ano, nesta escola:
 - Agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários da escola
 - Agressão verbal ou física de alunos a outros alunos da escola
 - Você foi vítima de atentado à vida
 - Você foi ameaçado por algum aluno
 - Você foi vítima de furto (sem uso de violência)
 - Você foi vítima de roubo (com uso de violência)
 - Alunos frequentaram as suas aulas portando arma branca (facas, canivetes etc)
 - Alunos frequentaram as suas aulas escola portando arma de fogo

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual o volume dos dados armazenados (em bits): 978.727 KB (ref. alunos 2013, xls), 21.045 (ref. escola, 2013, xls)

Formato de arquivo: CSV

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado.

Política de acesso externo aos dados: Dados disponíveis na internet, sem necessidade de solicitação ou autorização.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



h. Ministério da Justiça

Base: GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada / SISVIP-Sistema de Segurança Privada da Polícia Federal

Instituição responsável: Coordenação-geral de Controle de Segurança Privada, Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal.

Contato: Serviço de Apoio Administrativo: sad.cgdsp@dpf.gov.br (61)2024-8172

Endereço eletrônico da base: Não há base pública.

Sumário: A lei nº 7.102/1983¹⁵, que regula as atividades de segurança privada (empresas especializadas na prestação de segurança e transporte de valores, empresas que realizam treinamento de vigilantes ou ainda empresas que tenham outras finalidades, mas possuem serviços de segurança interno), prevê que tanto empresas quanto vigilantes e armas sejam cadastrados pelo Ministério da Justiça, cadastro que pode ser feito em parceria com as UF. A instituição responsável por fazer o cadastro e autorizar ou não o funcionamento, vigilantes etc., é a polícia federal e há interligação com a base de dados Sinarm. Os trâmites ficam cadastrados no sistema GESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada. O sistema é desenvolvido pelo Serpro – Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, embora haja restrições de divulgação por motivos de segurança/privacidade.

Cobertura: 100% das empresas de segurança regulares operando no Brasil.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Empresa ou vigilante

Fontes de alimentação: Usuários (empresas e vigilantes) e Departamento de Polícia Federal.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: A coleta é permanente, já que se trata de base operacional que funciona o ano todo, mas a extração é por solicitação de relatórios, não é periódica ou regular.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: última atualização/registro de cada empresa (anual) e vigilantes (a cada dois

¹⁵ Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

anos)

Dados mais recentes: última atualização/registo de cada empresa

O sistema funciona desde 2006, mas não permite extrair série histórica, uma vez que a atualização do dado de uma empresa apaga os registros anteriores.

Nível de desagregação temporal do dado: Dia, mês e ano.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Dados cadastrais das Empresas de segurança e treinamento (endereço, CNPJ, sócios, funcionários, etc.)
- Dados pessoais e profissionais de vigilantes
- Transporte de armas e munições
- Treinamento
- Veículos
- Armas (interligado ao Sinarm)
- Coletes
- Máquinas de recarga (em empresas de treinamento)

Qual a quantidade de registros da base de dados: 2.727 empresas em 11/12/2015

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Sim, para os diferentes servidores da Polícia Federal.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: A base não é disponibilizada publicamente e nem há a produção de relatórios. Sob demanda, podem ser fornecidos dados com restrições segundo a avaliação dos responsáveis (ex.: a capacidade operacional de uma empresa de segurança específica pode ser considerada informação sensível).

Base: Pesquisa Nacional de Vitimização

Instituição responsável: Ministério da Justiça/SENASP

Contato: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ – Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede, 5º andar, Sala 500. 70064-900 – Brasília-DF. Telefones: (61) 2025-3780 e 2025-3854. E-mail: apoio.senasp@mj.gov.br ou Crisp/UFGM, telefones: (31) 3409-6310/3409-6306.

Endereço eletrônico da base: <http://www.crisp.ufmg.br/pesquisas/>

Sumário: Realizada pelo Datafolha em parceria com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/UFGM e a SENASP, a pesquisa tinha por objetivo levantar informações sobre violência e criminalidade junto à população. Sua única publicação é de 2010 e centralizou esse tipo de informação, que antes só havia sido feito a nível municipal e estadual.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



A aplicação de um questionário domiciliar, por amostra, deu origem a um relatório descritivo das ocorrências apontadas pelos entrevistados.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Municípios com mais de 15 mil habitantes.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município.

Cobertura: Amostra da população adulta (com idade igual ou superior a 16 anos) dos municípios com mais de 15 mil habitantes.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Domicílio, divulgado de forma agregada nos municípios, UFs e Regiões.

Fontes de alimentação: Questionário aplicado por entrevistador do Datafolha

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Esporádica

Cobertura temporal dos dados: Entrevistas realizadas em dois períodos: junho de 2010 a maio de 2011 e junho de 2012 a outubro de 2012.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato dos períodos de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Você ou alguém do domicílio foi vítima de furto e roubo de automóveis, furto e roubo de motocicletas, furto e roubo de objetos ou bens, sequestro, fraudes, acidentes de trânsito, agressões, ofensas sexuais e discriminação nos últimos 12 meses?
- Descrição do local da ocorrência
- Se a ocorrência se repetiu e quantas vezes
- Se foi possível identificar o agressor
- Descrição da arma ou objeto usado, se foi o caso
- A qual órgão recorreu para denúncia ou atendimento quando da ocorrência
- Avaliação do atendimento do órgão a que recorreu quando da ocorrência

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não se aplica

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? A publicação divulga a metodologia da pesquisa e o questionário aplicado está disponível em

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID91D79F8E43F74AEEDAC8ADD6789AAC7PTBRNN.htm>

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: O relatório está disponível ao público na internet.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública

Instituição responsável: Ministério da Justiça/SENASP

Contato: Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ – Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede, 5º andar, Sala 500. 70064-900 – Brasília-DF. Telefones: (61) 2025-3780 e 2025-3854. E-mail: apoio.senasp@mj.gov.br

Endereço eletrônico da base: Download do arquivo em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/pesquisa-perfil-2013_ano-base_2012.pdf/view. Para relatórios de outros anos:

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMIDDBAD310EDF8442E2A21D7EF680172592PTBRNN.htm>

Sumário: A Pesquisa Perfil pretende centralizar as informações sobre estrutura e funcionamento das principais instituições de segurança pública no Brasil – Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar - com dados coletados anualmente através de questionário aplicado aos gestores estaduais pela SENASP.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não se aplica.

Cobertura: Não informado. Deveria cobrir todas as instituições de Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, mas há lacunas importantes.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade da Federação

Fontes de alimentação: Questionário aplicado pela SENASP aos gestores estaduais.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: Segundo a SENASP, a pesquisa é feita desde 2004. Estão disponíveis online relatórios de 2004 a 2007 e a publicação mais recente é de 2013, com dados de 2011. Há, portanto, uma lacuna entre os anos 2008 e 2010.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato do ano da coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Estrutura organizacional
- Orçamento
- Gestão da informação
- Recursos materiais
- Recursos humanos
- Capacitação e valorização profissional
- Ações de prevenção

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado.

Formato: Não informado.

Possui dicionário de dados? O questionário aplicado aos gestores está disponível em arquivo protegido, ou seja, não há acesso ao público.

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: A base não está disponível ao público. O download da publicação de 2013 e outros relatórios estão disponíveis na internet. Para outros anos (2008 a 2010) ou para acesso ao questionário é preciso fazer uma solicitação.

Base: Sistema Nacional de Armas (SINARM)

Instituição responsável: Divisão Nacional de Armas Departamento, Diretoria Executiva do Departamento de Polícia Federal.

Contato: direx@dpf.gov.br, telefone: (61) 2024-8171/8172/8173

Endereço eletrônico da base: Não disponível

Sumário: A Lei 10.826/2003, conhecida como “Estatuto do Desarmamento” dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional e visa ao controle das armas em circulação no país, com exceção daquelas do Exército e aquelas de uso restrito. Ou seja, qualquer arma regular que circule no Brasil, em poder da população, das polícias, comerciantes, fabricantes e empresas de segurança estará no cadastro. As que não estão são, por definição, irregulares ou ilegais.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo endereço de proprietários, usuários, fabricantes, servidores e comerciantes, mas há restrições para acesso ou divulgação.

Cobertura: 100% para as armas regulares em circulação no país (com exceção das de uso restrito). Armas roubadas ou ilegais só entram no sistema quando apreendidas, se e quando as polícias informam (polícia federal, polícia rodoviária federal e polícias estaduais civil e PM).

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Arma

Fontes de alimentação: Antes de 2003, o cadastro de armas era realizado pelas polícias estaduais. A partir de 2004, todos os novos registros e renovações passaram a ser feitos pela polícia federal. 2009 foi o prazo para que proprietários de arma de fogo passassem seus registros para o nível federal. Hoje o cadastro é feito na Superintendência Estadual Polícia



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Federal em cada UF por ocasião de: registro de arma comprada, renovação de registro de arma, armas apreendidas, furto e roubo de arma, exportação de arma de fogo. O sistema também é alimentado a partir do envio, por parte de fabricantes e comerciantes, de planilha com as armas em estoque.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: A entrada de dados é permanente. A extração é pela necessidade de relatórios internos ou solicitações externas, com restrição.

Cobertura temporal dos dados:

Início da série: 2003

Dados mais recentes: tempo real

Nível de desagregação temporal do dado: Diário para proprietários individuais. Não se sabe se há acesso a informações sobre as empresas e fabricantes.

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Dados do proprietário pessoa física ou jurídica, instituições policiais etc. (Nome, endereço, CNPJ/CPF)
- Dados da arma: identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante.
- Autorizações de porte de arma de fogo e as renovações
- Transferências de propriedade extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores;
- Modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo;
- Apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais;
- Produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições;

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Sim: os usuários da PF nos estados podem extrair alguns tipos de relatório, mas não têm acesso a todos os dados.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não.

Política de acesso externo aos dados: Fornece relatório quando solicitado, com restrições analisadas caso a caso, especialmente no que diz respeito à identificação de indivíduos.

Base: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Instituição responsável: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

Contato: sinesp@mj.gov.br

Endereço eletrônico da base: Algumas informações disponíveis na internet
<https://www.sinesp.gov.br/estatisticas-publicas>

Sumário: Desde 2001, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, SENASP/MJ reúne dados estatísticos, retroativos a 1999 sobre ocorrências criminais¹⁶ e atividade policial. A coleta dos dados é mensal e as diretrizes para o preenchimento das ocorrências criminais encontram-se no Manual de Preenchimento Formulário de Coleta Mensal de Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia (SENASP, Sem data).

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, para o caso das informações alimentadas em nível municipal (pela delegacia)

Cobertura: Nacional

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Os dados podem ser desagregados até o nível da delegacia para cidades com 100 mil ou mais habitantes. Para a totalidade dos dados de uma UF, o nível de desagregação do dado é a própria UF.

Fontes de alimentação: O sistema possui três módulos de alimentação: Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Polícia Civil. Cada Unidade da Federação deve manter o preenchimento mensal dos dados em um Formulário de Coleta Mensal de Ocorrências Policiais por meio da rede Infoseg. Cada UF indica um gestor que é o ponto focal do Sinesp, realiza treinamentos junto à Senasp e é o responsável pelo preenchimento.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados:

Início: 1999 (desagregação para municípios com mais de 100 mil habitantes, a partir de 2004). Na internet estão disponíveis dados a partir de 2011.

Dado mais recente: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Mês

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

¹⁶ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA. Manual de Preenchimento Formulário de Coleta Mensal de Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia. 2ª Edição. Brasília, S/D.

Cada categoria de ocorrências listada a seguir é preenchida em quatro planilhas diferentes: número de ocorrências, número de vítimas em cada tipo de ocorrência (e perfil de sexo, raça/cor e faixa etária) e número de autores (e perfil de sexo, raça/cor e faixa etária) e, se aplicável, instrumento utilizado (arma de fogo, arma branca, outros).

- Ocorrências letais
 - Crimes com morte
 - Homicídio doloso
 - Homicídio culposo de trânsito
 - Outros homicídios culposos
 - Lesão corporal seguida de morte
 - Roubo seguido de morte (latrocínio)
 - Outros crimes resultantes em morte
 - Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)
 - Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)
 - Suicídio
 - Mortes a esclarecer
- Ocorrências não-letais
 - Crimes contra a pessoa, sem morte
 - Tentativa de homicídio
 - Lesão corporal dolosa
 - Lesão corporal culposa de trânsito
 - Outras lesões corporais culposas
 - Outros crimes resultantes em lesão corporal
 - Ameaça
 - Outras ocorrências sem morte
 - Lesão acidental no trânsito (exceto lesão corporal culposa)
 - Outras lesões acidentais (exceto lesão corporal culposa)
 - Crimes contra a liberdade sexual
 - Estupro
 - Tentativa de estupro
 - Atentado violento ao pudor
 - Tentativa de atentado violento ao pudor
 - Crimes contra o patrimônio
 - Roubo de veículo
 - Roubo de carga
 - Roubo a ou de veículo de transporte de valores (carro-forte)
 - Roubo a instituição financeira (vítima: pessoa jurídica)
 - Roubo a transeunte
 - Roubo em transporte coletivo
 - Roubo em estabelecimento comercial ou de serviços
 - Roubo em residência
 - Roubo com restrição de liberdade da vítima

- Outros roubos
- Furto de veículo
- Furto de carga
- Furto a transeunte
- Furto em residência
- Outros furtos
- Extorsão mediante seqüestro
- Estelionato
- Crimes regidos por legislação especial
 - Racismo, preconceito e discriminação
 - Tortura
 - Entorpecentes (porte, posse e uso)
 - Entorpecentes (tráfico)
 - Porte ilegal de armas de fogo
 - Ato infracional (criança e adolescente)
 - Crimes contra o meio ambiente
 - Crimes contra o consumidor
 - Violação de direito autoral, marca ou patente
 - Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de crime

Também estão incluídas no sistema de coleta, variáveis referentes à atividade policial:

- Atividades de Polícia e outras informações
 - Atividades de Polícia Judiciária
 - Total de boletins de ocorrência
 - Total de termos circunstanciados
 - Inquéritos policiais instaurados
 - Inquéritos policiais concluídos com autoria definida
 - Inquéritos policiais concluídos sem autoria definida
 - Apreensão de armas e explosivos
 - Número de ocorrências e de armas
 - Total de ocorrências armas brancas e de fogo
 - Total de ocorrências explosivos
 - Total de armas brancas apreendidas
 - Total de armas de fogo apreendidas
 - Especificação das armas de fogo apreendidas
 - Armas de fogo de uso permitido e de uso proibido ou restitido
 - Armas de fogo de fabricação nacional e estrangeira
 - Apreensão de entorpecentes
 - Total de ocorrências
 - Quantidade apreendida, por tipo de droga
 - Especificação dos homicídios dolosos (circunstância)

- Recuperação de veículos e de carga
 - Veículos localizados/recuperados
 - Cargas localizadas/recuperadas
- Prisões e apreensões
 - Adultos presos em flagrante
 - Adultos presos em cumprimento de mandado judicial
 - Adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional
 - Crianças e adolescentes apreendidos por ordem judicial
- Outras informações
 - População carcerária
 - Em delegacias e núcleos de custódia da Polícia Civil
 - Em estabelecimentos prisionais
 - Fugas: de delegacias e núcleos de custódia da Polícia Civil
 - De estabelecimentos prisionais
 - Pessoas mortas em delegacias, núcleos de custódia, estabelecimentos prisionais e instituições para cumprimento de medidas sócio-educativas
 - Adultos mortos em delegacias e núcleos de custódia da Polícia Civil
 - Adultos mortos em estabelecimentos prisionais
 - Adolescentes mortos em instituições para cumprimento de medidas sócio-educativas
 - Pessoas desaparecidas e localizadas, por sexo e faixas etárias
 - Civis mortos pela Polícia e policiais mortos em serviço e fora de serviço
 - Pessoas mortas em confronto com a Polícia Militar (Autos de Resistência ou Resistência Seguida de Morte)
 - Pessoas mortas em confronto com a Polícia Civil (Autos de Resistência ou Resistência Seguida de Morte)
 - Pessoas mortas por policiais militares em outras circunstâncias
 - Policiais militares mortos em serviço
 - Policiais militares mortos fora de serviço
 - Policiais civis mortos em serviço
 - Policiais civis mortos fora de serviço

Qual a quantidade de registros da base de dados?

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)?

Formato:

Possui dicionário de dados?

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: A Senasp disponibiliza publicamente na internet os números e taxas anuais, desagregada por UF, a partir de 2014, das seguintes ocorrências:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



estupro, furto de veículos, homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, roubos de veículos e latrocínios.

Infopen / Relatórios Estatísticos - Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro

Instituição responsável: Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça

Contato: Edifício Victória - SCN Quadra 03, Bloco B, s/n - Asa Norte, Brasília - DF, 70713-020.
Telefone: (61) 2025-3987

Endereço eletrônico da base: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos>

Sumário: Pelo seu mandato legal, o Depen é responsável pelo controle e fiscalização do sistema prisional brasileiro, mesmo as instituições estaduais. Cumprindo uma de suas atribuições, o departamento realiza levantamentos semestrais sobre cada unidade prisional junto às unidades da federação, um levantamento conhecido por Infopen. Os relatórios com dados agregados por unidades da federação estão disponíveis desde 2005. Recentemente o Depen passou a disponibilizar também as bases de dados que permitem a consulta por unidades prisionais. As variáveis abordadas por esse questionário mudaram um pouco ao longo dos anos, de modo que a referência dessa descrição é o relatório de junho de 2014.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Para bases mais recentes sim, pelo endereço da unidade.

Cobertura: Todas as unidades prisionais brasileiras

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade da Federação e, para os anos mais recentes, unidade prisional.

Fontes de alimentação: Questionário preenchido pelos gestores das unidades prisionais

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Semestral

Cobertura temporal dos dados: Primeiro relatório divulgado em dezembro de 2005, sendo o mais recente de junho de 2014. No entanto, há relatórios sintéticos para o Brasil (sem separar por UF) desde 2000.

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato da situação no semestre

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

As variáveis abaixo referem-se aos relatórios sintéticos que resumem as informações do levantamento. Para os dados mais recentes da série existem informações mais completas.

- Quantidade de presos custodiados no sistema penitenciário, por tipo de regime
 - Presos sem condenação



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Regime fechado
- Regime semi-aberto
- Medida de segurança – internação
- Medida de segurança – tratamento ambulatorial
- Número de vagas no sistema penitenciário, por tipo de regime
- Total de estabelecimentos penais, por tipo de regime
- Tipo de gestão dos estabelecimentos
 - Pública
 - Parceria público-privada
 - Cogestão
 - Organizações sem fins lucrativos
 - Não informado
- Terceirização de serviços
- Concepção original dos estabelecimentos
 - Concebido como estabelecimento penal
 - Adaptado para estabelecimento penal
- Regimento interno
 - Sim ou não
- Cella adequada/dormitórios para gestantes
- Berçário e/ou centro de referência materno-infantil
- Creche
- Módulo de saúde
- Módulo de educação
- Módulo de oficina
- Local específico para visitas
- Sala de atendimento para serviço social
- Sala de atendimento psicológico
- Sala de atendimento jurídico gratuito
- Sala de videoconferência
- Celas-seguro
- Ala ou cela exclusiva para grupos específicos
- Acessibilidade
- Terreno/espço disponível para construção de novos módulos
- Total de trabalhadores que atuam no sistema prisional, por cargos
- Equipe própria para atendimento em berçário/creche
- Prestação sistemática de assistência jurídica gratuita nos estabelecimentos prisionais
- Quantidade de pessoas presas por:
 - Faixa etária
 - Cor da pele/raça/etnia
 - Estado civil
 - Grau de instrução
 - Pessoas com deficiência

- Nacionalidade
- Tempo total de penas
- Quantidade de incidências por tipo penal
- Total de pessoas em atividades laborais
- Total de pessoas em atividades educacionais
- Pessoas trabalhando e estudando, simultaneamente
- Informações da área de saúde
- Quantidade de presos com agravos transmissíveis
- Total de óbitos
 - Óbitos naturais/por motivos de saúde, criminais, suicídios, acidentais, causa desconhecida
- Quantidade de visitas de inspeção realizadas no semestre

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Aproximadamente 160.650 MB

Formato: PDF, Excel.

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Os relatórios sintéticos são disponibilizados para a consulta no website do Depen. Para o ano de 2014 há também base de dados em Excel, desagregado por unidade prisional.

i. Ministério da Saúde

Base: Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/MS

Instituição responsável: Ministério da Saúde

Contato: Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas – CGIAE/Secretaria de Vigilância em Saúde. Endereço: SAF Sul - Trecho 2 - Lotes 5/6, Bloco F - Torre I Edifício Premium. Térreo - Sala 15. CEP: 70070-600 - Brasília – DF. Telefones: 61-3315-7711/7708. E-mail: cgiae@saude.gov.br

Endereço eletrônico da base:

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/ext10>

Sumário: O Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) é publicado no banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS e possui registro de todos os óbitos ocorridos no país. A Declaração de Óbito (documento de geração dessas informações) passa por todas as instâncias de saúde, desde a Secretaria Municipal até ser centralizado na base federal.

Tipo da base: Operacional e Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município. É possível escolher se a informação será referente ao município de ocorrência do óbito ou de residência da vítima, com o cuidado de que esta informação pode estar duplicada (no caso dos locais coincidirem) e que alguns municípios concentram informações de ocorrência de óbito, por disporem de unidades maiores de saúde que centralizam os atendimentos.

Cobertura: Todos os casos de óbito ocorridos no país.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município. É possível escolher se a informação será referente ao município de ocorrência do óbito ou de residência da vítima, com o cuidado de que esta informação pode estar duplicada (no caso dos locais coincidirem) e que alguns municípios concentram informações de ocorrência de óbito, por disporem de unidades maiores de saúde que centralizam os atendimentos.

Fontes de alimentação: Declaração de Óbito

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Desde 1996. Mais recente: 2013.

Nível de desagregação temporal do dado: Mês/ano do óbito

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Região
- Unidade da Federação



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Grupo CID
- Categoria CID
- Ano/mês do óbito
- Faixa etária (segundo classificação do IBGE)
- Sexo
- Cor/raça (declarada pelo responsável pelo preenchimento da Declaração de Óbito)
- Escolaridade
- Estado Civil
- Local de ocorrência
 - Hospital
 - Outro estabelecimento de saúde
 - Domicílio
 - Via pública
 - Outros
 - Ignorado
- Acidente de trabalho (sim ou não)

Grupos e categorias CID de interesse:

- Lesões autoprovocadas voluntariamente
- Agressões
 - Agressão por meio de droga, medicamento ou substância biológica
 - Agressão por meio de substância corrosiva
 - Agressão por pesticida
 - Agressão por meio de gases e vapores
 - Agressão por outros produtos químicos ou substâncias nocivas especificados
 - Agressão por produtos químicos ou substâncias nocivas não especificados
 - Agressão por enforcamento, estrangulamento ou sufocação
 - Agressão por afogamento ou submersão
 - Agressão por disparo de arma de fogo de mão
 - Agressão por disparo de arma de fogo de maior calibre
 - Agressão por disparo de outro tipo de arma de fogo ou não especificada
 - Agressão por meio de material explosivo
 - Agressão por meio de fumaça, fogo ou chamas
 - Agressão por vapor de água, gases ou objetos quentes
 - Agressão por objeto cortante ou penetrante
 - Agressão por meio de um objeto contundente
 - Agressão por meio de projeção de um lugar elevado
 - Agressão por meio de projeção ou colocação da vítima em objeto em movimento
 - Agressão por meio de impacto de veículo automotor
 - Agressão por meio de força corporal
 - Agressão corporal por meio de força física

- Eventos cuja intenção é indeterminada
- Intervenções legais e operações de guerra

*Reitera-se que é possível escolher se a informação será referente ao município de ocorrência do óbito ou de residência da vítima, com o cuidado de que esta informação pode estar duplicada (no caso dos locais coincidirem) e que alguns municípios concentram informações de ocorrência de óbito, por disporem de unidades maiores de saúde que centralizam os atendimentos.

Qual a quantidade de registros da base de dados: Não informado (microdados).

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): Não informado.

Formato: Online, com disponibilidade de download no formato .csv.

Possui dicionário de dados? O DATASUS publica um tutorial de acesso aos dados, mas a classificação das variáveis de óbitos por causas externas segue a Classificação Internacional de Doenças, disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim.

Política de acesso externo aos dados: Não há acesso público ao microdado que produz as informações do SIM, ou seja, à Declaração de Óbito.

Base: Sistema de Informação de Agravo de Notificação (SINAN)

Instituição responsável: Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS), Coordenação Geral de Doenças Transmissíveis.

Contato: Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede, 1.º andar. 70058-900 Brasília – DF.
E-mail: svs@saude.gov.br.

Endereço eletrônico da base: <http://sinan.saude.gov.br/sinan/login/login.jsf> e <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/197-secretaria-svs/11955-boletins-epidemiologicos-arquivos>

Sumário: O SINAN faz o registro e processamento dos dados sobre agravos de notificação, com o objetivo de sistematizar as diversas informações contidas nas Fichas de Notificação e auxiliar as três esferas de governo na tomada de decisões sobre o assunto. Há informações sobre doenças epidemiológicas, incluindo casos de violência. A Secretaria de Vigilância em Saúde publica, também, boletins epidemiológicos na internet. Os boletins referentes à violência são de responsabilidade da VIVA (Vigilância de Violência e Acidentes), e o mais recente é de 2011.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo endereço de residência do paciente ou da ocorrência do agravo.

Cobertura: Todas as unidades assistenciais de saúde.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Paciente atendido pelas unidades assistenciais, através da Ficha de Notificação.

Fontes de alimentação: Ficha Individual de Notificação (FIN) preenchida pelas unidades, quando da ocorrência do agravo de notificação. Há também a FIN Negativa, relatando a ausência de casos de agravo de notificação.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Início da série: 1993.

Nível de desagregação temporal do dado: Data da notificação da ocorrência

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Número da notificação
- Tipo de notificação
 - Negativa
 - Individual
 - Surto
 - Agregado
- Agravo
 - Nome e código do agravo notificado segundo a Classificação Internacional de Doenças
- Data da notificação
- Semana epidemiológica da notificação
 - As unidades de saúde usam um calendário de semanas epidemiológicas padronizado, de domingo a sábado, que inicia-se no primeiro domingo de cada ano.
- UF de notificação
- Município de notificação
- Unidade notificadora
 - Unidade de Saúde
 - Unidade de Assistência Social
 - Estabelecimento de Ensino
 - Conselho Tutelar
 - Unidade de Saúde Indígena
 - Centro Especializado de Atendimento à Mulher
 - Outros
- Nome e código (segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) da unidade notificadora

- Nome e código (segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) da unidade de saúde
 - Unidade de saúde da área de abrangência da unidade notificadora
- Data da ocorrência da violência
- Semana epidemiológica dos primeiros sintomas/diagnósticos
- Nome do paciente
- Data de nascimento
- Idade
- Sexo
 - Masculino
 - Feminino
 - Ignorado
- Gestante
 - Especificar idade gestacional
- Raça/cor (declarada pela pessoa)
 - Branca
 - Preta
 - Amarela
 - Parda
 - Indígena
 - Ignorado
- Escolaridade
- Número do cartão SUS
- Nome da mãe
- UF de residência do paciente
- Município de residência do paciente
- Distrito de residência do paciente
- Código do bairro (segundo tabela de códigos de localidade) de residência do paciente
- Nome do bairro de residência do paciente
- Nome, número e complemento do logradouro de residência do paciente
- Geocampo 1 (segundo tabela de georeferenciamento utilizada pelos gestores municipais do SINAN)
- Geocampo 2 (segundo tabela de georeferenciamento utilizada pelos gestores municipais do SINAN)
- Ponto de referência e CEP de residência do paciente
- DDD e telefone da residência do paciente
- Zona de residência do paciente
 - Urbana
 - Rural
 - Periurbana
 - Ignorado
- País de residência do paciente, se fora do Brasil

- Identificação de duplicidade da incidência do agravo
- Identificação de vinculação a notificações de hanseníase ou tuberculose
- Nome social do paciente
- Ocupação do paciente
 - Deve ser indicada a tabela de ocupações utilizada
- Situação conjugal
 - Solteiro
 - Casado/União consensual
 - Viúvo
 - Separado
 - Não se aplica
 - Ignorado
- Orientação sexual
 - Heterossexual
 - Homossexual (gay/lésbica)
 - Bissexual
 - Não se aplica
 - Ignorado
- Identidade de gênero
 - Travesti
 - Transexual Mulher
 - Transexual Homem
 - Não se aplica
 - Ignorado
- Possui algum tipo de deficiência/transtorno
 - Sim, não ou não sabe
- Deficiência física
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Deficiência mental
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Deficiência visual
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Deficiência auditiva
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Transtorno mental
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Transtorno de comportamento
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Outras deficiências/síndromes
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
 - Especificar
- UF de ocorrência do evento

- Município de ocorrência do evento
- Endereço completo de ocorrência do evento, inclusive com Geocampos já descritos
- Zona de ocorrência
 - Urbana
 - Rural
 - Periurbana
 - Ignorado
- Hora de ocorrência
- Local de ocorrência
 - Residência
 - Habitação coletiva
 - Escola
 - Local de prática esportiva
 - Bar ou similar
 - Via pública
 - Comércio/Serviços
 - Indústrias/construção
 - Outro (especificar)
 - Ignorado
- Ocorreu outras vezes
 - Sim, não ou não sabe
- A lesão foi autoprovocada
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Violência motivada por
 - Sexismo
 - Homofobia/Lesbofobia/Transfobia
 - Racismo
 - Intolerância religiosa
 - Xenofobia
 - Conflito geracional
 - Situação de rua
 - Deficiência
 - Outros
 - Não se aplica
 - Ignorado
- Tipo de violência
 - Física
 - Psicológica/moral
 - Tortura
 - Sexual
 - Tráfico de seres humanos
 - Financeira/econômico

- Negligência/abandono
 - Trabalho infantil
 - Intervenção legal
 - Outros (especificar)
- Meio de agressão
 - Força corporal/espancamento
 - Enforcamento
 - Objeto contundente
 - Objeto perfuro-cortante
 - Substância/objeto quente
 - Envenenamento
 - Arma de fogo
 - Ameaça
 - Outro (especificar)
- Se ocorreu violência sexual, qual tipo?
 - Assédio sexual
 - Estupro
 - Pornografia infantil
 - Exploração sexual
 - Outro (especificar)
- Procedimento realizado (sim, não, não se aplica ou não sabe)
 - Profilaxia DST
 - Profilaxia HIV
 - Profilaxia Hepatite B
 - Coleta de sangue
 - Coleta de sêmen
 - Coleta de secreção vaginal
 - Contracepção de emergência
 - Aborto previsto por lei
- Número de envolvidos
 - Um, dois ou mais, não sabe
- Relação do provável autor com a pessoa agredida (sim, não ou não sabe)
 - Pai
 - Mãe
 - Padrasto
 - Madrasta
 - Cônjuge
 - Ex-cônjuge
 - Namorado(a)
 - Ex-namorado(a)
 - Filho(a)
 - Irmã(o)

- Amigos/conhecidos
 - Desconhecido
 - Patrão/chefe
 - Pessoa com relação institucional
 - Policial/agente da lei
 - Própria pessoa
 - Outros (especificar)
- Sexo do provável autor da agressão
 - Masculino
 - Feminino
 - Ambos os sexos
 - Ignorado
- Suspeita de uso de álcool (sim, não ou não sabe)
- Ciclo de vida do provável autor da agressão
 - Criança
 - Adolescente
 - Jovem
 - Pessoa adulta
 - Pessoa idosa
 - Ignorado
- Encaminhamento (sim, não ou ignorado)
 - Rede de saúde
 - Rede de assistência social
 - Rede de educação
 - Rede de atendimento à mulher
 - Conselho tutelar
 - Conselho do idoso
 - Delegacia de atendimento ao idoso
 - Centro de referência dos direitos humanos
 - Ministério Público
 - Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente
 - Delegacia da Mulher
 - Outras delegacias
 - Justiça da infância e da Juventude
 - Defensoria pública
- Violência relacionada ao trabalho
 - Sim, não ou não sabe
- Se sim, foi emitida a comunicação de acidente de trabalho (CAT)?
 - Sim, não, não se aplica ou não sabe
- Circunstância da lesão (segunda a relação da CID)
- Data de encerramento do caso
- Observações adicionais

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim, a Ficha de Notificação está disponível para consulta, com a descrição das variáveis:

http://www.cve.saude.sp.gov.br/htm/outros/fichas/VIOLENCIA2015_DIC_DADOS_V51.pdf

Perfis de usuários diferenciados? O acesso às informações das notificações só é permitido a usuários com cadastro aprovado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: O acesso às informações das notificações só é permitido a usuários com cadastro aprovado, mas o SINAN divulga periodicamente boletins das semanas epidemiológicas.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



j. Ministério do Trabalho e Emprego

Base: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Instituição responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Contato: Central de Atendimento da RAIS - Esplanada dos Ministérios, Bl. "F", Edifício-Anexo, Ala "B" Sala 204 - Brasília /DF. E-mail: rais.sppe@mte.gov.br Fax: (0XX61) 2031-8272

Endereço eletrônico da base:

http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario_empregos.htm

Sumário: A RAIS faz um levantamento anual de todos os estabelecimentos que possuem funcionários com vínculo empregatício. A partir da declaração dos estabelecimentos, o objetivo é o planejamento de políticas públicas no âmbito do Ministério do Trabalho e o controle de benefícios como FGTS e Abono Salarial. Existe, também, a RAIS Negativa, uma declaração de que o estabelecimento não possui empregados.

Tipo da base: Estatística/Analítica e Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelas regiões, UFs ou Regiões Metropolitanas.

Cobertura: Todos os estabelecimentos que dispõem de funcionários formalmente contratados.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Estabelecimento, mas a consulta só pode ser feita às UFs ou regiões.

Fontes de alimentação: Preenchimento de declaração online

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: Início da série: 1975. Dados mais recentes: 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano de coleta

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Empregos em 31/12 do ano de divulgação
 - Por setor
 - Por setor e área geográfica
 - Por setor e sexo
 - Por setor e faixa de remuneração de dezembro
 - Por área geográfica
 - Por área geográfica e sexo
 - Por área geográfica e subsetor
 - Por área geográfica e família ocupacional (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Remunerações médias dos Empregados em 31/12
 - Por Setor
 - Por Setor e Sexo
 - Por Setor e Área Geográfica
 - Por Área Geográfica
 - Por Área Geográfica e Sexo
 - Por Área Geográfica e Subsetor
 - Por Área Geográfica e Família Ocupacional
- Tempo de emprego
 - Média do Tempo de Emprego dos Empregados em 31/12 por Setor
 - Média do Tempo de Emprego dos Empregados em 31/12 por Setor e Sexo
 - Média do Tempo de Emprego dos Empregados em 31/12 por Setor e Área Geográfica
- Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios em 31/12
 - Por Área Geográfica
 - Por Área Geográfica e Subsetor
 - Por Área Geográfica
 - Por Área Geográfica e Subsetor

Qual a quantidade de registros da base de dados: 3.949.979 estabelecimentos

Qual o volume dos dados armazenados (em bits): A base está disponível online.

Formato: Online

Possui dicionário de dados? Sim, disponível separadamente em <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/download/divulgacao.htm>

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: A consulta é feita na internet, é preciso fazer uma triagem dos dados de interesse (variável de interesse, setor, área geográfica etc).

k. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Base: Disque Direitos Humanos

Instituição responsável: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Contato: Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C. Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar. Brasília – Distrito Federal – 70308-200. Telefone: (61) 2027-3900. E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/balancodisqu e100>

Endereço eletrônico da base: Não disponível.

Sumário: O Disque 100 é um serviço de denúncias de violação aos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT, em situação de rua, em privação de liberdade, comunidades tradicionais e outras em situação de vulnerabilidade, criado em 1996. A SDH divulgou balanço do primeiro semestre de 2015, comparando com dados de 2014.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Pode ser, levadas em conta questões de sigilo e segurança

Cobertura: Todas as denúncias acolhidas pelo Disque 100.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Denúncia, pelo endereço informado pela vítima

Fontes de alimentação: Denúncias do Disque 100

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Possivelmente desde o início do funcionamento do serviço em 2003.

Nível de desagregação temporal do dado: Diário

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Denúncias de violação aos direitos humanos
- Perfil das vítimas
 - Gênero
 - Cor/raça
 - Faixa etária
- Encaminhamento
 - Ministério Público Estadual
 - Secretaria da Administração Penitenciária



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Tribunal de Justiça
- Defensoria Pública do Estado
- Corregedorias
- Segurança Pública Estadual
- Conselho tutelar

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não informado

Perfis de usuários diferenciados? Não informado

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Apenas o balanço está disponível ao público na internet.

Índice de Homicídios na Adolescência

Instituição responsável: Observatório de Favelas em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, UNICEF e Laboratório de Análise da Violência/UERJ

Contato: OBSERVATÓRIO DE FAVELAS – Rua Teixeira Ribeiro, 535. Parque Maré – Rio de Janeiro – RJ. Email: prvl@observatoriodefavelas.org.br

Endereço eletrônico da base: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_IHA2012.pdf

Sumário: O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) faz parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL) e estima a mortalidade por homicídio na adolescência (faixa de 12 a 18 anos). O IHA expressa, para cada grupo de 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, o número deles que não completará 19 anos, pois será vítima de homicídio ao longo desse percurso, usando dados do Censo (IBGE) e do SIM (Datasus). A projeção é feita até 2019.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, por município, grandes capitais, UFs ou regiões

Cobertura: Municípios com mais de 100 mil habitantes, capitais e UFs

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Dados do Censo do IBGE e Sistema de Informações sobre Mortalidade do Datasus

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Esporádica

Cobertura temporal dos dados: 2005 a 2012



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: O próprio índice, que mede o número esperado de vidas de adolescentes perdidas por causa dos homicídios entre os 12 e os 18 anos, para cada grupo de 1.000 indivíduos.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

I. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Base: Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180)

Instituição responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Contato: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – SCES Trecho 2, Lote 22. Edifício Tancredo Neves, 1º andar, CEP 70200-002-Brasília, DF. Tel.: 3313-7100/3313-7101. <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>

Endereço eletrônico da base: Não disponível.

Sumário: O Ligue 180 é uma rede de denúncias de violência contra a mulher, reclamação dos serviços de atendimento à mulher e orientação e encaminhamento das mulheres sobre seus direitos e legislação. Funciona desde 2005 através da SPM e integra a Rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha. Há publicação de balanços das denúncias desde 2012.

Tipo da base: Operacional

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim.

Cobertura: Todas as denúncias ou consultas acolhidas pelo Ligue 180.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Denúncia/consulta

Fontes de alimentação: Denúncias ou consultas ao Ligue 180

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Possivelmente desde o início do funcionamento do serviço em 2005. Os balanços são divulgados desde 2012 e o mais recente é de 2015 (dados de 2014).

Nível de desagregação temporal do dado: Diário

Principais variáveis de interesse para MJ/Senasp/Depen:

- Número de denúncias de violência contra a mulher
- Classificação do atendimento realizado
 - Teleatendimento
 - Informação
 - Encaminhamento a serviço especializado
 - Relato de violência
 - Reclamação
 - Elogio
 - Sugestão



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Tipo de violência relatada
 - Violência física
 - Violência psicológica
 - Violência moral
 - Violência sexual
 - Violência patrimonial
 - Cárcere privado
 - Tráfico de pessoas
- Destino da denúncia
 - Secretaria de Segurança Pública
 - Corregedoria do MP
 - Corregedoria da Defensoria
 - Polícia Federal
 - DAC/MRE
- Quem ligou relatando
 - Vítima
 - Vizinho
 - Mãe
 - Irmã(o)
 - Outros vínculos
- Relação entre vítima e agressorRelações heteroafetivas
 - Relações familiares
 - Relações externas
 - Relações homoafetivas
- Tempo de relacionamento entre vítima/agressor
- Frequência da violência
- Início da violência na relação
- Risco percebido
 - Homicídios
 - Dano psicológico
 - Dano físico
 - Espancamento
 - Outros riscos
- Relação de filhas e filhos com a violência
 - Presenciaram a violência
 - Sofreram violência
 - Não presenciaram nem sofreram violência
- Ranking das UFs pela taxa de registro

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado. Referência de 52.957 relatos em 2014.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Formato: Não informado.

Possui dicionário de dados? Não informado.

Perfis de usuários diferenciados? Não informado.

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado.

Política de acesso externo aos dados: Apenas o balanço está disponível ao público na internet.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



m. Secretaria Nacional da Juventude – Secretaria-Geral da Presidência da República

Base: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial

Instituição responsável: Secretaria Nacional da Juventude – Secretaria-Geral da Presidência da República

Contato: Secretaria Nacional de Juventude - Telefone: (61) 3411.4366 - juventude@presidencia.gov.br

Endereço eletrônico da base:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>

Sumário: O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial é um indicador sintético, que agrega dados relativos à vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas internas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar médio mensal, entre outros.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional, para municípios com 100 mil habitantes ou mais.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Por UF ou município

Cobertura: Todas as UFs e todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade da Federação ou município

Fontes de alimentação: Elaboração a partir de dados de secundárias, como o Anuário Brasileiro da Segurança Pública.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não informado

Cobertura temporal dos dados: 2007 e 2012

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: O próprio índice, que considera variáveis como indicadores de mortalidade, frequência à escola, pobreza, desigualdade e raciais.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Não, mas possui um capítulo metodológico.

Perfis de usuários diferenciados? Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: A publicação é aberta à consulta. Não há informação sobre a base de dados.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



n. Secretaria do Tesouro Nacional

Base: FINBRA – Finanças do Brasil

Instituição responsável: Secretaria do Tesouro Nacional

Contato: Tesouro Nacional - Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bloco P - CEP 70.048-900 Brasília – DF.

Endereço eletrônico da base: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Sumário: Relatórios das finanças públicas a nível estadual e municipal, coletados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN). É possível a consulta para as Contas Anuais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, desagregados por UF, municípios ou capitais.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Nacional

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim.

Cobertura: 100% das UF e municípios.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Informações enviadas pelas UFs.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: 1989 - 2016

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Despesas empenhadas por função
 - Função Segurança Pública
 - Policiamento
 - Defesa Civil
 - Informação e Inteligência
 - Demais Subfunções - Segurança Pública
 - Custódia e reintegração social

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Aproximadamente 8 MB

Formato: XLS

Possui dicionário de dados? Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não informado

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



O. Tribunal Superior Eleitoral

Base: Repositório de dados eleitorais

Instituição responsável: Tribunal Superior Eleitoral

Contato: Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF – 70070-600 - Tel.: (61) 3030-7000. Ouvidoria - 0800 648 0005. estatistica@tse.jus.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

Sumário: O repositório de dados eleitorais é uma compilação de dados brutos das eleições desde 1945, voltada para pesquisadores, imprensa e cidadãos em geral que tenham interesse em analisar os dados de eleitorado, candidaturas, resultados e prestação de contas das eleições.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Brasil

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, por zona eleitoral

Cobertura: 100% das sessões eleitorais / eleitores e eleições no país.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: zona eleitoral

Fontes de alimentação: processos de cadastramento de eleitores, partidos, candidatos, gastos de campanha etc. e resultado de eleições no Brasil.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: anual

Cobertura temporal dos dados: para alguns dados desde 1945. Para perfil de eleitores, permanentemente atualizado.

Dado mais recente:

Nível de desagregação temporal do dado: ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Perfil do eleitor
 - Zona Eleitoral
 - SEXO
 - Faixa Etária
 - Grau de Escolaridade
- Prestação de contas de campanha



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Resultado das eleições
 - Comparecimento, votos brancos e nulos

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: txt

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Sistema de consulta aberto

8. DESCRIÇÃO DE METADADOS DAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS DE RELEVÂNCIA PARA A ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PRISIONAL – BASES PRODUZIDA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

a. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Base: Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – DIEESE

Instituição responsável: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Contato: Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro. 01209-001 - São Paulo – SP. PABX: (11) 3821-2199 - (11) 3874-5366. Fax: (11) 3821-2179 - (11) 3874-5394

Endereço eletrônico da base:

<https://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=setupConsultaSimples>

Sumário: A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre o DIEESE e a Fundação Seade. A partir de 1987 ele passa a ser realizado em outras regiões metropolitanas. Disponibiliza vários indicadores, com recortes etários e de sexo.

Tipo da base: Analítica

Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife e, mais recentemente, Fortaleza, além do Distrito Federal.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pela região metropolitana.

Cobertura: Amostra probabilística das regiões de interesse

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Região metropolitana

Fontes de alimentação: Aplicação de questionário

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal, divulgação em compilados trimestrais

Cobertura temporal dos dados: Início em 1984.

Nível de desagregação temporal do dado: Mês.

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- População Economicamente Ativa
 - Distribuição da População Economicamente Ativa, por sexo
 - Estimativa da População Economicamente Ativa, por sexo
 - Estimativa da População em Idade Ativa



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Índice da População Economicamente Ativa, por sexo
- Taxa de participação, por idade
- Taxa de participação, por posição no domicílio
- Taxa de participação, por sexo
- **Ocupação**
 - Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação
 - Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica
 - Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica (CNAE)
 - Distribuição dos ocupados, por sexo
 - Estimativa do número de ocupados, por posição na ocupação
 - Estimativa do número de ocupados, por setor de atividade econômica
 - Estimativa do número de ocupados, por setor de atividade econômica (CNAE)
 - Estimativa do número de ocupados, por sexo
 - Índice do nível de ocupação, por posição na ocupação
 - Índice do nível de ocupação, por setor de atividade econômica
 - Índice do nível de ocupação, por sexo
- **Desemprego**
 - Distribuição dos desempregados em situação de desemprego aberto, por sexo
 - Distribuição do total de desempregados, por sexo
 - Estimativa do número de desempregados, por sexo
 - Estimativa do número de desempregados, por tipo de desemprego
 - Índice do nível de desemprego, por sexo
 - Índice do nível de desemprego, por tipo de desemprego
 - Taxa de desemprego aberto, por idade
 - Taxa de desemprego aberto, por posição no domicílio
 - Taxa de desemprego oculto, por tipo
 - Taxa de desemprego, por tipo de desemprego e sexo
 - Taxa de desemprego total, por idade
 - Taxa de desemprego total, por posição no domicílio
 - Tempo médio despendido pela população desempregada na procura de trabalho, por sexo
 - Tempo médio despendido pela população desempregada na procura de trabalho, por tipo de desemprego
- **Jornada**
 - Horas semanais médias trabalhadas pelos ocupados e assalariados no trabalho principal, por setor de atividade econômica
 - Horas semanais médias trabalhadas pelos ocupados e assalariados no trabalho principal, por sexo
 - Proporção de ocupados e de assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por setor de atividade econômica
 - Proporção de ocupados e de assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por sexo
- **Rendimento**

- Índice da massa de rendimentos reais de ocupados e assalariados, por sexo
- Índice do rendimento médio real dos assalariados do setor público e do setor privado
- Índice do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados, por sexo
- Índice do salário médio real do setor privado, por setor de atividade econômica
- Rendimento médio real dos assalariados do setor público e do setor privado
- Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados, por sexo
- Salário médio real do setor privado, por setor de atividade econômica

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Microsoft Excel

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Dados disponíveis para o público na internet, através do Sistema PED

b. Tribunais de Justiça nas unidades da federação

Base: E-SAJ Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Acre

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça do Acre

Contato: Diretoria de Tecnologia da Informação do TJ-AC. Rua Tribunal de Justiça, s/n. Via Verde. CEP: 69915-631 - Rio Branco-AC - (68) 3302-0320 (tel/fax).

Endereço eletrônico da base: <http://esaj.tjac.jus.br/esaj/portal.do?servico=740000>

Sumário: Provê o armazenamento de informações sobre pessoas e processos cíveis e criminais associados às mesmas. Guarda ainda tramitações que ocorrem nos processos. Possui informações sobre histórico de evolução criminal com dosimetria de pena. Dados da delegacia. Armazena dados sobre mandados de prisão e audiências agendadas.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: A base cobre a maioria dos municípios do Estado do Acre.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% das comarcas instaladas

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: A ocorrência. Unidade organizacional (vara, foro).

Fontes de alimentação: Os dados são gerados a partir de termos circunstanciados de ocorrência, denúncia do Ministério Público.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Extração diária para sistema estatístico para gerenciamento das unidades.

Cobertura temporal dos dados: Fevereiro de 1995 a dezembro de 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Classe
- Assunto
- Capitulação
- Sentenças transitadas
- Regime de pena
- Tempo de pena
- Rol de culpados
- Sexo
- Idade do autor
- Idade da vítima



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Delito cometido
- Situação da parte (primário ou reincidente)
- Espécie de pena (privativa, restritiva, multa e medida de segurança)

Qual a quantidade de registros da base de dados? 756.735 processos criminais

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Divulgação de informações agregadas selecionadas

Base: DBSGJ - Amapá

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça do Amapá

Contato: Departamento de Sistemas do TJ/AM. Tribunal de Justiça do Estado do Amapá - CNPJ 34.870.576/0001-21. Rua General Rondon, 1295, Centro, CEP 68900-911, Macapá / AP

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Mantém informações processuais e seus respectivos movimentos e documentos produzidos.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado do Amapá

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado.

Cobertura: 100% do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: O próprio Departamento de Sistemas

Fontes de alimentação: Cadastro do processo e sua posterior movimentação

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: 2007 a 2016

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Artigo criminal
- Cidade
- Bairro



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Data do crime
- Sexo
- Idade
- Tempo da pena
- Nome da vítima

Qual a quantidade de registros da base de dados? A base de dados possui mais de 300 tabelas, sendo as principais: Tabela de Processos contendo mais de um milhão de registros e tabela de movimento com mais de 40 milhões de registros.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 770 GB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Restrita com possibilidade de consulta externa

Base: SISTJWEB - Sistema Judicial Único – Distrito Federal

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Contato: Secretaria Geral do TJ/DFT. E-mail: secretaria.geral@tjdft.jus.br

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Sistema Judicial Único em uso pelo TJDFDT com sincronização de informações da base legada denominada SISTJ.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Distrito Federal

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 30% da base do SISTJ, com informações pertinentes principalmente as varas: VEP, VEPEMA, VEPERA.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: A base contém todas as informações pertinentes ao processo: processo, parte, advogado, magistrado, movimentação, classe, etc.

Fontes de alimentação: Mediante cadastro via sistema dos processos judiciais

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Diária

Cobertura temporal dos dados: 1960 a 2016



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: As informações referentes ao processo, que no caso envolve as partes tais como: Nome, nome do genitor, nome da genitora, sexo, idade, tipificação do crime.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 502,8 GB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: Sistema de Automação da Justiça – SAJ – Mato Grosso do Sul

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação - MS

Contato: Assessoria de Planejamento - Coordenadoria de Estatística da Secretaria de Tecnologia da Informação - estatistica@tjms.jus.br

Endereço eletrônico da base: <http://www3.softplan.com.br/saj/index.jsf>

Sumário: Há dados da justiça comum e juizados e dados das Turmas Recursais e Tribunal. Criada para controle ou realização de atividades tais como cadastro, acompanhamento de usuários, etc.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Mato Grosso do Sul e por comarca e vara

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, por comarca e vara

Cobertura: 100% das unidades judiciárias (comarcas, varas, Turmas Recursais e Órgãos Julgadores)

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade judiciária (vara), Turmas Recursais e Órgão Julgador

Fontes de alimentação: Processos judiciais

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: 2000 a dezembro de 2015



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Nível de desagregação temporal do dado: Atualização diária

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Por área do processo (cível e crime), local, sexo da vítima, tipo de crime (classe e assunto processual), data do fato, etc.

Qual a quantidade de registros da base de dados? 6.698.586.748

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 18.293 GB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Divulgação de informações agregadas selecionadas

Base: Sistema Judwin – Pernambuco

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça de Pernambuco

Contato: Tribunal de Justiça de Pernambuco. Palácio da Justiça - Praça da República, s/n - Santo Antônio, Recife / PE - CEP: 50010-040 - Telefones: (81) 3182-0100 / 3182-0234.

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Constam os processos separados por tipo penal e o acompanhamento em tempo real das ações processuais de cada situação.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Pernambuco, envolvendo capital e interior.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: Como o processo é digitalizado e o sistema alimentado, tem-se uma base de dados em torno de 100% das ações processuais a partir de cada vara de justiça, câmara colegiada, corte especial ou Tribunal pleno, com todos os desembargadores.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: O processo.

Fontes de alimentação: Processos judiciais

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Não informado

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Natureza criminal
- Sexo e idade do autor
- Conclusão do processo com sentença condenatória contendo a sentença
- Conclusão do processo com absolvição
- Tipo da arma ou, caso não haja arma, que objeto foi utilizado

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não há como informar

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não há como informar

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Restrita (não permite acesso externo)

Base: Orabidata - Pará

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça do Pará

Contato: Coordenação de Aplicações - Secretaria de Informática. TJ/PA - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Av. Almirante Barroso n 3089 - Bairro: Souza - CEP: 66613-710 - Belém - PA.
Telefone: (91) 3205-3000

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Contempla os dados do projeto BI que por sua vez é composto por área de stage, dw e datamarts.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Comarcas do estado do Pará

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% das comarcas do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Unidade judiciária, comarcas, regiões.

Fontes de alimentação: Através de processos ETL criados em ferramenta específica para essa finalidade.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados: Início em janeiro de 2009

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Quantidade de processos distribuídos por período
- Quantidade de processos sentenciados por período
- Quantidade de processos arquivados/baixados por período

Qual a quantidade de registros da base de dados? 29.901.869

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 122.339.590.144

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: SISCOM-CPJ - Paraíba

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça da Paraíba

Contato: Diretoria de Tecnologia da Informação do TJ/PB. ditec.adm@tjpb.jus.br – (83) 3216-1442

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Base de dados onde são mantidos os dados processuais e de tramitação de processos físicos (cíveis e criminais) no âmbito do TJPB.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado da Paraíba

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% das varas do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Varas

Fontes de alimentação: Processos judiciais de 1ª e 2ª instâncias

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não tem previsão de extração periódica para fins estatísticos

Cobertura temporal dos dados: Outubro de 1997 a fevereiro de 2016

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Processos criminais e processos de execução penal, com informações de classificação processual, de enquadramento, tipificação,



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



partes, vítimas, condenações, tempos de penas (informações não necessariamente obrigatórias e sujeitas a alimentação pelas unidades judiciais).

Qual a quantidade de registros da base de dados? 3.338.026 (incluídos processos cíveis e criminais)

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 192 GB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Divulgação de informações agregadas selecionadas

Base: Themis1G – Sistema do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Tribunal de Justiça do RS - Direção de Tecnologia da Informação e Comunicação

Contato: Departamento de Sistemas. E-mail da responsável pelo preenchimento do questionário: debora@tjrs.jus.br

Endereço eletrônico da base: <https://www1.tjrs.jus.br/authenticator/f/res/login/login.xhtml>

Sumário: Dados da tramitação processual de 1º grau.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Comarcas do estado do Rio Grande do Sul

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% das comarcas do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: O sistema permite análise por processo judicial, ocorrência, unidade prisional, entre outros, já que todos estes dados ficam armazenados na base de dados.

Fontes de alimentação: Processo judicial

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: 2004 até atualmente

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Natureza criminal
- Tipo de local



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Sexo da vítima
- Idade do autor
- Tipo de arma
- Tempo de pena

Qual a quantidade de registros da base de dados? 29.901.869

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Aproximadamente 72.482.130.456

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Acesso restrito a entes públicos mediante convênio

c. Poder executivo e autarquias estaduais (menos a área de segurança pública e administração penitenciária)

Base: Anuário Estatístico do Estado do Amazonas

Instituição responsável: DEPI - Departamento de Estudos, Pesquisas e Informações - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Governo do Amazonas

Contato: Rua Major Gabriel n.º1.870 – Praça 14. CEP 69020-060. Manaus – Amazonas. Fone: (0xx92) 2126-1215/2126-1217. E-mail: depi@seplan.am.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.seplancti.am.gov.br/pagina.php?cod=114>

Sumário: Grande banco de informações do Estado de Amazonas, em seus aspectos territoriais, ambientais, demográficos e socioeconômicos.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Amazonas

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% do estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Distritos

Fontes de alimentação: Não informado

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: 2001 a 2013

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Características socioeconômicas dos municípios
- Estatísticas populacionais
- Informações sobre população economicamente ativa
- Óbitos por causa e faixa etária
- Informações sobre educação
- Número de ocorrências, segundo a natureza, na cidade de Manaus
- Finanças públicas

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Publicação aberta à consulta

Base: SIGA – Sistema de Informações Governamentais do Amazonas

Instituição responsável: SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Contato: Rua Major Gabriel, nº 1870 - Praça 14 de Janeiro - Cep: 69020-060. Telefone: (92) 2126-1200/2126-1227. seplancti@seplancti.am.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www2.e-siga.am.gov.br/portal/page/portal/esiga2009>

Sumário: O SIGA é um portal de dados sobre o governo do Amazonas, com informações divididas por Secretarias, sobre as diversas áreas, com gráficos e disponibilidade de acesso ao dado em formato “xls”. É preciso ter algum conhecimento prévio sobre as siglas das instituições do estado para fazer a pesquisa, pois não há orientações nem dicionário de dados, e há poucas séries históricas e mais dados sobre um ano especificamente.

Tipo da base: Analítica/Estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Amazonas

A informação é ou pode ser georeferenciada? Algumas variáveis, sim, pela região do município de Manaus ou por DP.

Cobertura: Estado do Amazonas para algumas variáveis, outras apenas para a cidade de Manaus.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Informações sobre o Estado, ou regiões do município de Manaus ou por DP.

Fontes de alimentação: Controle de dados do próprio governo do Estado.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não informado

Cobertura temporal dos dados: A depender da informação. Para algumas há só um ano, para outras uma série.

Nível de desagregação temporal do dado: Mês/Ano.

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Número de armas apreendidas no município de Manaus
- Quantidade de entorpecentes apreendidos no município de Manaus
- Custeio das Áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISC) de Manaus
- Frota de veículos em circulação no Amazonas
- Acidentes de trânsito com vítimas em Manaus
- Porcentagem de Policiais PM Capacitados no Programa de Formação Continuada
- Número de delitos no município de Manaus



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Estupro
- Estupro de vulnerável
- Furto
- Homicídio
- Latrocínio
- Lesão Corporal
- Roubo
- Tentativa de homicídio
- Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família
- Valores do Programa Bolsa Família
- Informações sobre CRAS e CREAS
 - Número de unidades
 - Atendimentos prestados
 - Número de vitimizados
- Adolescentes e jovens atendidos pelo Programa Estadual de Liberdade Assistida
- Número de déficit de vagas no sistema penitenciário
- Número de cursos profissionalizados realizados no sistema penitenciário
- Número de presos atendidos na assistência jurídica gratuita
- Número total de detentos
- Custo médio mensal por apenado no sistema penitenciário
- Número de presos reincidentes
- Taxa de mortes violentas no Estado do Amazonas
- Número de atendimento psicossocial nos Núcleos Integrados de Proteção Social
- Número de atendimentos realizados pelo Projeto Ame a Vida (projeto de humanização das unidades policiais implantado com o Plano de Revitalização da Segurança Pública do Estado)
- Número de pessoas atendidas no Projeto Ame a Vida
- Atividades Desenvolvidas (Palestras, campanhas, outros) Ame a Vida
- Visitas Técnicas - Projeto Ame a Vida

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Não informado

Base: Índice de Performance Socioeconômica dos Municípios Baianos (IPESE)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Governo do Estado da Bahia

Contato: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Av Luiz Viana Filho, 435 - 4ª avenida, 2º andar - CAB CEP 41745-002 Salvador - Bahia Tel.: 55 (71) 3115-4733 Fax: 55 (71) 3116-1781

Endereço eletrônico da base:

http://www.sei.ba.gov.br/images/sala_imprensa/jornais/bahia_em_numeros_14.pdf

Sumário: O IPESE é um indicador sintético, composto por três dimensões: duas sociais – Educação e Saúde; e uma de natureza econômica – Economia e Finanças; elaborado com a finalidade de ser um instrumento de monitoramento e avaliação de Políticas Públicas. O indicador mede a capacidade e a qualidade com que um município oferta certos serviços básicos à sua população. Tendo como objetivo nortear o bom emprego dos recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado da Bahia

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% dos municípios da Bahia

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Registros administrativos

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não informado

Cobertura temporal dos dados: 2010 a 2013

Nível de desagregação temporal do dado: Não se aplica

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: PIB per capita, médicos, emprego formal, renda da população

Qual a quantidade de registros da base de dados? 62

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 5000 KB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: Anuário Estatístico do Ceará

Instituição responsável: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Governo do Estado do Ceará

Contato: Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Cambéa, Fortaleza - CE, 60822-325. Tel: (85) 3101-3496

Endereço eletrônico da base:

<http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2014/index.htm>

Sumário: Agrega dados socioeconômicos e demográficos do estado do Ceará e seus municípios, dividido em seis seções: Território, Demografia, Qualidade de Vida, Infraestrutura, Aspectos Econômicos e Finanças Públicas. Em geral são dados retirados de bases de outras instituições, como IBGE.

Tipo da base: Analítica

Abrangência geográfica: Estado do Ceará e municípios

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelos municípios.

Cobertura: Todos os 184 municípios do estado do Ceará.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Instituições estatísticas como IBGE e FGV e dados das secretarias do Estado.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: O Anuário tem 150 anos.

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Dados de população de cada município, segundo diversos critérios
- Dados sobre as famílias, segundo diversos critérios
- Dados sobre migração, segundo diversos critérios
- Dados sobre fecundidade, natalidade, mortalidade e nupcialidade, segundo alguns critérios
- Dados sobre escolarização, instituições de ensino e docentes de todos os níveis escolares
- Dados sobre serviços de saúde, incluindo vigilância epidemiológica e indicadores
- Dados sobre trabalho, emprego e rendimentos
- Variáveis de Justiça e Segurança Pública:
 - Comarcas, varas e distritos judiciários
 - Estabelecimentos penais
 - Presos
 - Condenados



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Exames no IML
- Efetivo policial
- Principais ocorrências policiais
- Veículos e vítimas envolvidos em acidentes de trânsito
- Finança do Estado e dos municípios

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Excel

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Não informado

Base: Pesquisa com os Jovens Fora da Escola – Espírito Santo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Instituto Jones dos Santos Neves e Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas do Espírito Santo

Contato: Instituto Jones dos Santos Neves. Tel: (27) 3636-8050 e (27) 3636-8055

Endereço eletrônico da base: <http://www.ijsn.es.gov.br/projetos-especiais/pesquisas-de-ocupacao-social>

Sumário: A Pesquisa com os Jovens Fora da Escola faz parte do Projeto Estruturante "Ocupação Social", do Governo do Estado do Espírito Santo. O projeto busca a redução da taxa de homicídios de jovens entre 15 a 24 anos, por meio de uma agenda social articulada entre o poder público e a sociedade civil, que amplie oportunidades e minimize a vulnerabilidade juvenil à violência. A pesquisa tem por objetivo identificar as características socioeconômicas e áreas de interesse dos jovens para viabilizar programas e projetos mais conectados com a realidade e interesses identificados. As ações ocorrerão em 25 bairros do estado do ES, nos quais a taxa de homicídios de jovens é elevada.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Bairros de Vitória

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não

Cobertura: Cerca de 60% dos jovens identificados como fora da escola

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Indivíduo

Fontes de alimentação: Entrevista a partir de questionário estruturado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Periodicidade da coleta/extração dos dados: Única

Cobertura temporal dos dados: Retrato no segundo semestre de 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não se aplica

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Suscetibilidade à violência ou psicoativos (vítima de violência, agressor, uso de drogas).

Qual a quantidade de registros da base de dados? Base em construção - estimativa 4500 registros

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Ainda não definido

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás

Instituição responsável: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás

Contato: Av. República do Líbano nº 1945, 3º andar, Setor Oeste - CEP:74.125-125.
Fone:(62)3201-6695 - Fax:(62)3201-6691 - E-mail: imb@segplan.go.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.imb.go.gov.br/bde/>

Sumário: O Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás (BDE-Goiás) é um sistema de informações estatísticas relativas ao Estado de Goiás e a seus municípios. Contém séries históricas que, para algumas variáveis, cobrem desde o ano de 1980. As informações, nesta versão inicial, estão agrupadas em 19 grandes temas dos quais derivam 41 assuntos perfazendo um total de 95 mil registros. São informações das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, que podem ser pesquisadas por municípios, regiões geográficas do IBGE, regiões de planejamento do governo do Estado e total do Estado.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado de Goiás

A informação é ou pode ser georeferenciada? Por município

Cobertura: Todos os municípios do estado de Goiás

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Dados secundários

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Divulgação anual, a partir de 2005.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Cobertura temporal dos dados: 1998, 2000, 2002, 2004, 2005-2015

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Abastecimento de Água
- Acidentes de Trânsito
- Agropecuária
- Agências
- Agências Bancárias
- Atendimento de Esgoto
- Autoridades
- Área Territorial

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Arquivo CSV

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Índice de Desempenho dos Municípios Goianos

Instituição responsável: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás

Contato: Av. República do Líbano nº 1945, 3º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125. Fone: (62)3201-6695 - Fax: (62)3201-6691 - E-mail: imb@segplan.go.gov.br

Endereço eletrônico da base: http://www.imb.go.gov.br/perfilweb/idm_bde.asp

Sumário: É um indicador sintético do contexto socioeconômico dos municípios de Goiás, em seis áreas Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança e Trabalho.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado de Goiás

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município

Cobertura: 100% dos municípios

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Fontes de alimentação: Levantamentos oficiais (Censo demográfico, Censo Escolar, etc.), Sistemas de informações (RAIS, DataSUS, Mapa da Saúde, etc.) e Registros administrativos (ANATEL, CELG, SANEAGO, AGETOP, SEINFRA, DNIT, etc).

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Bienal

Cobertura temporal dos dados: 2010 e 2012

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: O IDM-Geral é uma média dos IDMs das seis áreas mencionadas. As variáveis que compõem os índices e são de interesse são:

- Crimes contra a dignidade sexual
- Crimes contra a pessoa
- Crimes contra o patrimônio
- Contravenções penais
- Tráfico de drogas
- Morte por causas externas (violentas)
- Cobertura da rede de energia elétrica
- Cobertura da rede de água tratada
- Cobertura da rede de esgoto
- Cobertura da rede de telefonia fixa e internet
- Empregos formais entre a população de 18 a 64 anos
- Remuneração média
- Trabalhadores com formação de nível médio ou superior
- Geração de empregos formais

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: HTML

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Índice de Vulnerabilidade Juvenil dos Municípios Goianos

Instituição responsável: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Contato: Av. República do Líbano nº 1945, 3º andar, Setor Oeste - CEP:74.125-125. Fone: (62) 3201-6695 - Fax: (62) 3201-6691 - E-mail: imb@segplan.go.gov.br

Endereço eletrônico da base:

http://www.imb.go.gov.br/down/ivj_indice_de_vulnerabilidade_juvenil_dos_municipios_goiados_2010.pdf

Sumário: Este IVJ, que varia de 0 a 100, busca avaliar as condições de vida da juventude (15 a 29 anos) dos municípios de Goiás, baseado em variáveis do IBGE e da Secretaria de Segurança Pública do estado. O índice é classificado em cinco grupos de vulnerabilidade: baixa, média-baixa, média, alta, altíssima.

Tipo da base: Estratégica/Analítica

Abrangência geográfica: Municípios do estado de Goiás

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pelo município

Cobertura: Todos os municípios do estado de Goiás

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Cálculo a partir de dados secundários IBGE e Secretaria de Segurança Pública de Goiás

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Sem periodicidade

Cobertura temporal dos dados: Dados de 2010

Nível de desagregação temporal do dado: Retrato no momento da coleta

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Não incidência de gravidez entre adolescentes de 12 a 18 anos
- Acesso à educação
- Renda
- Trabalho formal
- Formação
- Estudo e/ou trabalho
- Violência

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não se aplica

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não se aplica

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Apenas nota metodológica

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Não



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento – SEIS – Minas

Gerais

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação João Pinheiro

Contato: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://seis.fjp.mg.gov.br/>

Sumário: Iniciado em 2009, o Sistema Estadual de Informações em Saneamento - SEIS coleta e sistematiza, a cada dois anos, informações sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e dados sobre gestão destes serviços nos 853 municípios mineiros.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Todo estado de Minas Gerais

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100 % dos municípios do Estado de Minas Gerais

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Distrito

Fontes de alimentação: Pesquisa "in loco" junto aos órgãos públicos e empresas responsáveis

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Bial

Cobertura temporal dos dados: Janeiro de 2010 a 2012

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Cobertura de abastecimento de água
- Cobertura de esgoto
- Cobertura coleta de lixo
- Intermitência
- Esgoto coletado
- Número de locais passíveis de inundações
- Número de ocorrências de eventos de inundação
- Número de domicílios afetados por inundação
- Número de locais passíveis de deslizamentos
- Número de ocorrências de eventos de deslizamentos
- Número de domicílios afetados por deslizamentos
- Número de ocorrências de erosão em vias públicas ou residências
- Número de vezes que foi decretado estado de alerta devido a eventos chuvosos
- Número de vezes que foi decretado estado de emergência devido a eventos chuvosos
- Número de vezes que foi decretado estado de calamidade pública devido a eventos chuvosos



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual a quantidade de registros da base de dados? 607.476

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 15.667.200

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Contas Regionais - Minas Gerais

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação João Pinheiro

Contato: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://seis.fjp.mg.gov.br/>

Sumário: Estatísticas macroeconômicas que descrevem a geração de renda (PIB) e a estrutura produtiva (TRU - Tabela de Recursos e Usos e MIP - Matriz Insumo-Produto) na economia estadual e nos municípios de Minas Gerais

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Municípios do Estado de Minas Gerais

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100 % dos municípios do Estado de Minas Gerais

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município

Fontes de alimentação: Processamento de dados secundários e trabalho conjunto com o IBGE

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Trimestral

Cobertura temporal dos dados: Início em 1995 para a UF e 2002 para os municípios. Dados mais recentes de 2015 para a UF e 2013 para os municípios.

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Indicadores do nível de atividade econômica

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não há como informar

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não há como informar

Formato: Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Base de Dados do Estado do Paraná – BDEweb

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Contato: atendimento@ipardes.pr.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>

Sumário: A Base de Dados do Estado (BDEweb) é um sistema de informações estatísticas com mais de 10 milhões de dados classificados por grandes temas e assuntos. São informações das áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, disponíveis por municípios, total do Estado e para as seguintes agregações: microrregiões geográficas do IBGE, regiões geográficas, regiões metropolitanas e regiões administrativas do Paraná (planejamento, saúde, educação, trabalho, agricultura e comarcas/foros). A BDEweb disponibiliza dados de Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM), população, emprego, finanças, agropecuária, entre outros.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Paraná

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: A cobertura da base de dados está relacionada ao tema e a disponibilidade dos mesmos pela fonte primária.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Municípios

Fontes de alimentação: A forma de alimentação dos dados é através de arquivos (formato csv).

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: 1980 a 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Saúde, Educação, Perfil Socioeconômico, Saneamento Básico, Registro Civil, Trabalho, Indicadores Sociais, Segurança (Acidentes de Trânsito e Crimes contra a Pessoa).



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual a quantidade de registros da base de dados? Aproximadamente 10 milhões de dados

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – Idese – Rio Grande do Sul

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Contato: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Rua Duque de Caxias, 1691 - CEP 90010-283 Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3216 9000

Endereço eletrônico da base: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>

Sumário: O Idese, como instrumento de avaliação da situação socioeconômica dos municípios gaúchos, considera aspectos qualitativos do processo de desenvolvimento, por meio do resultado agregado, e dos resultados de seus três blocos (Educação, Renda e Saúde).

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Rio Grande do Sul e suas/seus: Mesorregiões, Microrregiões; Coredes e Municípios.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% dos municípios do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Municípios

Fontes de alimentação: Elaboração própria, utilizando-se informações brutas oriundas de registros administrativos das secretarias, censos e pesquisas amostrais do IBGE e do INEP/MEC.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: 2007 a 2012

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Resultado agregado, e dos resultados de seus três blocos (Educação, Renda e Saúde).



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Qual a quantidade de registros da base de dados? Aproximadamente 64.500 registros

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Estimativas Populacionais FEE - Revisão 2015 – Rio Grande do Sul

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Contato: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Rua Duque de Caxias, 1691 - CEP 90010-283 Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3216 9000

Endereço eletrônico da base: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/estimativas-populacionais/>

Sumário: Estimativa populacional por idade simples e sexo, por município.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Rio Grande do Sul

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% dos municípios do Estado

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Município por idade e sexo

Fontes de alimentação: Dados de nascimentos e óbitos da secretaria da saúde e metodologia interna da FEE.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Anual

Cobertura temporal dos dados: 2001 a 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Ano

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Estimativa populacional por idade simples e sexo, por município.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado.

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: PIB Trimestral do Rio Grande do Sul

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Contato: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Rua Duque de Caxias, 1691 - CEP 90010-283 Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3216 9000

Endereço eletrônico da base: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/pib-trimestral/destaques/>

Sumário: O PIB Trimestral do RS é um indicador de desempenho econômico conjuntural do estado do Rio Grande do Sul desagregado em 10 atividades (Impostos, Agropecuária, Construção, Indústria de Transformação, Demais Indústrias, Comércio, Transporte, Administração Pública, Atividades Imobiliárias e Demais Serviços).

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado do Rio Grande do Sul

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não

Cobertura: Entre 80 e 90 % da atividade econômica do Estado.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Volume trimestral e preços anuais.

Fontes de alimentação: Não informado

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Trimestral

Cobertura temporal dos dados: 2002 a 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Trimestre

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Situação econômica do Estado.

Qual a quantidade de registros da base de dados? 325

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 261 KB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – São Paulo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Contato: Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo/ SP – Brasil. CEP: 05508-000 - PABX (11) 3324-7200. Serviço de Informação ao Cidadão (11) 3324-7400 - sicseade@seade.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=1>

Sumário: Caracterização dos municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, por meio de indicadores referentes à renda, longevidade e escolaridade. Estabelece uma tipologia dos municípios e indicadores sintéticos territoriais.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado de São Paulo; Regiões Administrativas; Regiões Administrativas; Regiões Metropolitanas; Municípios

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100%

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Municípios

Fontes de alimentação: Registros Administrativos diversos e indicadores calculados

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Bienal

Cobertura temporal dos dados: 2000 a 2012

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Indicadores que agrupam os municípios em 05 grupos homogêneos em função de riqueza, longevidade e escolaridade.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Variável

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Variável

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Informações dos Municípios Paulistas – IMP – São Paulo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Contato: Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo/ SP – Brasil. CEP: 05508-000 - PABX (11) 3324-7200. Serviço de Informação ao Cidadão (11) 3324-7400 - sicseade@seade.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>

Sumário: Dados absolutos, taxas e indicadores socioeconômicos para os municípios, Regiões Administrativas, de Governo, Metropolitanas e Estado de São Paulo.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado de São Paulo; Regiões administrativas; regiões de governo; regiões metropolitanas; aglomerações urbanas; municípios; distritos das capitais.

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% do Estado de São Paulo

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Municípios; distritos da Capital

Fontes de alimentação: Registros Administrativos diversos e indicadores calculados

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Início varia a depender do dado. Mais recentes de 2015.

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Dados absolutos, taxas e indicadores socioeconômicos diversos.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Variável

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Variável

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – São Paulo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Contato: Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo/ SP – Brasil. CEP: 05508-000 - PABX (11) 3324-7200. Serviço de Informação ao Cidadão (11) 3324-7400 - sicseade@seade.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=2>

Sumário: Indicador sintético de caracterização socioeconômica dos setores censitários no Estado de São Paulo.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Setores censitários

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100%

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Setores censitários

Fontes de alimentação: Registros Administrativos diversos e indicadores calculados

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Ano censitário

Cobertura temporal dos dados: 2000 a 2010

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Indicador sintético que classifica todos os setores censitários do Estado de São Paulo em 6 grupos, segundo dimensões socioeconômicas e demográficas.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Variável

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Variável

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil – São Paulo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Instituição responsável: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade

Contato: Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo/ SP – Brasil. CEP: 05508-000 - PABX (11) 3324-7200. Serviço de Informação ao Cidadão (11) 3324-7400 - sicseade@seade.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/ivi/>

Sumário: Indicador sintético que agrega os distritos do município de São Paulo segundo características socioeconômicas da população jovem.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Distritos do município de São Paulo

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: 100% dos distritos do município de São Paulo

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Distritos do município de São Paulo

Fontes de alimentação: Registros Administrativos diversos e indicadores calculados

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Ano censitário (2000)

Cobertura temporal dos dados: 2000

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Indicador sintético que varia de 0 a 100 pontos, 0 o de maior vulnerabilidade, 100 para menor vulnerabilidade.

Qual a quantidade de registros da base de dados? Variável

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Variável

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)

Base: Sistema de Estatísticas Vitais – São Paulo

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Contato: Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária - São Paulo/ SP – Brasil. CEP: 05508-000 - PABX (11) 3324-7200. Serviço de Informação ao Cidadão (11) 3324-7400 - sicseade@seade.gov.br

Endereço eletrônico da base: <http://www.seade.gov.br/produtos-seade/?tema=populacao-e-estatisticas-vitais>

Sumário: Essa base de dados contém informações enviadas à Fundação Seade relativas aos óbitos registrados pelos Cartórios de Registro Civil, destacando-se as características pessoais (sexo, idade, município de residência, grau de instrução, estado civil) e as características do óbito (município de ocorrência, data, local de ocorrência e causas de morte). As bases de dados de mortalidade estão disponíveis para diversas agregações geográficas, como regiões, municípios e distritos da Capital.

Tipo da base: Analítica/estratégica

Abrangência geográfica: Estado de São Paulo

A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim

Cobertura: A cobertura é de 100% dos eventos, uma vez que todos os registros sobre óbitos ocorridos no Estado de São Paulo são enviados à Fundação Seade pelos cartórios de Registro Civil.

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Todos os municípios e distritos administrativos da Capital paulista.

Fontes de alimentação: As informações são enviadas pelos Cartórios de Registro Civil e processados pela Fundação Seade, que armazena os dados em meio magnético.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados: 1996 a 2014

Nível de desagregação temporal do dado: Mês

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Conta com informações sobre o tipo de óbito (agressão, suicídio e acidentes), por sexo, idade, município de residência, escolaridade, ocupação, se houve assistência médica etc.

Qual a quantidade de registros da base de dados? A base anual conta com cerca de 290 mil registros de óbitos para todas as causas de morte

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Aproximadamente 1,5 GB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



d. Segurança pública e administração penitenciária

Base: Boletim Anual de Estatística Criminal de Alagoas

Instituição responsável: Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas

Contato: Telefone (Assessoria de Comunicação da SEDS): (82) 3315-3237

Endereço eletrônico da base: <http://dados.al.gov.br/dataset/boletim-criminal>

Sumário: O boletim apresenta balanço preliminar referente ao número de vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) no Estado de Alagoas.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Alagoas

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não

Cobertura: Todo o Estado de Alagoas

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Número de ocorrências

Fontes de alimentação: Informações enviadas aos órgãos de Defesa Social

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Não informado

Cobertura temporal dos dados: 2012 a 2013

Nível de desagregação temporal do dado: Dia da semana

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Número de ocorrências de CVLI, por
 - Tipo de arma
 - Faixa etária
 - Sexo
 - Tipo de local da ocorrência

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: PDF

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Não

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Base: Sistema de Informação da Segurança Pública - SISP - Pará

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Polícia Civil do Pará

Contato: Diretoria de Análise Criminal da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - Travessa 03 de Maio, 1953 - Cremação - Belém PA. CEP: 6604-5335. Contato: (91) 3217-5150/5151/5176. E-mail: gab.siac@gmail.com

Endereço eletrônico da base: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisp/>

Sumário: Sistema responsável por registros de ocorrências criminais e não criminais que chegam ao conhecimento dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública e apresentado às Delegacias de Polícia. É também, por meio dele, efetivadas as instaurações dos procedimentos policiais (inquérito por portaria, por flagrante, Termos Circunstanciado de Ocorrências, e outros). Nos registros são alimentados os campos das variáveis: data do fato, hora do fato, meio empregado, local do fato, identificação do autor e vítima e etc.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado do Pará

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100%

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Ocorrência

Fontes de alimentação: Boletins de ocorrência e processos judiciais

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Janeiro de 2007 a novembro de 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Natureza criminal
- Tipo de local
- Sexo da vítima e do autor
- Idade do autor
- Tipo de arma
- Nome do autor e da vítima
- Local do fato
- Data e hora do fato

Qual a quantidade de registros da base de dados? 5.400.000

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 14.345.880.000

Formato: Não informado



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP – Santa Catarina

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Gerência de Estatística e Análise Criminal / Diretoria de Informação e Inteligência – Secretaria de Segurança Pública de SC.

Contato: Gerência de Estatística e Análise Criminal / Diretoria de Informação e Inteligência – Secretaria de Segurança Pública de SC. Endereço: R. Artista Bitencourt, 30 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-060. Telefone:(48) 3251-1000

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: O SISP foi criado inicialmente para efetuar os registros de boletins de ocorrência da Polícia Civil. Atualmente, os procedimentos cartorários da Polícia Civil (IP, TC, APF, etc.), os registros de atendimento da Polícia Militar e os laudos do Instituto Geral de Perícias também são realizados por intermédio dele. O SISP também possui integração com bases de dados de outras instituições, tais como a Secretaria de Justiça e Cidadania, Detran, Tribunal de Justiça, Cartórios de Registro Civil, etc.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Santa Catarina

A informação é ou pode ser georeferenciada? Por localidade: Mesorregião, Município ou Bairro. A extração por logradouro é possível a partir de 2013. Também podem ser extraídas por unidade policial (Delegacia de Polícia).

Cobertura: 100% dos municípios

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: As ocorrências podem ser visualizadas por Localidade: Mesorregião, Município ou Bairro. A extração por logradouro é possível a partir de 2013. Também podem ser extraídas por unidade policial (Delegacia de Polícia).

Fontes de alimentação: Boletins de ocorrência

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados: 2000 a dezembro de 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



- Data/hora do fato;
- Tipo de local, logradouro e município do fato;
- Participantes (autor, vítima, testemunha, conduzido, etc.)
 - Nome
 - Filiação
 - Nascimento
 - Naturalidade
 - Sexo
 - Estado Civil
 - Nacionalidade
 - Grau de Instrução
 - Profissão
 - Endereço
 - Telefone
 - Nome Social
 - Orientação sexual
 - Declaração de gênero
 - Relato individual
- Objetos (arma, droga, veículo, etc.)
 - Tipo da unidade (unidade, Kg, etc.)
 - Quantidade
 - Descrição
 - Vínculo (apreendido, utilizado no crime, roubado, furtado, etc.)
- Relato geral da ocorrência

Qual a quantidade de registros da base de dados? 5.975.950

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Desconhecido

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Sim

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: i-PEN Sistema de Identificação e Administração Prisional – Santa Catarina

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Contato: Departamento de Administração Prisional. deap@deap.sc.gov.br Telefone: (48) 3665-7310

Endereço eletrônico da base: Não informado

Sumário: Sistema de informações penitenciárias de Santa Catarina.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Santa Catarina

A informação é ou pode ser georeferenciada? Não informado

Cobertura: 100% dos estabelecimentos prisionais de SC

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Departamento

Fontes de alimentação: Cadastro de presos

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Mensal

Cobertura temporal dos dados: Agosto de 2007 até janeiro de 2016

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp: Não informado

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Acessível mediante solicitação fundamentada

Base: Boletim Online - Sergipe

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Secretaria de Segurança Pública de Sergipe

Contato: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal – CEACRIM/SSP. Secretaria da Segurança Pública de Sergipe. Praça Tobias Barreto, 20 - Bairro São José - CEP:49015-130 - Fone/Fax: (79) 3216-5400 - Aracaju/SE

Endereço eletrônico da base: Não disponível.

Sumário: Trata-se da base de dados de Boletins de Ocorrências registrados pela Polícia Civil.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Municípios do Estado de Sergipe



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



A informação é ou pode ser georeferenciada? Não

Cobertura: 100% do Estado (Todas as unidades da Polícia Civil, na capital e interior)

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: Ocorrência. É possível a desagregação por tipo de crime, horário, bairro, município, sexo, Delegacia de Polícia.

Fontes de alimentação: Boletins de ocorrência

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: 2008 a 2015 (atualizado diariamente)

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Tipo de crime
- Horário
- Local
- Município
- Bairro
- Sexo da vítima

Qual a quantidade de registros da base de dados? Não informado

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? Não informado

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Sim

Política de acesso externo aos dados: Divulgação de informações agregadas selecionadas

Base: Sistema de Administração Penitenciária (SAP) - Sergipe

Extração de resposta ao questionário do FluidSurvey.

Instituição responsável: Setor de Informática da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa do Consumidor - SE

Contato: Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE) - desipe.sejuc@sejuc.se.gov.br

Endereço eletrônico da base: Não disponível.

Sumário: Banco de dados das informações dos internos do sistema prisional do Estado de Sergipe.

Tipo da base: Operacional/transacional

Abrangência geográfica: Estado de Sergipe



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



A informação é ou pode ser georeferenciada? Sim, pela unidade prisional.

Cobertura: 100% dos estabelecimentos prisionais

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados: indivíduo, unidade prisional, departamento, município.

Fontes de alimentação: Cadastros feitos pelo cartório das Unidades Prisionais.

Periodicidade da coleta/extração dos dados: Permanente

Cobertura temporal dos dados: Julho de 2006 a dezembro de 2015

Nível de desagregação temporal do dado: Não informado

Principais variáveis de interesse para Sinesp/Senasp:

- Crimes com processo
- Visitantes do interno
- Recorrência do crime

Qual a quantidade de registros da base de dados? 2.653.718

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)? 52.512,63 MB

Formato: Não informado

Possui dicionário de dados? Não

Perfis de usuários diferenciados? Sim

Há procedimentos de tratamento e validação dos dados? Não

Política de acesso externo aos dados: Existe um acesso de consulta para pessoas autorizadas e algumas APIs de integração.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

RIBEIRO, Cristina e MATOS FERNANDES, Eugenia. *Os Repositórios de Dados Científicos: Estado da arte*. Universidade do Porto, 2010.

UNITED NATIONS. *Manual for the Development of a System of Criminal Justice Statistics*. UN Department of Economic and Social Affairs Statistics Division. New York, 2003.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



**10. ANEXO I: EXTRAÇÃO DO FORMULÁRIO ONLINE DO
MAPEAMENTO DAS BASES DE DADOS DE INTERESSE PARA O SISTEMA
DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRISIONAL**

**Nome do responsável PELO PREENCHIMENTO DESTES
FORMULÁRIO**

**E-mail do responsável PELO PREENCHIMENTO DESTES
FORMULÁRIO**

**Departamento do responsável PELO PREENCHIMENTO DESTES
FORMULÁRIO**

Nome do órgão responsável pela produção da base de dados

Unidade da Federação

Response	Chart	Percentage	Count
Acre (AC)			
Alagoas (AL)			
Amapá (AP)			
Amazonas (AM)			
Bahia (BA)			
Ceará (CE)			
Distrito Federal (DF)			
Espírito Santo (ES)			
Goiás (GO)			
Maranhão (MA)			
Mato Grosso (MT)			
Mato Grosso do Sul (MS)			
Minas Gerais (MG)			
Pará (PA)			
Paraíba (PB)			
Paraná (PR)			
Pernambuco (PE)			
Piauí (PI)			
Rio de Janeiro (RJ)			



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Rio Grande do Norte (RN)	
Rio Grande do Sul (RS)	
Rondônia (RO)	
Roraima (RR)	
Santa Catarina (SC)	
São Paulo (SP)	
Sergipe (SE)	
Tocantins (TO)	

Nome da base de dados e/ou sigla:

Sumário

Tipo/funcionalidade da base de dados

Response	Chart	Percentage	Count
Operacional/transacional (criada para controle ou realização de atividades tais como cadastro, acompanhamento de usuários, etc.).			
Analítica/estratégica (criada para fins de pesquisa ou estudo).			

Abrangência geográfica

Qual a porcentagem do universo coberto pela base de dados?

Nível de desagregação (granularidade) espacial dos dados:

De que forma ou formas os dados são alimentados?

Qual a periodicidade da coleta/extração dos dados?

Response	Chart	Percentage	Count
Pesquisa periódica com intervalos fixos. Nesse caso, informar a periodicidade (Mensal, Anual, bienal etc.).			
Única			
Esporádica			
Sistema operacional SEM previsão de extração periódica de dados para fins estatísticos.			

Sistema operacional COM previsão de extração periódica de dados para fins estatísticos. Nesse caso informar a periodicidade da extração.

Total Responses

Qual a periodicidade da coleta/extração dos dados? (Pesquisa periódica com intervalos fixos. Nesse caso, informar a periodicidade (Mensal, Anual, bienal etc.).)

Response

Qual a periodicidade da coleta/extração dos dados? (Sistema operacional COM previsão de extração periódica de dados para fins estatísticos. Nesse caso informar a periodicidade da extração.)

Response

Cobertura temporal dos dados:

Variable	Response
----------	----------

Início da série temporal (mês/ano, ano) em que o dado começou a ser produzido	
---	--

Dado mais recente	
-------------------	--

Informe algumas variáveis de interesse para a área de segurança pública disponíveis na base.

Qual a quantidade de registros da base de dados?

Qual o volume dos dados armazenados (em bits)?

Sobre a base de dados ela possui

Response	Chart	Percentage	Count
----------	-------	------------	-------

Dicionários de dados			
----------------------	--	--	--

Perfis de usuários diferenciados			
----------------------------------	--	--	--

Procedimentos de tratamento e validação dos dados			
---	--	--	--

Total Responses			
------------------------	--	--	--

Política de acesso externo aos dados

Response	Chart	Percentage	Count
----------	-------	------------	-------

Restrita (não permite acesso externo)			
---------------------------------------	--	--	--



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



Acessível mediante solicitação fundamentada	
Divulgação de informações agregadas selecionadas	
Base de dados aberta à consulta sem necessidade de autorização (Ex. planilhas disponíveis online)	
Outra política	
	Total Responses

Política de acesso externo aos dados (Outra política)

Response

Se você se conhece outra(s) base(s) de dados produzida(s) por outro(s) departamento(s)/secretaria(s) ou coordenação(s) no seu estado, favor listá-las abaixo para que possamos entrar em contato com o gestor responsável. Se você conhece outra(s) base(s) de dados produzidas na sua coordenação, favor ENVIAR ESTE FORMULÁRIO primeiramente, clicando em "submit" e iniciar um novo preenchimento referente à outra base.



Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça



11. ANEXO II - BASES DE INTERESSE NÃO DESCRITAS POR IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO

Nome da base	Nome completo	Instituição responsável	Tipo da base	Abrangência geográfica	Unidade de análise	Cobertura	Fontes de alimentação	Periodicidade da coleta/ extração	Cobertura temporal	Desagregação temporal do dado	Dados públicos?
SIGMA*	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas	Exército	Operacional/transacional	Nacional	Armas de fogo	100% das armas regulares de uso controlado	Cadastro	Permanente	Desde 2003		Não
Pronatec*	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	MEC	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	100% dos usuários do programa	Cadastro de usuário	Permanente	Desde 2011		Não
AFIS*	Identificador automáticos de impressões digitais	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	Amostral	Cadastro de usuário	Permanente	Sem informação	Sem informação	Não
BNMP*	Banco Nacional de mandados de prisão	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Mandados de prisão	100% dos mandados de prisão	Cadastro de usuário	Permanente	Sem informação	Diário	Não
Banco de Dados Nacional Criminal de Perfis Genéticos*	Banco de Dados Nacional Criminal de Perfis Genéticos*	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Indivíduos	Amostral	Cadastro de usuário	Permanente	Sem informação	Sem informação	Não
Censo Penitenciário Nacional	Censo Penitenciário Nacional realizado entre 1997 e 2000	MJ	Análítica/Estratégica	Nacional	Unidades de internação	100% das unidades prisionais	Questionário	Semestral	Desde 1995	Sem informação	Sim
Disque-Denúncia	Disque-Denúncia	Vários	Análítica/estratégica	Estados que têm o serviço (todos os estados, exceto Acre, Amapá, Paraíba, Piauí, Rondônia, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe)	Denúncias	Sem informação	Chamadas do Disque-Denúncia	Permanente, divulgação variada	Variada	Variada	Em parte
INFOSEG*	Integração das Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Vários	100% dos estados	Boletim de ocorrência	Permanente	Desde 2001	Sem informação	Não
Sistema ALERTA*	Sistema ALERTA	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Ocorrências criminais	Amostral	Boletim de ocorrência	Permanente			Não
Sistema BR-Brasil	Boletins de Ocorrências em Rodovias Federais	MJ	Operacional/transacional	Nacional	Ocorrências criminais	100% das ocorrências notificadas em rodovias federais	Boletim de ocorrência	Permanente			